

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

# III Seminário do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO

"Desafios e Perspectivas para o Microcrédito  
Produtivo Orientado"

(Auditório do IPEA)

Brasília - DF

15 e 16 de julho de 2008

**CADERNO I**

**Dia 15 de julho de 2008**

**Cerimonialista** – Senhoras e Senhores, muito bom dia! Solicitamos a gentileza de desligarem os seus aparelhos celulares ou colocarem em modo silencioso. Muito obrigada! Neste momento, damos início ao III Seminário do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Desafios e Perspectivas. Este evento é uma realização do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. Temos o prazer de convidar para compor a mesa de honra desta solenidade o Senhor André Figueiredo, Secretário Executivo do Ministério de Trabalho e Emprego, neste ato representando Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; Sua Excelência o Senhor Senador Cristóvão Buarque; a Senhora Moira Paz Estenssoro, Representante da Corporação Andina de Fomento, CAF; o Senhor Vanderley Zirger, Presidente da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária, ANCOSOL; o Senhor Cristiano Mross, Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares, ABCRED; também convidamos o Senhor Jacy Diniz de Nogueira Filho, Presidente da Associação Brasileira da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor, ABSCM; o

Senhor Pedro Falabela, Presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, ABDE; e também convidamos o Senhor Max Coelho, Coordenador do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, do Ministério do Trabalho e Emprego. Senhoras e Senhores, neste momento, convidamos a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

Execução do Hino Nacional

**Cerimonialista** – O III Seminário tem como proposta promover o intercâmbio de experiências e debater políticas para o setor, estimulando a atuação das instituições de microcrédito e dos órgãos de fomento, no sentido de fortalecer as condições de oferta e disseminação do microcrédito produtivo orientado no País. Neste momento, convidamos a Senhora Moira Paz Estenssoro, Representante da Corporação Andina de Fomento, CAF, para fazer uso da palavra.

**Senhora Moira Paz Estenssoro** (Representante da Corporação Andina de Fomento, CAF) – Muito obrigada. Eu gostaria, antes que nada me desculpar pelo português. Eu vou tentar falar bem, eu acho que é muito melhor do que eu falar espanhol neste momento. Então, eu queria agradecer a

iniciativa do Ministério do Trabalho, porque a possibilidade nós debatermos o tema que hoje, acho que não precisamos dizer o quanto é importante pra o desenvolvimento, não só dentro das possibilidades de uma sociedade, mas do desenvolvimento da própria pessoa, do próprio cidadão, dentro do processo que vive dentro da sociedade, por ser um instrumento de inclusão social e econômico. O microcrédito tem esse reconhecimento e, por isso, eu agradeço a possibilidade de que a Corporação Andina de Fomento esteja aqui representada, não só por mim, mas também por um colega que vai fazer parte das palestras, trazendo, assim, a experiência da CAF, que temos na região, sobretudo nos Países Andinos e poder “escambiar” as nossas experiências com um País como é o Brasil. Muito obrigada!

**Cerimonialista** – Passo a palavra, então, neste momento, ao Senhor Vanderley Zirger, Presidente da ANCOSOL.

**Senhor Vanderley Zirger** (Presidente da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária, ANCOSOL) – Saudação à mesa, ao André, representando aqui o Ministro, Senador Cristóvão Buarque e aos demais membros aqui da mesa, uma saudação a todos os participantes. Dizer da importância de, mais um momento, mais um encontro onde nós, enquanto ANCOSOL, Associação

Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária, poder estar participando, agradecer, aqui, ao Ministério e ao BNDES por mais esta oportunidade de estar debatendo o assunto e dizer que sentimos muito à vontade aqui pra poder discutir os desafios que nós temos com relação a este tema de grande importância, de grande relevância para este momento. Nós estamos, nós que acompanhamos o microcrédito, sobretudo depois da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, percebemos que, embora ainda com muitos limites, muitos desafios, o quanto é importante e como é abrangente um programa desta natureza. Primeiro porque nós percebemos a sociedade tendo acesso, o Brasil melhorando a sua economia, está oportunizando às pessoas que poucas vezes ou, quase nunca, tiveram acesso ao microcrédito, tendo uma oportunidade de estar sendo incluído, a chamada inclusão financeira. Eu diria assim, a "bancarização", até porque acho que a "bancarização" é mais do que isso, né? Mas, percebemos esse momento. A ANCOSOL que tem cerca de duzentas cooperativas em várias regiões do País, trabalhando com, praticamente, experiências rurais, embora algumas experiências também urbanas, com pessoas que poucas vezes, Senador, tiveram acesso a crédito, e que agora, através das Cooperativas, das OSCIP's (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), das SCM (Sociedade de

Crédito ao Microempreendedor) e até de alguns Bancos que também começaram a trabalhar a microfinança dentro da sua carteira de crédito, estão podendo ter acesso e fortalecer o seu negócio e o seu empreendedorismo. Então, isso pra mim é gratificante poder perceber que neste curto espaço de tempo do Programa, nós já tivemos este avanço. Eu acho que ainda temos muitos desafios pela frente. Ainda precisamos avançar, evoluir. Nós precisamos criar um diálogo permanente com os agentes financeiros, com os Bancos que captam, pra que a gente fortaleça esta relação de parceria com as nossas Instituições Operadoras, Cooperativas, OSCIP's e assim por diante. É necessário entender que nós não estamos numa disputa, não é uma concorrência, mas é uma complementação, onde nós podemos chegar aonde os Bancos não chegam. É necessário fazer com que o Governo, através do Programa, através do Ministério Trabalho e Emprego, através do BNDES, da sua área social, que a gente, ainda, avance no acesso à "funding". É necessário fazer com que as nossas Instituições ainda tenham a oportunidade de acesso a recursos pra capacitar os nossos operadores. É necessário pensarmos, também, que só o crédito, ou só o microcrédito, ele faz apenas uma parte. É necessário a gente pensar, também, na poupança, na captação, das mesmas pessoas que vêm, na busca do empréstimo, mas precisamos criar na mentalidade dessas pessoas a necessidade, também, de

poupar. Então, pra mim, esse Seminário é o momento pra que a gente possa reconhecer aquilo que avançou, os passos importantes que já demos, mas, principalmente, que a gente possa sair daqui, amanhã, com alguns encaminhamentos claros e questões fortes. A política pública, que tem que ser uma política de Estado e não de Governo, independente de quem é que seja o Governo, as políticas públicas precisam ser consolidadas. É necessária uma expectativa de que, enquanto na ANCOSOL nós temos é que cada vez mais melhorar a relação com os Bancos, com os Agentes Financeiros Públicos ou Privados e, acima de tudo, pensarmos que, assim como o microcrédito o acesso a recursos é importante, também é importante que a gente possa ter acesso a programas de fortalecimento institucional. Esta é a nossa expectativa e nossa contribuição aqui vai ser neste sentido. Muito obrigado!

**Cerimonialista** – Agradecemos e registramos a presença do Senhor Ismael Gílio, Especialista Setorial do Fundo Multilateral de Investimentos do BID. Muito obrigada pela presença. Passamos, agora, a palavra ao Senhor Cristiano Mross, Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares, ABCRED.

**Senhor Cristiano Mross** (Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares - ABCRED) – Bom dia a todas e a todos! Eu gostaria de saudar aqui a mesa André Figueiredo, representando o Ministro Carlos Lupi, o Senador Cristóvão Buarque e os demais colegas aqui de mesa e agradecer a oportunidade nos dada pelo Ministério durante... participar mais uma vez desse Seminário do MPO (Ministério do Planejamento). Eu acho que o momento atual ele é de muita expectativa, André, no sentido de que nós viemos aí, no ano de dois mil e sete foi um ano de muita discussão, muito debate, muita proposição e, pelo que a gente tem visto até agora, houve alguns avanços, mas ainda acho que são muito poucos em vista do que tem que ser feito. Eu acho que mais uma vez, então, esse Seminário vem num momento, acho que é o primeiro evento ao longo de dois mil e oito que vai ser permitido a gente poder fazer aí uma discussão mais ampla do que tem que ser feito. Eu acho que a própria agenda de dois mil e sete ela foi, em toda a sua extensão, tiveram diversas proposições. Parte dos temas aqui deste evento foram contemplados na discussão do ano passado. A idéia, me parece, é aqui a gente poder aprofundar um pouco mais nessas discussões. Eu acho que além da agenda do Seminário, o próprio encontro com os Bancos na quinta-feira, eu acho que vai ser extremamente importante,

porque os problemas, pelo que a gente tem visto, eles continuam os mesmos, ou seja, é a questão do acesso ao "funding", a questão do acesso aos recursos, alguns atores entraram, saíram, mudando suas políticas e a questão da regulamentação. E aí eu acho que o Vanderley falou uma coisa com muita propriedade, quando fala da política pública. Eu acho que o papel do Governo, ele tem que criar um ambiente favorável para que todos os atores consigam se desenvolver, não só os Bancos ou alguns outros atores que estão entrando hoje. Isso, de certa forma nos preocupa, André, quando a gente ouve aí pela Imprensa, nos últimos dias, recentemente, o nosso grande guru do microcrédito teve aqui no Brasil, o Yunos e aí a Imprensa tem divulgado que o Presidente Lula está querendo trazer o GRAMEEN aqui pro Brasil pra replicar a sua experiência e aí, quer dizer, nós temos uma história aqui também de trinta anos no Brasil, com instituições aí operando já há duas décadas e que não estão conseguindo se desenvolver em função desse ambiente que ainda não é adequado. Então, tomara que venha o GRAMEEN. Eles têm lá a sua experiência, tem muito a nos acrescentar, mas também eu acho que nós temos que pensar em criar um ambiente para que as nossas instituições, OSCIP's, Cooperativas e SCM's possam se desenvolver. Então, eu acho que a nossa expectativa nesses dois dias vai um pouco nessa linha, que a gente possa aprofundar o debate

em alguns pontos e, então, na quinta-feira, tentar ver de que forma, acho que o MPO, o Ministério tem um papel importante, é conseguir fazer com que, realmente, a coisa flua, que as instituições tenham acesso aos recursos e possam, então, estar tendo escala, aumentando e se expandindo. Então, mais uma vez eu gostaria de agradecer ao Ministério, o MPO, ao Max, com quem a gente tem dialogado ao longo desse ano, porque a gente tem visto que realmente o Ministério está querendo fazer a coisa acontecer e nós somos parceiros, a ABCRED é parceira nessa caminhada. Muito obrigado!

**Cerimonialista** – Fará uso da palavra o Senhor Jacy Diniz Nogueira Filho, Presidente da Associação Brasileira da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor, ABSCM.

**Senhor Jacy Diniz Nogueira Filho** (Presidente da Associação Brasileira da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – ABSCM) – Bom dia a todos! Com a Resolução 3567 de vinte e nove de maio de dois mil e oito, o Banco Central flexibilizou as normas da sociedade de crédito do microempreendedor. Passamos, agora, a atender também as empresas de pequeno porte. E, com isso, nosso nome transformou-se em Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Empresas de Pequeno Porte. Nosso

limite de risco de crédito pro cliente, passou de um valor fixo, dez mil que hoje o PNMPO (Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado) também tem a mesma experiência para um valor variável, 5% do nosso patrimônio líquido. A nossa alavancagem passou para dez vezes o nosso patrimônio líquido. Foi um avanço. Com isso, agora, nós precisamos, realmente do PNMPO e alguns "funding" para resolver o nosso problema. O PNMPO vem de encontro às atuais aspirações da ABSCM. Apesar do programa não ter tido resultado esperado em relação às, então, SCM's, e hoje a gente acredita que o horizonte alargou-se muito. As sociedades de crédito ao microempreendedor e empresas de pequeno porte vão se fortalecer muito a partir de agora e necessitaremos dos recursos do PNMPO para atingirmos o público alvo e concretizarmos a inclusão social de nossos clientes. Sabemos dos problemas de baixo limite de faturamento e risco pro cliente e juros demarcados para o setor. Acreditamos, a ABSCM, nas mudanças necessárias para que o PNMPO continue atual e com inovações urgentes. Aproveitamos a presença de atores importantes na economia e no setor público do País, para solicitarmos que as regras venham realmente a mudar e que a gente consiga, nesses dois dias de seminário, ser peça importante nesse, papel importante nessas decisões. Obrigado!

**Cerimonialista** – Usará a palavra o Senhor Pedro Falabela, Presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras e Desenvolvimento.

**Senhor Pedro Falabela** (Presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento) – Eu queria cumprimentar a mesa, na pessoa do Senador Buarque de Holanda, que aprendi a respeitar como um dos brasileiros mais autênticos que nós temos hoje. Minhas Senhoras, meus Senhores, eu sou o Presidente da ABDE, Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, uma associação ligada a todos os Bancos Oficiais. Somos vinte e oito instituições, entre elas, doze Agências de Fomento que, acho que a maioria sabe o que são Agências de Fomento, as dificuldades que nós, das Agências de Fomento temos, pra tentar chegar à ponta para levar o crédito, principalmente o microcrédito nas regiões mais longínquas desse País, principalmente a Amazônia e o Nordeste. Trabalho na Amazônia há quarenta anos, ou mais, e sei o que representa o microcrédito pro produtor rural, pro pequeno comerciante, pro trabalhador autônomo. Mas existe alguma coisa, Senador, que precisa ser, que nós tenhamos consciência disso. Nós temos que deixar de pensar que o microcrédito é apenas uma ajuda. Achamos que nós, com aqueles pequenos recursos vamos resolver a vida de um trabalhador autônomo, de um

micro, microempresário de um produtor rural com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo, que precisa urgentemente, ser reformulado. O PRONAF B como está não vai resolver a vida de ninguém. Ninguém tem capacidade de pagar o empréstimo pra produzir um hectare de mandioca, sustentar sua família e ainda se dar ao luxo de pagar a instituição que o financiava. Isso precisa ser reformulado, desculpe o desabafo, mas eu vivo isso no meu dia-a-dia e sei o que representa o microcrédito para um Nordestino, para um Amazônico. Então, nós precisamos aproveitar esse Seminário para discutirmos o que realmente estamos fazendo. Será que o que nós estamos fazendo hoje é isso realmente que precisamos fazer? Será que a assistência técnica, o acompanhamento, a orientação está acontecendo? Esse é um desafio. Eu fico muito feliz em estar aqui e poder participar disso, contribuir se for o caso, dizer das nossas angústias, das nossas vontades, dos nossos planos, o que precisa realmente mudar e eu acho que o momento é esse. Aqui devem estar as pessoas que cuidam disso, que lidam com isso, com anos e anos de experiência. Agora, por favor, Senador, achar que nós vamos resolver a vida dos nossos micro, microempresários com juros baratos apenas, sem a orientação, sem o acompanhamento, sem que se coloque esse empresário realmente num patamar e que ele entenda que aquilo é uma atividade produtiva, que ele é uma

célula produtiva, que ele está recebendo uma ajuda pra produzir e não apenas pra sobreviver. Fica aí o desafio. Que nós tenhamos dois dias de profícuos trabalhos. Muito obrigado!

**Cerimonialista** - Senhoras e Senhores, para o pronunciamento final desta solenidade, ouviremos as palavras do Senhor André Figueiredo, Secretário Executivo, neste ato representando Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério de Trabalho e Emprego) – Bem, bom dia a todos, aqui presentes. Quero agradecer, neste momento, que eu considero extremamente importante pra todos nós que estamos trabalhando no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego essa temática que nós consideramos de fundamental importância que é a questão do microcrédito. Eu, talvez essa seja a segunda ou terceira oportunidade que eu participo de um momento de discussão com segmentos que já vivenciam, há bastante tempo essa temática, e que, com certeza, tem uma caminhada que serve pra alavancar nossas decisões no tempo, no espaço de tempo mais exíguo possível. Nós já estivemos aí conversando com o Cristiano, com o Vanderley, o Pedro e o Jacy que aqui representam instituições

que trabalham a temática do microcrédito, assim como cada um e cada uma de vocês. Estamos aqui com duas pessoas que eu considero da mais alta relevância no cenário, Dra. Moira Paz Estenssoro pelo trabalho que faz no âmbito da América Latina e o Senador Cristóvão Buarque, como o Senhor Pedro foi muito feliz ao designá-lo como uma das pessoas da maior referência ética de nosso País, que, com certeza, tem muito pra contribuir com todo o processo de revolução das nossas instituições que o Brasil precisa passar. E aqui temos o nosso amigo Max, que tem sucedido ao companheiro Almir na Coordenação do Programa de Microcrédito e que tem sido pra gente algo desafiador. Porque o tempo vai passando e eu digo que, às vezes, sou, como a gente é do Nordeste, a gente sabe que, às vezes, não dá pra esperar uma seca passar pra poder voltar a beber água, a gente precisa saber que a gente precisa correr muito. E tantas experiências que são exitosas, que estão espalhadas pelo Brasil afora, e lógico, que se forem somadas a outras experiências internacionais podem, também, servir como grande parâmetro com a gente, aí eu digo, talvez uma vinda do Yunos com GRAMEEN possam nos ajudar, mas não necessariamente vai ser o diferencial, porque nós temos experiências aqui no Brasil que, com certeza, podem servir de exemplo a vários e vários países. Então, o que a gente precisa é cada vez mais intensificar momentos como esses e tirar

desses momentos uma tentativa de unificação de procedimentos. Onde temos as melhores experiências, por que não replicá-las em outros locais? Onde temos as melhores experiências, nos âmbitos das instituições de microfinanças, sejam elas OSCIP's, Agências de Fomento, Sociedades de Operações de Microcrédito, enfim, os próprios Bancos, sejam eles Oficiais, sejam eles os Bancos Privados que hoje trabalham, também, essa temática e que nós comecemos a discutir de uma forma padronizada e tentar vermos o que é que hoje em dia trava a multiplicação necessária do volume, do "funding" que tem que ser alavancado pra dar uma maior dimensão ao programa de microcrédito, ao fundo de aval, temos que discutir qual fundo de aval que é o interessante para que nós possamos, sim, chegar à ponta. Nós sabemos que todos os nossos beneficiários do Programa de Microcrédito não são beneficiários de operações de crédito formais das Instituições Financeiras, porque tem suas peculiaridades. Então, precisamos capacitar aquele que é nosso maior instrumento, os nossos agentes de microcrédito, para que eles possam dar, sim, a segurança àquelas instituições de que ela pode ter a confiança de emprestar àquela dona de casa, àquele pequeno empreendedor que está na ponta e que tem o nome sujo, às vezes, por não ter condições de pagar algum título, ou um cheque, enfim, que está completamente apartado dos

mecanismos tradicionais de micro, aliás, de crédito como um todo. Então, essa operação, realmente, é um desafio. Mas é um desafio que urge uma celeridade. Nós, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministro Carlos Lupi, desde que, antes de me reservar essa missão de Secretário Executivo, pediu pra que a gente pudesse formar um grupo de trabalho pra que pudéssemos discutir realmente o microcrédito e trabalhar na perspectiva de que fosse um instrumento de transformação social. E a gente sabe que a gente tem que enfrentar vários paradigmas. A questão da taxa de juros. A gente sabe que quando a gente fala em reduzir a taxa de juros a gente já chega logo, principalmente para as instituições, que precisam de um mínimo de taxa de juros pra bancar as suas operações, pra que elas possam chegar ao "break even" e, de repente, não quebrar, mas, ao mesmo tempo, nós no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, precisamos pensar naquele tomador da ponta, naquele que, em diversos momentos, é até mesmo um beneficiário do Programa Bolsa Família e é um dos outros pontos que nós estamos tocando, o Presidente Lula tem feito questão de dizer que o grande desafio desse segundo mandato dele é dar um passo adiante na questão do Programa Bolsa Família, proporcionarmos a inclusão produtiva desses beneficiários e pode ser através de um programa de qualificação profissional que já estamos avançados no

PlanSeQ (Plano Nacional de Qualificação) da Construção Civil, onde estamos fazendo o cruzamento das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), ou seja, das vagas que estão surgindo com as obras do PAC, com o cadastro único do Ministério do Desenvolvimento Social, com o nosso cadastro do Sistema Nacional de Emprego e vemos quais são aquelas pessoas que, dentro do Programa Bolsa Família, podem se enquadrar num programa de qualificação profissional. Mas também temos a convicção de que o mercado formal, o mercado seletista, ele não é suficiente pra receber, não vou dizer num curto espaço de tempo, mas mais de onze milhões de famílias que hoje são beneficiárias. Precisamos investir em ações como a Economia Solidária. Precisamos investir em ações como o Empreendedorismo e, pra investirmos em empreendedorismo precisamos, obrigatoriamente, fortalecer o microcrédito. Precisamos, obrigatoriamente, fortalecer todas as instituições que trabalham o microcrédito, porque elas têm a capilaridade necessária para chegar a milhões e milhões de brasileiros, nas mais distantes localidades, sejam eles na Amazônia, no Nordeste, experiências exitosas que já temos aí no Sul e Sudeste, Centro-Oeste também avançando. Temos vários desafios. Precisamos alavancar a “funding”, é verdade. Precisamos discutir o nosso FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), na perspectiva de que eles não precisem passar

por instituições oficiais que intermedeiem isso e que cheguem direto nas instituições de microfinanças. Precisamos e estamos trabalhando, duramente, para isso. E podemos dizer que já temos a compreensão de boa parte daqueles que fazem o CODEFAT (Conselho Deliberativo do FAT). Já temos a compreensão, e eu não tenho dúvida em dizer, que, se chegarmos com o projeto consolidado, o Ministro Carlos Lupi já é um defensor ardoroso desta tese, tenho certeza que o Presidente Lula também abraçará. Então, nós precisamos, sim, consolidar, a partir de momentos como esse, onde há experiências que as Senhoras e os Senhores trazem aqui, experiências exitosas, experiências que são gratificantes, a gente, às vezes vê como, às vezes, ações que ainda não são harmonizadas, não são unificadas, mas que têm o efeito na ponta extremamente significativo e que serve pra gente ver, puxa, vamos apostar neste caminho que a gente ainda muda o Brasil por aí. Cito o Banco Palmas, lá no Ceará, que é um Banco que, com certeza, uma experiência extremamente exitosa, cito momentos como o que eu participei com a minha amiga Graça lá num Programa de Certificação na Oficina de Gênero pra pessoas que seriam agentes do microcrédito ou clientes do microcrédito, onde uma das melhores coisas que uma das Senhoras, lá na comunidade de Brasília Teimosa, lá em Recife disse foi dizer que, com uma capacitação como aquela, ela começa a ver a diferença entre o lucro e o

apurado, onde ela não pode, de repente, chegar e pegar tudo o que recebe numa operação de um pequeno comércio e gastar e não reinvestir, porque ela acaba torrando aquilo que é o capital de giro. Então, experiência que, às vezes, são tão simples, mas que são estruturantes na vida dessas pessoas. Então, nós temos, sim, esta missão, nós temos, sim, a necessidade de investirmos, cada vez mais, no desenvolvimento institucional de todas as instituições que fazem o microcrédito, darmos nossa contrapartida, investirmos no plano setorial de qualificação, no âmbito do microcrédito, aqui tem o Professor Carlos Arthur que está representando a Universidade Federal do Ceará, que é uma entidade âncora que está tocando, no âmbito de dezessete Unidades Federativas, beneficiando três mil e quatrocentas pessoas entre agentes e clientes do microcrédito, que é um primeiro passo. Que a demanda, a gente sabe, que é bem maior do que isso e que a gente vai trabalhar nisso. Mas a gente precisa, sim, começar com ações que sejam piloto e que possam ser multiplicadas por todos os Estados do Brasil. Então, mais uma vez o que nós queremos aqui é ratificar nossa disposição de estarmos envolvendo todas as instituições, tanto no âmbito da sociedade civil, as instituições de microcrédito, tanto no âmbito dos Governos Estaduais e Municipais que, através de suas Agências de Fomento, que, através de suas estruturas, às vezes, mesmo de Bancos

Oficiais proporcionam isso, nós temos, aí, o Banco do Nordeste também, com o Programa CREDIAMIGO (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste) que chega em vários locais e temos aí o desafio de fazer com que o Banco do Brasil, Caixa Econômica e BASA (Banco da Amazônia S.A.) possam fazer. Mas, temos a convicção que, se temos mais de duzentas e cinquenta instituições que já trabalham o microcrédito, será muito mais rápido, muito mais célere, se nós conseguirmos estruturar ações que possam ser direcionadas a essas instituições e recursos que possam ser alavancados, diretamente, nessas instituições e que nós possamos, sim, chegar na ponta, fazendo com que o beneficiário do microcrédito ele possa ter acesso mais célere, mais, digamos assim, imbuído de uma capacitação para que também, de repente, ele não pegue o recurso e, de repente, saia por aí gastando, sem a devida orientação, então , precisamos qualificá-lo pra que a gente possa, num curto espaço de tempo, através do Programa de Microcrédito, fazer desse Brasil um país bem melhor, como todos nós sonhamos. Então, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos, desejar muito sucesso nesse momento aqui que eu sei, será extremamente rico em termos de discussão e, mais uma vez, Max, fica o desafio aqui da gente trazer, sair daqui com algumas propostas que possam ser materializadas no mais rápido espaço de tempo possível. Muito obrigado!

**Cerimonialista** – Então, dessa forma, agradecemos a presença das Autoridades que abrilhantaram a abertura deste evento e, neste momento, desfaz-se a mesa principal. Convidamos a todos para o coffee break e, logo após, daremos continuidade aos trabalhos do Seminário. Pedimos a gentileza que retornem, no máximo, dentro de dez minutos, devido aos vãos dos primeiros palestrantes. Muito obrigada!

Intervalo

**Cerimonialista** – Dando prosseguimento ao III Seminário do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, está nesta primeira mesa da Conferência de abertura, compondo, como moderador, o Senhor André Figueiredo, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego. Temos a presença, também, contamos com a presença do Senhor Senador Cristóvão Buarque e da Senhora Moira Paz Estenssoro, representante da CAF, Corporação Andina de Fomento. Passo a ler, então, um pequeno e breve histórico do Senhor Senador, um currículo muito sucinto e da Senhora Moira também. O Senador Cristóvão Buarque, Senador da República, é Engenheiro Mecânico pela Universidade Federal de Pernambuco, em mil, novecentos e sessenta e seis e Doutor em Economia pela Sorbonne, Paris, em mil,

novecientos e setenta e três. Entre setenta e três e setenta e nove, trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, em Washington, e, desde setenta e nove é Professor da Universidade de Brasília da qual foi Reitor no período de oitenta e cinco a oitenta e nove. Entre noventa e cinco e noventa e oito, foi nosso Governador aqui do Distrito Federal e, em dois mil e dois, elegeu-se Senador da República pelo PT (Partido dos Trabalhadores). Atualmente é o Presidente da Comissão da Educação, Cultura e Esporte no Senado Federal e também é membro do Instituto de Educação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). E a Senhora Moira Paz Estenssoro, que também será uma de nossas palestrantes é representante da CAF, Corporação Andina de Fomento, Boliviana, licenciada em Economia e Sociologia, com Mestrado em Economia Aplicada. Foi Ministra de Desenvolvimento Sustentável, Senadora da República, Embaixadora da Bolívia na Itália e representante permanente perante a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e PMA (Programa Mundial para a Alimentação). Assim como Cônsul Geral no Rio de Janeiro. Entre outros cargos, foi assessora do Diretor Executivo do Banco Mundial e funcionária do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Então, dessa forma, eu passo a palavra ao Senhor moderador da mesa.

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Bem, vamos iniciar, então, os nossos painéis, tendo esse primeiro como tema, “Microcrédito como Instrumento de Valorização do Trabalho Humano e de Combate à Pobreza”, com o Senador Cristóvão Buarque e com a Dr. Moira Paz Estenssoro e a gente combinou aqui de cada um falar, por volta de vinte minutos, e, após a exposição de cada um dos nossos palestrantes, nós abriríamos para o plenário formular algumas palavras que, tanto podem ser por escrito, como verbalmente, certo? Então, como o Senador Cristóvão não falou por ocasião da composição da mesa, Dr. Moira disse que agora é com ele, ele começa agora. Senador Cristóvão? Por Favor!

**Senador Cristóvão Buarque** – Bom dia a cada uma e a cada um de vocês. Quero dizer que houve esquecimento de um item do meu currículo muito importante que é ter sido Professor da Moira. Eu não vou dizer quando porque vocês vão achar que foi no Jardim de Infância, embora eu ficaria muito feliz de ter sido no Jardim de Infância porque o português dela é perfeito. Não precisava ter pedido desculpas a ninguém. Mas eu fico feliz, também, de estar falando aqui sobre microcrédito. Mas eu peço desculpas se o que eu disser

não tiver algumas pitadas de radicalismo sobre como eu vejo esse tema. Primeira coisa do meu, chamemos radicalismo, é o nome. Microcrédito é um nome absolutamente errado. Primeiro porque não pode ser micro, porque a gente vê a empresa. Ele é um crédito amplo, porque só tem sentido se for pra milhões. O microcrédito pra poucos é um desperdício de recursos, porque a gente gasta uma energia enorme pra financiar umas quantas pessoas. Microcrédito, eu vou continuar usando esta expressão porque nos habituamos, ou é pra milhões, ou não é transformador como a gente quer. Por isso, ele pode ser micro do ponto de vista vertical, de beneficiar com pouco dinheiro uma empresa, um grupo, uma pessoa. Mas ele tem que ser, aqui embaixo, vocês já sabem, telefone celular não funciona, a não ser nessa hora. Passei a manhã tentando, nem desliguei por isso, porque eu fiz tudo e me avisaram que não funcionava. Então, o microcrédito só faz sentido quando ele consegue ser amplo, atingir uma quantidade muito grande. Então, o micro a gente já se acostumou, vamos continuar usando, mas não é uma boa palavra. Vou sugerir algumas, inclusive. Finalmente, o crédito não é o fundamental no programa que se chama microcrédito. O crédito é um pontinho de uma quantidade de ações e atividades que juntas resgatam pessoas pobres, excluídas para dentro do sistema. Então, é amplo e o crédito não é o fundamental. Se ficarmos só no crédito, fracassamos. Eu vou

dar aqui algumas coisas, mais adiante, que a gente precisa fazer para que essa idéia de microcrédito funcione. E as outras são tão ou mais importantes do que o dinheirinho que a gente dá, embora, sem ele as coisas não funcionem. Então, é um crédito degrau, por exemplo, porque é um crédito que serve para as pessoas subirem. É um crédito amplo, porque é um crédito para muita gente. É um crédito, eu anotei aqui algumas idéias, é um crédito popular. É um crédito democrático. É um crédito solidário. É um crédito artesão. É um crédito, como a gente chamava, aqui, no Governo do Distrito Federal, um crédito trabalhador. Aqui o nosso programa chamava BRB Trabalho, Banco Regional de Brasília que é um Banco trabalho. O que foi um nome ruim e uma opção ruim, como eu vou falar, por ter sido um Banco Estatal. É um crédito inclusão. É um crédito revolucionário, só não é micro do ponto de vista de a quem a gente atinge. Além disso, ele não é crédito, porque crédito não é o fundamental. O fundamental, por exemplo, são três outras coisas. A assistência técnica ao micro produtor, a organização desse micro produtor, não apenas entre eles, mas, sobretudo, deles com o sistema e eu vou citar um exemplo que deu certo, aqui no Distrito Federal, e vou citar o que não deu certo e ele é, também, um instrumento de formação e qualificação. Então, a assistência técnica, formação ou qualificação e organização e crédito. A atividade é composta de quatro vetores. O crédito

é um deles. Se nós nos concentrarmos na idéia do crédito, passar dinheiro, como se faz com as grandes empresas, com os grandes produtores, eu tenho a impressão que a gente fracassa. E aí o exemplo do fracasso no Distrito Federal. Eu, desde a campanha para Governador, eu disse, vou criar um sistema de microcrédito, pelo fascínio que eu tenho por isso e continuo tendo. Sou um "microcredista", se quiserem. Eu sou um defensor disso, como instrumento auxiliar para sair da pobreza. E na campanha eu usei isso. E disse, o BRB (Banco de Brasília) será o Banco que vai financiar o microcrédito. Não deu certo. Porque há uma resistência imensa da estrutura dos grandes Bancos para o microcrédito. Além disso, há uma quase que impossibilidade, porque uma pessoa, naquela época, eu me lembro, o salário médio do BRB era cinco mil reais. Como é que uma pessoa ganha cinco mil reais, tendo Doutorado para fazer avaliação de projetos, vai conseguir dar um crédito de mil reais para uma empresa que ele não consegue ter o "cash flow". Quem me chamou a atenção disso, pela primeira vez, da idéia de que num Banco Estatal é difícil fazer microcrédito, foi D. Ruth Cardoso. Numa conversa ela disse, esse seu programa é muito bom, mas, dentro de uma estrutura de um Banco Estatal com o peso, com as regras e com a lógica e não sentimento, não vai dar certo. E, de fato, funcionou o microcrédito no BRB, não sei nem se aqui tem algum dos representantes lá, não sei nem se ainda

existe, de fato, essa linha de crédito. Mas era uma luta constante, minha com o Presidente, que eu nomeei, dele com os Gerentes e dos Gerentes com a máquina. Uma resistência absoluta. Então, funcionou, no final, por causa de uma cobrança constante, mas, muito menos do que a gente imaginava e o resultado foi menor, embora, até hoje, eu veja com muita satisfação, quando eu vou, por exemplo, um dia desses em Santa Maria, entrei numa padaria pra tomar um café e o menino que estava ali, o jovem dono, venha ver uma coisa aqui. Me levou embaixo e disse, esse forno foi comprado com o dinheiro do BRB Trabalho. Agora, ele completou: e eu aprendi a ser padeiro, no Projeto Saber, que esse, sim, funcionou. Nós chegamos a qualificar trezentas mil, não pessoas, porque alguns fizeram mais de um curso, mas nós chegamos a dar qualificação, diplomas, num número de trezentos mil. Então, a gente conseguiu casar, mas com um braço muito mais forte, o braço da qualificação e um braço fraquinho, que foi o braço do crédito. Tinha que ser assim os dois. Pra ser assim, o sistema de fazer o microcrédito, tinha que ter sido parecido com o de fazer os cursos. Como é que foi o curso? Não foi dentro da máquina do Governo. A gente contratava grupos, ONG's, entidades que davam cursos. Imaginem, fazer esses cursos na Secretaria de Educação, que nem é pra isso? Não. Nós financiávamos entidades que davam cursos, com o dinheiro do FAT. Dizem que não funcionou em

muitos lugares, aqui funcionou. Então, o ponto é esse. Faltou o lado de aumentar o crédito, porque amarramos à uma estrutura estatal pesada. O que a gente tem que fazer? Outros conseguem fazer isso aqui funcionar, mas não complementam. Eu vou dar um exemplo de um programa que funcionou, que a gente nem chamava microcrédito. Chamava PROVE, Programa de Verticalização na Agricultura. Como é que a gente fazia? Identificava pequenos produtores rurais, por exemplo, pessoa que vendia ovos na feira. Levava, toda sexta-feira uma cesta com ovos. Chegamos a ele e dissemos, se, em vez de você levar todos esses ovos na cesta, você põe uma lâmpada e olha o ovo, você começa a escolher os que prestam e os que não prestam. E se você, em vez de levar assim, leva dentro de uma caixinha de isopor, você vai vender no supermercado. O que a gente fez? Mudou a indústria na qual ele vendia ovos com a qualificação para vender no supermercado. O que foi preciso pra fazer isso? Primeiro a identificação do beneficiário. A gente ia atrás, a gente não esperava que ele viesse. Segundo a assistência técnica, dizer como é que funciona uma fábrica de ovos, entre aspas, obviamente. E aí dissemos: simplesmente uma mesa, uma lâmpada, um lugar pra colocar as caixas aonde os ovos irão e, finalmente, a assistência técnica de marketing e a assistência técnica de comercialização. Porque, sozinho ele não tinha marca. Nós criamos a marca PROVE pra todas as fabriquinhas

desse tipo. E eles tinham selo, tão bonito como o da SADIA. E com este selo, a gente dava assistência comercial pra vender nos supermercados. Chegamos a montar e aqui está quem dirigiu este programa pra mim, João Luiz, eu nem sabia que ele vinha aqui hoje, chegamos, se não me engano, cento e dez? Cento e trinta e duas pequenas indústrias como esta. O cara vendia banana na feira. A gente mostrou que ele podia vender doce de banana. Dentro de uma garrafa desenhada, capaz de atrair o comprador, com um rótulo bonito, capaz de atrair o comprador e numa prateleira de supermercado, aonde vai o comprador. Essa assistência técnica, de como é a fábrica de doce, a assistência técnica de como vender doce de acordo com o marketing, e a assistência de comercialização de como botar o seu produto na rede globalizada, eu gostava de dizer isso, a gente está globalizando o pequeno, isso é que faz o que a gente pode chamar de microcrédito, além de financiar a pequena fábrica. Na época eram cinco, seis mil reais cada fabriquinha dessas. Cinco, seis mil reais. Uma era um pouquinho mais, a de ovos, por exemplo, era baratíssima. A de pão de queijo, uma mulher aqui, não me lembro de qual cidade, vendia pão de queijo no Japão. Obviamente congelado. Ela conseguia mandar. Nós furamos o bloqueio que essas pessoas sofrem, ou então, como dizia o João Luiz, não bloqueio, nós ajudamos essas pessoas a subir uma escada sem a qual ela não subia. Uma escada que tem

diversos degraus, que precisam ser colocados na escada praquela. O primeiro é a motivação do público, convencer a pessoa de que vale a pena, em vez de vender banana em cachos, na feira perto de casa, vender banana industrializada, em supermercado. A gente precisou mudar a legislação. Foi duro mudar algumas legislações para que isso fosse aceito. A construção da agroindústria foi outro degrau. A capacitação da pessoa, o marketing, a comercialização, depois a fiscalização e acompanhamento. São os degraus que a gente foi dando. Agora, tem uma escada ao contrário, que é a escada da exclusão. O primeiro degrau é não ter a carteira de identidade, o segundo degrau é não ter avalista, o terceiro degrau é não saber ler. São degraus que ele não consegue subir. Então, a gente tem que fazer a escada positiva pra superar a escada negativa, ou até, se quiserem, o abismo com base em pequenos degraus para baixo. Microcrédito, para mim, é uma concepção mais ampla do que crédito e maior do que micro. E aí eu falo da experiência do GRAMEEN BANK. No ano dois mil, dois mil e um, eu fui lá. Levei dezoito pessoas especializadas em microcrédito no Brasil, inclusive um do Ceará, não sei se algum dos que me acompanharam estão aqui. Fomos dezoito pessoas, mais eu e uma pessoa coordenando. Ficamos uma semana lá em Dhaka e aí eu percebi que microcrédito não é microcrédito nem é economia, é quase uma religião. Alguém chamou aqui o Yunus de guru,

quem foi? Você chamou de guru. Ele não é gerente, ele é guru. É quase que uma religião que eles fazem ali. E aí tem algumas liturgias, que, sem elas não existe religião. Não dá pra ter, me desculpem, mas eu faço parte desse grupo, não dá pra fazer microcrédito de gravata. Não dá pra fazer microcrédito com base apenas em lógica e não em sentimento. Não disse sem lógica. Não dá pra fazer microcrédito com escritório. No GRAMEEN BANK é proibido ficar na mesa do Banco. Você tem que estar lá na ponta, no meio das pessoas que vão receber o dinheiro. Não dá pra falar em avalista. Não dá pra cobrar prestação uma vez por mês, ou até de tanto em tanto tempo. Eles cobram diariamente, porque aí o cara nunca fica endividado. Isso exige uma coisa que a gente não tem no Brasil. Isso exige uma confiança muito grande no sistema, nas pessoas do sistema. Aqui a gente sabe que, se você, eu vi as pessoas saírem com uma maletinha de dinheiro pra ir emprestar lá. Aqui, tirando de lado o assalto, e o custo adicional de ter que ir com guarda-costas, aqui ninguém confia que esse dinheiro vai chegar na ponta para um beneficiado. Ninguém acredita que ele vai devolver o dinheiro depois de receber. Esse é o problema mais sério. Porque microcrédito não combina, além de gravata, além de escritório, além de tudo isso, não combina com uma entidade, um sistema burocratizado. E, no Brasil, a gente não sabe fazer coisas sem a burocracia.

Porque a defesa que o sistema criou pra evitar os furos que os sistemas no Brasil tem. Nós somos cheios de furos, por onde vazam recursos. A tampa desses buracos é a burocracia, é o Tribunal de Contas, pra evitar que se gaste mal. Essa burocracia que impede os furos, essa burocracia impede, também, a realização. Isso quer dizer que eu sou pessimista? Não, eu sou otimista. Agora, eu não acredito, sinceramente, que a máquina do Estado possa fazer muito mais do que repassar recursos confiando em quem vai executar. Sou otimista. Agora, não sei quando é que a gente vai conseguir fazer isso. Essa confiança geral de dar uma malinha de dinheiro e saber que aquela malinha de dinheiro vai criar uma atividade produtiva e volta do mesmo tamanho ou até mais cheia. Porque tem que ter uma cobrança, se não de juros, pelo menos de uma taxa para que as pessoas mostrem responsabilidade e remunere o sistema todo. Pra mim o grande problema nosso hoje, e aí eu termino, é de concepção. O microcrédito visto como a universalização do crédito para todos os pequenos que quiserem e, ao mesmo tempo, a visão de que o crédito é uma perna de um sistema, onde tem que dar qualificação, assistência técnica eficiente, tanto na engenharia de produção como na comercialização, e, finalmente, organização dos microprodutores em série, para que cada um continue pequeno, mas juntos, eles possam participar da globalização. Senão a gente vai financiar

peessoas que vão continuar à margem, mesmo que com rendazinha pequena. Nós não vamos integrá-los. A integração é se a gente conseguir fazer com que eles vendam nas grandes cadeias de supermercados, nas grandes lojas dos Shoppings Centers. Que o seu produto seja capaz de concorrer com os mais refinados produtos da rede global, senão, não é ruim, mas não vai ter o impacto emancipador que a gente deseja. Por isso, eu concludo dizendo, sou totalmente um entusiasta, sem dúvida alguma, mas eu creio que aqui a gente está faltando muito ainda pra dar esse passo de, por exemplo, trazer o GRAMEEN BANK pra cá. Do jeito que ele é ele vai ser um ente estranho no ninho, não vai se adaptar às nossas regras, às nossas desconfianças. O grande trabalho que o Ministério do Trabalho poderia fazer seria começar a desenvolver experiências extra-sistema. Experiências de uma nova maneira de pensar, correndo o risco, inclusive, de que muitos desses empréstimos não dêem certo, não voltem, mas correr risco. A gente corre risco ao emprestar bilhões. A gente não corre risco ao emprestar dezenas de reais, Quanto o BNDES não já perdeu, gente, financiando grandes projetos? Agora, a gente não aceita correr risco pra emprestar cinco mil reais a um pequeníssimo produtor. Vai colocar esse dinheiro na mão do agente e dizer, você leva cinco mil e traz cinco mil e dez e esperar que volte. E correr o risco de que alguns não voltarão. É uma questão de

mentalidade. Se eu fosse imaginar o que é que precisa mudar para que o microcrédito, de fato, funcione como a gente deseja, tipo GRAMEEN BANK, eu diria, meu caro André, é mudar a mentalidade de nós, executores, dos beneficiados e, também, do sistema em geral do Poder Público e do sistema público brasileiro. Convencer o Tribunal de Contas disso é quase impossível, porque, a função dele é impedir que aconteça a coisa errada, então, eles não deixam acontecer as certas. Da mesma maneira que o papel de um analista de Banco é não deixar que o dinheiro saia, para que o Banco não perca. E não aceitar que o dinheiro saia, correndo o risco de que uma parte não volte, desde que pequenininha. Eu sou contra facilitar empréstimos pros grandes, porque aí quando se perde é muito. Mentalidade. Esse é o grande desafio. Cultura. A cultura do microcrédito tem que ser diferente daquilo que muitos de nós faz. Eu sei que aqui muitos devem fazer com uma cultura diferente, agora, essa cultura tem que ter uma base no sistema social, político, que aceite. E hoje, mesmo aqueles que têm uma cultura diferente não são aceitos pela cultura lá fora, como eu vi que aqui, o BRB, não aceitou, praticamente, aquilo que a gente quis fazer. Aí a gente foi fazer na Secretaria de Agricultura, onde ele trabalha, onde ele era o Secretário, através do PROVE. Até hoje tinham algumas que sobreviveram, apesar de que o governo que veio depois tentou proibir. Se eu fosse

recomendar uma coisa, eu recomendava que fossem visitar algumas dessas nossas agroindústrias. Nem microcrédito chamava, chamava-se agroindústria familiar. Não era microcrédito. Microcrédito era um pilar do sistema que levou à construção dessas quinhentas, cento e trinta e duas micro indústrias, cento e trinta e duas no Distrito Federal, que é a menor Unidade da Federação. Micro indústria familiar. Micro indústria de uma maneira geral. Essa que é a palavra, ou outra, usando créditos pequenos, mas compostos pelos outros vetores que levam, de fato, à produção e à comercialização. Esse era o recado que eu queria dar pra vocês, pela experiência vivida, de tentar por um lado e não dar o resultado que eu queria e ter tentado por outro e ter dado um excelente resultado quando o dinheiro foi visto como parte de um sistema e quando a credibilidade foi dada para que o sistema funcionasse. Eu espero que a gente tenha algum tempo para algumas perguntas e críticas ao que eu falei. Um grande abraço pra cada uma e pra cada um.

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Bem, obrigado, Senador Cristóvão, eu passo a palavra, agora, para a Dr. Moira Paz Estenssoro.

**Senhora Moira Paz Estenssoro** (Representante da Corporação Andina de Fomento, CAF) – Bom, muito obrigada! Depois dessa palestra do meu Professor, Cristóvão Buarque, fica difícil. Ontem à noite eu estava pensando, olha só é como entrar novamente e fazer uma prova. O Professor que vai estar lá tomando, escutando bem se a aluna aprendeu. E, eu acho que, pela reunião, o tema que estamos tocando ele vai comprovar e vai fazer depois, vai nos dar uma nota sobre o que vamos tocar agora e o que eu vou falar. É difícil complementar o que foi dito agora pelo Senador Cristóvão Buarque, porque, efetivamente, quando todos nós, agentes de desenvolvimento, que cremos no desenvolvimento sustentável dos nossos Países, vemos o microcrédito como um instrumento pra chegar lá. Mas, estamos na frente, depois de ter tido uma discussão de muitas décadas sobre o tema. Um reconhecimento, finalmente, como foi o reconhecimento do Prêmio Nobel ao Yunos e ao GRAMEEN BANK dizendo, efetivamente, é o modo, é o modo de melhorar os ingressos, é o modo de resolver o problema da pobreza e, não necessariamente, único. E não pode ser “aislado”, não pode ser executado de uma forma “aislada”. Porém todos nós em nossos Países temos experiências diferentes. E o que diz a experiência, justamente nos coloca na discussão de que, em primeiro lugar, esse instrumento do microcrédito não pode ir pra frente se não temos políticas macroeconômicas que

estejam dentro dessa possibilidade de promoção da idéia do microcrédito, e também, acho que é pequeno, porém, esse instrumento, digamos, tem que estar dentro de um marco de estabilidade macroeconômica. Temos que ter um controle de inflação. O que vamos fazer com aqueles usuários, esses clientes, essas pessoas que hoje estão vendo, com grande preocupação o processo inflacionário novamente. Então, as políticas públicas nacionais têm que estar dentro de um marco que possam promover, efetivamente, na economia, essa ação dos agentes do microcrédito. Então, a estabilidade macroeconômica, são políticas nacionais, são políticas públicas. Essas têm que estar acima de qualquer coisa e que são as que precisamos ter para dar continuidade a nosso trabalho. Então, isso que acabou de dizer o Senador Cristóvão, é inadmissível que um esforço feito durante um processo de governo, durante uma gestão de governo, seja interrompida porque, o político diuturno não quis se identificar com isso e porque todos nós, políticos, somos, lamentavelmente, chegada a gestão, iniciar a gestão, colocando tudo pra trás, na folha zero, Temos que inventar. Não podemos recuperar nada do que vem de trás. Temos que não esquecer os inventores dessa nova política pública. E esse, realmente, é um dos problemas que a gente vê em termos de processos, da continuidade, de que a política tem que ir além e, por isso, o microcrédito, essas iniciativas têm

que ser abraçadas como políticas nacionais. Para serem abraçadas como políticas nacionais não basta uma decisão. Tem que ser coordenado com os fatores, a sociedade civil, com as organizações não-governamentais, com as Instituições Financeiras e, sobretudo, entre os Poderes do Estado. Porque não adianta ter uma política nacional e, de repente, estarmos ainda em um processo de ver que a normativa legal seja mudada para, efetivamente, e aí a normativa legal, Senador, vai pra sua área, tem que ter uma coordenação e tem que ser, então, uma "condivisão" de objetivos pro País. Essa "condivisão", essa forma de ver desenvolvimento, vai além dos Partidos, vai além das pessoas e, sobretudo, identifica uma ação coordenada entre o Poder Legislativo que está responsável pra aprovar a normativa legal, para que o Executivo possa levar pra frente as ações e, sobretudo, superar obstáculos que estão se vendo, que, por agora, não permitem o que pelo menos são limitantes a esse desenvolvimento maior do microcrédito no País. Eu penso que o microcrédito, pode ser que possamos vê-lo dentro de uma ação de melhoramento quantitativo para a população que faz, que tem acesso aos mercados financeiros. Porém, eu quero dar o enfoque do melhoramento qualitativo. No momento em que uma pessoa tenha acesso ao sistema financeiro, não só tenha acesso a uma incorporação à economia, uma incorporação ao sistema social, mas cresce a auto-estima da

peessoa, cresce a auto-estima da pessoa e, sobretudo, se cria uma rede na comunidade de reconhecimento a esse indivíduo, por estar fazendo parte de um processo produtivo que beneficia a comunidade. E isso você vê claramente e, quando a mulher é beneficiária de um crédito. Quando a mulher, de repente, passa a fazer parte de um sistema, de uma cadeia produtiva e é reconhecida como tal dentro da comunidade. Definitivamente, isso não só traz um melhoramento em termos da renda da família, porém traz uma incorporação da mulher que permite a ela não só ficar no âmbito produtivo, mas vá além. A mulher, de repente, começa a ser percebida como um agente de câmbio, uma mulher que está, agora, com a seguridade pessoal de poder falar mais alto, de participar na política, de, de repente, ser um ator de decisão dentro da comunidade. Então, eu estou vendo que o microcrédito junto com acesso à infra-estrutura básica, com acesso à educação e saúde, acesso à infra-estrutura física e econômica, são os elementos que permitem a cidadania, a cidadania do indivíduo. Essa cidadania hoje vemos que é fundamental para garantir a governabilidade. A governabilidade dos nossos Países. E essa governabilidade é uma forma de defender a Democracia, a Democracia que todos nós temos lutado pra recuperar nos nossos Países. Então, no momento em que você está falando de microcrédito, está falando, realmente, de um processo de dar

dignidade às pessoas, de fazer com que elas, realmente, participem dentro do processo de desenvolvimento sustentável de uma Nação. Hoje, esses dias de reunião, vamos ter oportunidade de discutir os problemas de fundo do microcrédito. Os custos a sustentabilidade do "funding". Nós falamos de repasses subsidiados. É isso que nós podemos falar para fazer com que o microcrédito seja sustentável, ou temos que ir pelo lado das Instituições Financeiras que acham que é melhor o repasse a custos de mercado. O que vamos fazer? Como vamos fortalecer assistência técnica? Como vamos acompanhar esses cidadãos que são os receptores do crédito? Como fazer para que essa produção possa ser incorporada dentro de conceitos de cadeias produtivas? E, para isso, é tão importante a parceria público-privada. Nós não podemos falar disso se não temos, realmente, uma concepção clara de que o público não pode fazer tudo isso só. Que tem que ter uma simbiose com o setor privado para, efetivamente, levar na frente um processo de desenvolvimento sustentável. Não tem mais essa divisão que isso faço eu, você faz isso, porque, no final, graças a Deus, por esse processo de globalização ao qual nós não podemos nos retirar, se não podemos aportar pra que seja melhor para os cidadãos do mundo, é justamente de sermos todos nós, dependemos um do outro. E todos nós, setor privado, setor público, sociedade civil temos que trabalhar juntos pra

resolver os problemas. Precisamos o marco legal estável. Isso vamos ter que discutir esses dias. Porém, sobretudo, eu acho que repetir as discussões que nos levam a propostas, porém propostas que tenham que estar depois em condições de ser consideradas a nível legislativo e tem que ser uma participação, aqui, das comissões que tratam o assunto dentro do Congresso. Tem que ser participativos desse processo, como eu já disse, também a sociedade civil. E o negócio do mercado, Cristóvão estava falando que é importante você ter a visão global do sistema, porque tem que incentivar, não só o marco legal, não só a estabilidade macroeconômica, porém, também, assistência técnica e desenvolver os mercados. E os mercados para o microcrédito, geralmente, se dão dentro de um processo da comunidade. São poucas as exceções digamos, a não ser que estejam dentro de processos de cooperativas ou de grandes cadeias produtivas, é difícil você encontrar o portador do microcrédito, sujeito à microcrédito, se não está havendo o desenvolvimento econômico local. Como promover isso? Eu acho que essa coordenação de poderes territoriais a nível Federal, Estadual, Municipal é muito importante. E é muito importante, porque, no final, não estamos falando de descentralização. Não estamos falando do que pode ser o Município como agente de desenvolvimento econômico local, como pode incorporar em realidades territoriais, mesmo que

não tenha essa cobertura direta do Governo Federal, porém, na realidade a união de diferentes Municípios em territórios que são complementares são os que fazem com que se criem os mercados. Então, o que precisamos, realmente, incorporar e ter o treinamento não só para o indivíduo que está colocando em risco os mil reais ou cinco mil reais para a Instituição Financeira? Eu acho que também precisamos fortalecer a capacidade institucional dos órgãos que estão trabalhando justamente nesse desenvolvimento econômico local. Se temos funcionários públicos, a esse nível, que possam ter políticas de coordenação entre Municípios, já estamos, eu acho que, enfocando o tema de mercados e promovendo essas estruturas de mercados possíveis e mercados complementares que favorecem, justamente, a evitar o risco de perda de um crédito pequeno. Então, eu queria finalizar, simplesmente, colocando a questão do nosso trabalho na América Latina. A Corporação Andina de Fomento, que eu represento aqui no Brasil, é um Banco de Desenvolvimento Regional. É um Banco de Desenvolvimento que nasce na comunidade Andina, por isso que vem o nome da CAF, porém, hoje já tem como Países Membros todos os Países do Mercosul, além de Costa Rica, Jamaica, México, Panamá, República Dominicana, Trinidad Tobago. Nós somos uma organização que responde, realmente, aos Países Membros e temos a capacidade de alavancar e temos uma

agenda de desenvolvimento sustentável. E apesar de que as cifras macroeconômicas da região têm melhorado muito, ainda o combate à pobreza é a nossa orientação. Para isso nós financiamos infra-estrutura econômica e social e temos, sobretudo, uma especial atenção para acompanhar os esforços dos Governos na inclusão da população aos serviços básicos como educação, saúde e acesso aos recursos financeiros. Nós promovemos uma agenda de desenvolvimento sustentável que quer dizer, também, esse respeito ao meio ambiente e a incorporação de toda a população dentro dessa qualidade sustentável. E para nós trabalharmos dentro do Brasil, nesse setor, estamos dando prioridade a uma colaboração permanente, no que a normativa. Nós queremos colaborar, não só com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que já temos a parte, digamos, de apoio com o SEBRAE, temos um acordo, porém, queremos colaborar com o Banco Central, com o Ministério para poder transferir algumas experiências que temos tido para que a normativa legal, para que esse processo de microcrédito tenha uma maior representação e que possa incorporar um maior número de pessoas no Brasil. Então, qualquer coisa, temos aqui a informação sobre a CAF, temos o colega que chegou de Caracas, também, que vai estar participando e acompanhando durante esses dois dias e,

qualquer pergunta, qualquer coisa, estamos aqui à disposição.  
Muito obrigada!

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Bem, obrigado, Dr. Moira. Nós abrimos, então, as inscrições. Já recebemos algumas ponderações, algumas indagações aqui por escrito e fica facultado a inscrição tanto de forma oral quanto também o encaminhamento de perguntas aqui pra mesa. O Senador Cristóvão já tem duas.

**Senador Cristóvão Buarque** – Eu tenho duas. A primeira é um esclarecimento que eu agradeço muito que o José Ivan me mandou. José Ivan é um missionário do microcrédito aqui. Eu não estou vendo é onde ele está. Ah, está ali. O José Ivan lembra que o BRB teve duas experiências de microcrédito na década de noventa. Uma que não funcionou como eu disse que, aliás, eu exagerei ao dizer que não funcionou. Não funcionou com a expectativa que eu tinha. Mas, quando a gente olha a quantidade de dinheiro, até que não foi zero como eu mesmo falei de uma padaria. Mas têm muitos negócios por aí, mas não na expectativa que eu tinha que era de ter milhares. E outra que funciona até hoje. É o chamado microcrédito BRB Providência. Ele diz que a diferença entre as duas, além dos Gerentes, não vou dizer os nomes, é, e eu

estou de acordo que Gerente é fundamental, quem gerencia, o líder, melhor dito, a liderança é fundamental, além disso, foi a "ânima" da campanha do Betinho e aqui mostra que eu tenho razão. Não dá pra ter "ânima" de Betinho numa Instituição Bancária inteira. É uma "ânima" diferente, a não ser um GRAMEEN BANK, que foi criado com aquela "ânima". Não mudou a "ânima". E a relação das parcerias envolvidas nas duas experiências, sem dúvida alguma, como na agroindústria. Na agroindústria a parceria era diferente. E, fundamentalmente, a semelhança da segunda com o GRAMEEN BANK. Mas tem outra, pode estar dentro desta semelhança. É que a primeira era administrada pelo Banco. Essa outra não é pelo Banco, não é isso? Eu acho que a campanha do Betinho, a Caixa Econômica fez e outras entidades. Naquela época era um dinheiro que os funcionários davam. Não sei se ainda é assim. É assim ou não, Ivan? É um dinheiro que os funcionários davam pra fazer um Fundo. É ou não? Não. É dinheiro do próprio Banco.

Participante fala fora do microfone

**Senador Cristóvão Buarque** – Isso, isso, então. Está dentro do que eu falei. Na ponta não é o Banco. O Banco dá o dinheiro, mas é a OSCIP, a OSCIP.

Participante fala fora do microfone

**Senador Cristóvão Buarque** – Perfeito! Pois é, o erro da experiência anterior, que não foi um fracasso. Eu até exagerei, mas não foi o sucesso que eu queria, é a “ânima” bancária. A outra “ânima” como você usou aqui foi a do GRAMEEN BANK. Então, o Banco é apenas o fornecedor de recursos, mas o executor eu acho muito difícil, na estrutura bancária, são todos grandes Bancos. A não ser um pequenininho que use nome Banco apenas, aliás, o GRAMEEN se considera Banco. É GRAMEEN BANK. Não é um Banco no sentido que a gente conhece no ocidente. A outra é do Carlos Magno Carvalho. O que eu acho de numa economia capitalista eu penso de colocar o lucro como item fundamental na equação para o sucesso de sustentabilidade. Não tenha dúvida. Não pode haver uma atividade sem lucro. Agora, tem que definir lucro. No caso do micro – micro, a sobrevivência é um lucro. Isso é que é difícil um Banco entender. Sobreviver já é lucro. Quando a gente gasta dinheiro quando vai ao médico, qual é o lucro que a gente tem? A gente só tem gasto. Mas a gente sai com saúde, se o médico for bom, né? Então, a sobrevivência é um lucro. O lucro não pode ser só financeiro. A sustentabilidade com a natureza, a sustentabilidade ecológica, é um lucro. Uma árvore não derrubada é um lucro. Essa é uma definição que o capitalismo

tradicional ainda não consegue aceitar. Devo até dizer uma coisa, é uma das experiências mais bonitas que eu vi lá em Bangladesh foram umas árvores imensas que eu perguntei o que era. E um cara me disse uma coisa genial. Ele disse, aqui as pessoas quando são pequenas, nascem, o pai planta essa árvore. Porque quando a pessoa tiver velha, derruba e vende. É a aposentadoria. Esperam décadas para derrubar a árvore. Então, pagar a aposentadoria, quando a gente paga, só tem o lucro depois. Então, eu estou de acordo que sem lucro não vale a pena, mas tem que definir lucro como sobrevivência, como sustentabilidade ecológica e também uma "plus" vinda financeiramente. Quando eu discuti com o Yunos e mostrei pra ele o que eu chamo os cinco pontos da cesta essencial pra sair da pobreza que é comer, que é educar-se, que é poder pagar o ônibus, transporte, são cinco aí, que é saúde, e mais um, aí ele disse, faltou um. E eu disse, qual? Ter uma poupança. Eu fiquei fascinado por isso. Quem não tem poupança não saiu da pobreza. Porque não tem segurança para amanhã em caso de necessidade. Então, poupança é lucro. Não existe poupança se não vier de um lucro. Então, eu sou favorável ao lucro, mas vamos redefinir o lucro. O lucro pra uma empresa fria é financeiro. O lucro pro País, ele tem que ser a sobrevivência dos seus cidadãos, a manutenção da natureza das suas futuras gerações. Tem outra? Aqui é da Raquel, Servidora da Secretaria de Estado do Trabalho aqui

do DF. Eu estava, em noventa e seis, no lançamento do então BRB Trabalho, lá em São Sebastião. O Programa funciona até hoje. Atualmente chamamos CREDITRABALHO. Embora ainda não tenhamos conseguido chegar ao ideal. O programa continua levando oportunidade de inserção no mercado a inúmeros empreendedores no DF. Contamos com o seu apoio pra completar o sistema crédito, qualificação e assistência técnica e orientação. Podem contar comigo. Fico muito feliz que ainda exista. É uma boa coisa, saber que uma coisa que você criou continuou, mas não deu o salto que a gente imaginava, porque dentro da estrutura bancária é difícil. O Banco tem que ser o fornecedor dos recursos, mas o executor tem que ser dentro da "ânlma". A palavra é do José Ivan. Mas é uma bela palavra, a "ânlma", o espírito, a motivação que tem o programa da ação da cidadania contra a fome do Betinho, que é o que dirige o programa que é a base do programa que ele dirige. Eu insisto nisso e volto a dizer aqui, foi uma homenagem a ela. Foi numa mesa até de debate e, a gente às vezes conversa assim, a D. Ruth Cardoso, me disse, eu li sobre o seu programa, não vai dar certo porque está numa máquina estatal e numa estrutura bancária debaixo de todas as regras do Banco Central, de todas as regras do Tribunal de Contas, de todas as regras nas quais o pequenininho não consegue se inserir. Não é o Banco que não consegue, é o pequenininho. Essas regras não foram feitas

para o pequenininho que não tem carteira de identidade, quanto mais avalista. É preciso combinar a estrutura bancária e a Moira falou bem isso, a estrutura bancária com a motivação, com funcionamento diretamente em contato com o pequeno. Esse é o grande milagre do GRAMEEN BANK que funciona e, aí sim, tudo dá pra adaptar. Mas funciona numa cultura muito diferente. A cultura até da religião, no caso deles. Funciona muito diferente da cultura brasileira. A cultura, por exemplo, o próprio individualismo ocidental dificulta. O microcrédito tinha que ser visto como crédito para muitas pessoas que se organizam, que se apóiam, se solidarizam e uma ajuda a outra. Essa dificuldade a gente tem. Mas isso pode ser superado, sim.

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Eu pediria um microfone. Obrigado! Tem um inscrito. Eu pediria que, como está sendo gravado, só queria que se identificasse, dissesse o nome e a entidade que representa.

**Senhor Luiz Carlos Floriani** (Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito do Estado de Santa Catarina) – Bom dia! Luiz Carlos Floriani, estou Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito do Estado de Santa Catarina. Eu preciso fazer um

relato, uma contribuição, Senador e Senhora Moira. O Senhor citou a dificuldade de se fazer o Estado entender microcrédito. Entendo Estado como os atores dentro desse Estado. Não foi diferente em Santa Catarina, mas Santa Catarina é um exemplo de um Estado que, num determinado momento, quis, escolheu alguns atores certos e virou referência pro Brasil. Com apenas trinta milhões de reais, de um Governo que quis e que se manteve querendo fazer microcrédito, e que foi, inclusive, alvo de cortes por conta das suas Autarquias Superiores depois, a nível de crédito, hoje nós temos uma rede com dezenove organizações que já emprestaram mais de meio bilhões de reais numa média de dois mil e quinhentos reais por mês, por operação, perdão, e que atende sessenta mil famílias ativas, em aproximadamente cem mil empreendimentos que eu não chamo mais de micro empreendimentos, porque é importante que a gente discuta também nesses eventos, que o empresário da pequena empresa brasileira, até por conta de tudo o que a gente podia falar do nosso sistema, e infelizmente, informaliza a maior parte de sua contabilidade, não tem acesso ao sistema financeiro também tradicional. E acaba sendo nosso cliente do microcrédito. Nas carteiras de Santa Catarina, quase 40% das carteiras são de empresários formais de microempresas. Veja, mas esse é só um exemplo de que, se houver vontade do Governo, vira uma política de Estado. E não a política

oportunista de campanha política. Naquele momento de Santa Catarina, Governo e sociedade civil se organizaram a ponto de, com esses trinta milhões, a coisa só aconteceu porque a sociedade civil continuou fazendo o seu papel e estas organizações conseguiram chegar a um nível de auto sustentabilidade. Estão captando, hoje, de outras fontes de recurso, outras fontes de "funding" pra continuarem o seu trabalho. Mas estamos lá, dispostos a contribuir com qualquer um dos Estados da Federação pra mostrar como dá certo. E também queremos discutir aqui uma visão mais ampla do que é microcrédito produtivo e orientado, Senhores e Senhoras. Porque, na realidade, este foco também precisa ser bem discutido. Em vários momentos a gente escuta que a gente precisa ajudar o empreendedor com o crédito. O Senhor falou muito bem, não é só o crédito e não é só o empreendimento. Quer dizer, sustentamos o empreendimento e, de repente, quando ele precisa do crédito pra comprar uma televisão nova, aí ele vai pro mercado tradicional e paga pras financeiras particulares. Será que o empreendedor também não precisa ser avaliado e precisa contribuir com ele? Como é que os nossos atores e parceiros e aqui e em Santa Catarina, a sintonia com o SEBRAE de Santa Catarina é muito boa, entram nesse processo pra que o segundo pilar que é a capacitação, a nível de gestão, transformando, sim, desenvolvimento e não investindo em sobrevivência, como o

Senhor falou, realmente aconteça? É só pra reflexão, porque tudo o que os Senhores colocaram aí é importante e eu acho que cada um de nós temos um pouco a contribuir aqui e é de suma importância que a gente saia daqui com essa contribuição. Obrigado!

**Senador Cristóvão Buarque** – Eu agradeço, até porque me permite esclarecer uma coisa. Eu falei microcrédito no sentido do crédito ao excluído e não é o caso, na verdade, do termo microcrédito. Eu lembro que na conversa com o Yunos, quando eu disse que aqui no BRB Trabalho o crédito era em torno a cinco mil dólares, ele caiu na gargalhada. Ele disse: aqui a gente empresta dois dólares. Aqui a gente empresta dez, vinte, cem dólares. Mas, mil dólares, eu nunca ouvi falar nisso. Aqui não, aqui tem trinta, quarenta, cinquenta é considerado micro. É outra realidade. Eu falei de um espaço do micro. É o micro – micro. Micro – micro – micro. Mas tem, também, que ter esse espaço. O médio empresário tem que ter, aliás, o grande também tem que ter. Todos têm que ter crédito. Mas eu falei o crédito inclusão. Usemos esta expressão. Crédito inclusão. O setor do microcrédito que seria crédito inclusão. É só um pedaço. Mas eu acho que é o pedaço socialmente que eu gostaria de deixar como referência do meu debate. Nos outros, aí o Banco pode funcionar muito bem. Não precisa nem de OSCIP's, embora eu ainda acredite

muito que o funcionamento através de OSCIP's e ONG's com todos os riscos que eu sei que estas entidades têm, mas ainda é a maneira mais eficiente de fazer com que as coisas cheguem na ponta. O Banco passando o dinheiro e as OSCIP's prestando contas e devolvendo dinheiro. Porque, realmente, se não devolver, vira assistência social.

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Tem uma pergunta aqui do Almir, creio que seja para Doutora Moira. No Brasil as ONG's de microcrédito não podem captar poupança de seus clientes. Como é isso em outros Países da América Latina?

**Senhora Moira Paz Estenssoro** (Representante da Corporação Andina de Fomento, CAF) – Bom, em termos de ONG's, eu acho que para todos os Países da América Latina poderem entrar a funcionar diretamente no setor financeiro tem que ter a regulação que permita essa possibilidade de então, como é no caso da Bolívia, de ONG's, onde tem uma experiência muito bem sucedida, fazem uma transição para serem Instituições Financeiras reguladas pelo Sistema Financeiro e estão abaixo do controle do sistema regulatório. Então, <incompreensível> ou de ONG's tem que ser passados diretamente para fundos de financiamento privado. Esse é um exemplo onde pode, então, ser um ator, e como é no caso da

Bolívia um ator importante em termos da captação, em termos da poupança e em termos do repasse de recursos. Agora, aproveito essa pergunta, também, para indicar uma questão que estava passando muito nesses dias na minha reflexão, e como é interessante ver que essas experiências bem sucedidas quando a gente estuda microcrédito são em Bangladesh e na Bolívia. E são os Países, seguramente, mais pobres do mundo. Então, quando a gente começa a procurar paralelismos e mesmo que pareceria ser de que tem uma questão cultural de confiança, de "ânima", no final, tem também outros elementos como é a informalidade. Então, você está fazendo e colocando um instrumento financeiro, através do microcrédito, tentando incorporar, não só cidadania, não só esta governabilidade democrática, porém incorporando um sujeito à realidade econômica do País. Porque você dar crédito praqueles que estão, sobretudo, no setor informal. Eventualmente, e essa é uma parte, os objetivos da política pública é incorporá-los dentro da formalidade do País. Então, eu acho que esse é um caminho e, novamente, para a questão de Santa Catarina, é um Estado diferente. E diferente porque essa realidade que se dá e que obriga depois a que as políticas públicas se adaptem à realidade que está acontecendo no Território, faz também que um Governo descentralize o Governo Estadual e esteja presente com as suas Secretarias Regionais de

Desenvolvimento. Então, obriga, justamente, a essa presença que possa, justamente, o público colaborar com esta iniciativa privada que já está se dando positivamente no Território para facilitar, justamente, mecanismos para coordenação, para agrupamento de produção e para os mercados. Então, muito obrigada!

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – O Senador Cristóvão terá que se ausentar, como já estávamos previstos de ir com esta mesa até meio dia e já são meio dia e quinze, eu gostaria de saber quem mais gostaria de se inscrever pra gente inscrever em bloco. Nós teríamos, então, um, dois, três, quatro pessoas. Então, eu sugeriria que as perguntas fossem feitas em bloco pra que o Senador Cristóvão ou a Dra. Moira responderiam as quatro em um bloco só. Perfeito?

**Senhor Gilton** (Presidente do Conselho de Administração da OSCIP Maringá Crédito Solidário) – Gilton, Maringá, eu sou Presidente do Conselho de Administração da OSCIP Maringá Crédito Solidário, sou Secretário Municipal de Administração. Gostaria, apenas, de fazer duas observações. Primeiro concordando com a Senhora Moira quando ela acha, quando diz que o Município, que as OSCIP's devem ser integradas ao Município. Eu também acho, porque aí talvez seja a saída pra

qualificação, as ações de qualificação e, através do SEBRAE, obviamente, assistência técnica. Nós em Maringá temos uma experiência muito boa que é o Bairro Empreendedor, onde o Município qualifica as pessoas e essas pessoas, então, através da OSCIP, obtêm o recurso pras suas atividades. É uma coisa interessante, é que nesses encontros, o que se fala, quando os Presidentes das Instituições conversam, eles falam nós aplicamos cinco milhões, ou aplicamos um milhão e nós esquecemos o foco principal, quantos empregos nós geramos nas Instituições. E até por isso que os nossos parceiros, me perdoem aqui os colegas da Caixa, do Banco BNDES, porque eu posso falar de cadeira, fui funcionário do Banco do Brasil por trinta anos, essas Instituições perderam muito o foco no social. Então, aí a gente defende que o recurso seja passado diretamente para as OSCIP's que vão fazer esse foco social ao contrário das Instituições que, obviamente, visam o lucro, para se manterem como Banco comercial também.

**Senhor Jorge Santana** (Presidente do Banco Popular Rio-Grandense) – Um bom dia a todos! Eu peço desculpas, estou afônico. Mas, meu nome é Jorge Santana, eu estou Presidente do Banco Popular Rio-Grandense, fundado em dois mil e seis em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. E, desde a fundação, feita por nove empresários gaúchos, nós viemos tentando de forma macro ajudar na captação de recursos para o

microcrédito. Desde dois mil e seis nós viemos procurando no Ministério do Trabalho uma proposta de fomentar a captação de "funding" oferecendo duzentos e setenta milhões de reais em garantias reais que possuímos e de lá até então, não conseguimos avançar, porque, mesmo oferecendo garantias reais nós não conseguimos habilitar nem no BNDES, nem no FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, porque, naquela época, em dois mil e seis, a proposta que nos deram era pegar o projeto e criar uma partidização e eu creio que, desta forma, nós não conseguiríamos avançar. Esquecemos essa parte de parceria política ou governamental e buscamos a parceria, então, com um Banco Privado Internacional. Conseguimos um parceiro e depois descobrimos que, por uma determinação do Banco Central do Brasil, através de uma portaria, nós não poderíamos nos habilitar como agente credenciado de um Banco Privado Comercial porque temos o nome Banco. Existe uma portaria do Banco Central dizendo que agente de crédito não pode ter essa nomenclatura. Então, partindo daí, acho que temos que mudar e muito a nossa legislação para que possamos avançar. Desde dois mil e seis eu vejo inúmeras entidades reclamando por falta de apoio do Governo Federal. Nós no Brasil vemos, aí, alguns Governos Estaduais avançando e avançando muito, mas acho que precisamos colocar na mesa o Banco Central, o BNDES, que, há muito tempo perdeu o "S" em sua denominação e,

também, acho que o Governo Federal poderia fazer um PAC do microcrédito, já que temos PAC pra tudo. Essa é a minha posição. E, complementando o nosso Senador, o Banco Asteca, um Banco Mexicano começou a operar no Brasil e é um sucesso no México e, creio que, nessa atuação no Norte – Nordeste também poderia ser referência com o microcrédito. Muito obrigado!

**Senhor Cristiano Mross** (Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares, ABCRED) – Cristiano, da ABCRED. Eu gostaria de cumprimentar o Senador e a Moira. Acho que nas duas explanações, acho que o Senador é que tocou em alguns pontos que são extremamente pertinentes nesse ambiente no qual nós estamos aqui discutindo esse assunto no início do dia de hoje. Acho que, Senador, quando o Senhor coloca que o microcrédito por si só ele não resolve o problema desses empreendedores, o problema da inclusão, essa foi justamente a proposta apresentada pela ABCRED, lá na época em dois mil e dois, quando o Lula era ainda candidato e o Serra, estavam indo os dois no segundo turno. Foi justamente a proposta que foi apresentada ao Governo e foi dito isso, olha, o crédito, por si só ele não resolveria. Tem que haver articulação com outras políticas públicas e aí a capacitação, a organização, a

comercialização pra que isso realmente pudesse gerar o impacto que se imagina. Mas, infelizmente isso não foi o que aconteceu até o presente momento. A gente tem visto que as dificuldades todas, e aí o Floriani coloca no Estado de Santa Catarina, realmente é um caso à parte, a gente vê aqui dentro da própria estrutura pública daí do Governo, a dificuldade que se tem pra conseguir levar as coisas adiante. O próprio PNMPO é prova disso. Existe desconhecimento, existe falta de vontade política e, principalmente, que eu acho que foi o caso lá de Santa Catarina, prioridade. É reconhecer e saber que o microcrédito é uma importante ferramenta no combate à pobreza e redução das desigualdades. Infelizmente a gente não vê isso em todas as esferas do Governo. Quando eu falei ali da questão do GRAMEEN, Senador, não é, acho que a gente reconhece a experiência do GRAMEEN, o Senhor falou com muita propriedade que aqui no Brasil, provavelmente, não conseguiria se desenvolver, mas o que a gente tem que reconhecer e a gente não vê isso, é de que aqui no Brasil nós temos uma experiência, nós temos uma experiência de trinta anos acumulados e que, na nossa avaliação, isso não acabou, vem se desenvolvendo e não avança porque não há um ambiente político para isso. A regulamentação não é apropriada. Então, nós não podemos, e aí eu falo pelas OSCIP's, é carregar o fardo de que a coisa não funciona porque nós estamos sendo lá ineficientes no

processo. Então, a gente vem aí, já ao longo de algum tempo, apresentamos algumas soluções e acreditamos, acreditamos, sim, que as OSCIP's, as SCM's e as Cooperativas têm condição de fazer com que o microcrédito chegue a um patamar bem acima do que está hoje no Brasil. Mas, reconhecemos, completamente, a experiência lá do GRAMEEN BANK. Então, é nesse sentido, é mais uma observação e parabenizar os dois pelas explicações. Muito obrigado!

**Senhor Beto Silva** (Projeto Dom Helder Câmara, do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – Bom dia ou boa tarde a todos e todas! Eu chamo Beto Silva, trabalho num projeto do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) chamado Projeto Dom Helder Câmara, que trabalha com assentados e comunidades próximas à região do semi-árido Nordeste em seis Estados e em oito Territórios. Eu acho que a Dra. Moira tocou numa questão que é fundamental. O nosso País ele é imenso. Tem uma diversidade, uma boa diversidade e isso é um dos grandes patrimônios do nosso País, e que a gente pode pensar em diretrizes nacionais, pode pensar em marcos nacionais. Mas, é importante pensar o planejamento regional. Há uma diversidade muito grande. É muito diferente trabalhar com microcrédito, desenvolvimento regional num Estado que, historicamente é baseado na pequena propriedade, na agricultura familiar, enfim, pra um Estado

que sofreu, como nosso Estado, não é, Senador, apesar de gaúcho moro em Pernambuco, que sofreu séculos de monocultura. Então, isso gera, isso tem um peso na realidade local e na realidade de hoje. Então, a gente pensar estruturas e políticas que sejam uma receita de bolo nacional não existe. Então, se a gente não pensar também nas estruturas regionais, no planejamento regional, na diversidade que a gente tem pra, de fato, as coisas funcionarem, a gente não tem, quer dizer, a possibilidade da gente errar e dar com os burros n'água é muito grande. Aprender com os grandes mestres, como Celso Furtado, como Aldo Ferrer, que pensaram nessa diversidade, nessa necessidade de se pensar também planejamentos regionais e o local estar enganchado nesse planejamento regional, também é muito importante.

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Então, a gente passa... Mais um inscrito?

**Senhor Valdir Dantas** (Diretor da FINSOL) – Tem um mais. Valdir Dantas, Diretor da FINSOL (Financeira Solidária). Há alguns anos, Cristóvão, eu escrevi um artigo sobre o apoio ao pequeno empreendimento e destacava que o pequeno empreendedor necessita, do que eu chamei na época, de quatro acessos. O acesso ao crédito, o acesso à formação, aí

num sentido amplo, acesso à comercialização e à organização. Que é, basicamente, o que você defende e o que fez com o PROVE. Acontece que as entidades, as Instituições de Microcrédito, elas não podem, não têm como assumir esse conjunto de políticas na sua prática. Nós somos Instituições especializadas em crédito, em microfinanças. É necessário que outros atores, públicos ou privados assumam essas outras políticas de modo que chegue com esse apoio mais integral. Mas não se pode cobrar isso diretamente das Instituições de Microfinanças. Um outro aspecto que eu queria colocar é que há uma experiência de microcrédito muito exitosa na América Latina e no Brasil, que desenvolveu as suas próprias metodologias com base na nossa realidade. A gente cita a Colômbia, um dos Países muito forte no microcrédito, a Bolívia, também, você tem o México hoje, onde, dois programas atendem mais de um milhão de empreendedores e as próprias experiências no Brasil. Eu queria chamar a atenção, porque a grande originalidade do microcrédito é ter descoberto que ele deve buscar o pequeno empreendedor. Essa foi a grande revolução. Ele chegar ao empreendedor, ir para os bairros, ir para as periferias e, através do agente de crédito, ter esse contato, oferecer essa oportunidade ao pequeno empreendedor. Quando o microcrédito nasceu aqui em Recife, em setenta e três, já foi com esta característica. E depois, ao longo desse tempo,

vieram, se desenvolveram outras metodologias com base nisso, quer dizer, na confiança que você destaca que é uma parte essencial do GRAMEEN BANK. Mas, nós fazemos isso aqui. A América Latina faz isso. Nós temos, no Brasil hoje, pega o exemplo do CREDIAMIGO, que teve a inteligência, como você diz, de não executar o programa dentro do Banco, mas que é um programa baseado na solidariedade do grupo e atende, hoje, mais de trezentas mil pessoas no Nordeste. A FINSOL, nós começamos há pouco mais de um ano e estamos com cinquenta mil clientes ativos, baseados em Bancos Comunitários e grupos solidários, ou seja, utilizando como única ferramenta a confiança e a solidariedade dentro do grupo. Portanto, eu queria chamar a atenção pra riqueza da experiência que temos aqui e na América Latina. Obrigado!

**Senhor André Figueiredo** (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) – Bem, antes de passar a palavra pra Dra. Moira e pro Senador Cristóvão pra responder essas perguntas e fazer suas considerações finais, quero aqui apenas reafirmar a disposição de todos que fazem o Ministério do Trabalho e Emprego, a partir da Coordenação do PNMPO, as figuras do Max, do Humberto, do Edmar e tantos outros que estão trabalhando, pra que, juntamente com vocês, que já trabalham esta temática há mais tempo, que nós possamos superar alguns obstáculos, tanto intra-governamentais quanto

de dispositivos legais que precisam ser, evidentemente, superados pra que nós possamos maximizar todos os instrumentos que podem estar disponibilizados pra gente, desde "funding", a questão mesmo de fundo garantidor, a questão de que nós possamos parcerizar com Instituições Internacionais de modo que, realmente, a política de microcrédito possa ter a capilaridade e a efetividade necessária pra que a gente possa, realmente, como eu disse nas minhas palavras iniciais, mudar a face deste nosso País a partir, também, do espírito empreendedor do povo brasileiro. Então, eu passo a palavra pra Dra. Moira, pra que ela possa responder às perguntas que a ela foram direcionadas e, também, as suas considerações finais.

**Senhora Moira Paz Estensoro** (Representante da Corporação Andina de Fomento, CAF) – Muito obrigada! Eu tenho a pergunta como aqui faz a alavancagem para o microcrédito. Nós temos os recursos que a CAF recebe são os recursos que aportam à instituição de capital dos Países Membros, que são aqueles da América Latina e só extra-regional que temos Espanha e que participa com uma mínima proporção das ações da CAF. Esses recursos e até agora a CAF tem sido uma agência que tem um reconhecimento internacional muito importante. E, apesar de não ter como sócios os Países mais desenvolvidos, como Estados Unidos,

temos já alcançado um nível de rede em que é muito impressionante, então. Podemos tomar recursos nos mercados internacionais e os dividendos que nós temos de parte das operações que temos investimento dentro do financiamento de infra-estrutura na região, fazem que também criemos fundos de apoio ao desenvolvimento humano, dos quais temos operações que vão diretamente para as operações de microcrédito. Mas, a CAF também, com Instituições Financeiras, temos já operações em onze Países da região e estamos mobilizando mais de sessenta e cinco milhões de dólares. Então, é importante, porque, trabalhamos diretamente com as Instituições Financeiras Reguladas e, agora, estamos concluindo uma participação <incompreensível> junto ao SEBRAE e essa vai ser uma experiência que vai nos permitir, justamente, poder trabalhar com os Estados de um modo diferente. Temos visitado o Rio Grande do Sul. Queremos estar presentes em Santa Catarina e, obviamente, poder, também, financiar iniciativas. Porém, isso, digamos, podemos promover, com nosso colega da CAF que está aqui, Mauro. Ele também pode acompanhar e talvez fazer contatos de quem estiver interessado em maior informação. Mauro, por favor, levante-se para poderem conhecer. É Mauro, meu colega, que vem de Caracas e ele pode estar à disposição pra qualquer outro contato e possíveis parcerias que possamos ter aqui com todos vocês. E a

reflexão final: é um caminho difícil. É um caminho como todo que é desenvolvimento. É um caminho que precisa acreditar que estamos fazendo a coisa certa e, sobretudo, eu acho que muita sensibilização da sociedade em termos de que este é o instrumento que realmente leva a um desenvolvimento sustentável, com equidade pra nos levar a um País justo, com maior justiça e para isso eu acho que, como no final as políticas públicas se fazem com os políticos e quanto maior sensibilidade da sociedade em termos de que esse aqui é um direito, faz com que os políticos respondam, no momento das seleções a uma pressão da sociedade organizada para que seja, justamente, este tema, prioridade dentro das políticas para lograr um desenvolvimento justo e equitativo.

**Senador Cristóvão Buarque** – Eu vou responder da última pra primeira. Começando com Valdir, de quem eu, provavelmente, li o artigo. É porque eu falo as coisas que estão ali pelo conhecimento que a gente tem de tanto tempo. Já que eu fiz uma confidência de que fui Professor da Moira, eu quero dizer que eu conheço o Valdir do tempo em que o nome dele era Luiz. A gente militava numa organização clandestina. Eu não vou dizer qual era o meu nome. E eu demorei a me acostumar a chamá-lo de Valdir. Mas olhe, eu fico satisfeito que você tenha sido o último e trouxe esta mensagem de otimismo. Eu sou um entusiasta do

microcrédito. O que eu trago de críticas, de análise, é porque eu creio que a gente tem que encontrar o caminho pra chegar aos milhões que a gente não está conseguindo ainda. Apesar do êxito de diversos. No Peru também tem uma boa experiência. Creio que chama Banco Sol. Eu acho que os dois, não é? Não importa. Nós temos muitas experiências e vamos continuar tentando e eu fico feliz de ver um grupo aqui que acredita nisso, porque lá fora muita gente não acredita. Agora, já tentando entrar um pouco na do Gildo, Gilton, porque eu acho importante, é o seguinte. O crédito não tem um corte onde se diz começa um e termina o outro. Ele vai de um real a um bilhão de reais ou mais que isso. Não tem o corte que diga, daqui pra lá é mega-crédito, daqui até aqui é crédito grande, aqui é crédito médio, aqui é microcrédito. Não há um corte e temos que estar abertos a todos. O que eu quis falar foi de um setor do microcrédito, que é o da ponta no lado de cá. Que a gente devia chamar crédito de inclusão. Mas eu vou chamar, depois, de outra coisa. E há muitas experiências, em todos os níveis no Brasil. Inclusive na ponta e, sobretudo, pertinho da ponta, que é o pequeno crédito. Não o ínfimo crédito que é o que eu falei. Mas o crédito micro e o pequeno. Do pequeno pra trás, a gente já tem um papel social muito importante. Do médio para o mega a gente tem um papel econômico importante com as conseqüências sociais que a economia traz, automaticamente, mas não porque é

social. Eu vou voltar a falar disso quando eu falar no que falou o Gilton. Quanto ao conterrâneo Pernambucano, eu não sabia que tinha uma Instituição com o nome de Dom Helder na linha de microcrédito, fico muito feliz. Quanto ao Cristiano, que está aqui na frente, eu quero dizer o seguinte. A gente precisa se aproximar, eu não falei, mas você me lembrou, de uma coisa chamada economia solidária. Porque está lá. O Singer está fazendo um grande trabalho. Tinha que estar absolutamente casado, a economia solidária e as experiências de microcrédito. E sobre aquilo de que não resolve, a gente tem uma coisa, não resolve e outras não funcionam. Não resolve é quando, de fato, tira a pessoa da pobreza, eu estou falando lá na ponta. O outro é quando não funciona bem, além de não resolver. Quando não funciona, não resolve. Então, tem que funcionar bem. Esse funcionamento que a gente está aprendendo. O GRAMEEN BANK é uma grande escola. Mas aí, voltando ao que você falou. Você disse que tem uma diferença política daqui pra Bangladesh, mas tem, sobretudo, uma diferença cultural. Mas é capaz de que lá foi o GRAMEEN BANK que fez a cultura. E não a cultura que fez o GRAMEEN BANK. É possível também isso, embora eu ache que haja diferenças nossas do ocidente com o oriente. Eles são mais coletivistas. Eles têm, por exemplo, uma coisa que a gente perdeu e que é fundamental no pequeno, ultra, microcrédito, que é a família. Lá eles têm família arraigada.

Nós desarticulamos a família no Brasil. Pela migração em massa das pessoas do campo para a cidade, pelo tipo de vida que se leva na cidade. O crédito é para as mulheres no GRAMEEN BANK. Mas é a família que exerce, família aquela que planta a árvore e ninguém deixa derrubar com pressa. Essa cultura do familiar, essa cultura da tribo, da coletividade, do clã, a gente não tem. E isso é importante na idéia do crédito pequenininho. Sobre o Joaquim Santana, eu apenas, lembrando, realmente tem o Asteca, tem o Banco Sol e tem outros. Agora, o Gilton. Aí que me provocou com uma coisa. Eu acho que a gente tem que trabalhar a palavra inclusão. Usar o máximo possível, que eu acho até melhor do que solidária, embora solidária seja mais afetiva. Inclusão pra mim, vocês que me conhecem sabem, eu acho que é a educação que faz. Mas a educação vai fazer a inclusão das crianças quando ficarem adultas. Não haverá inclusão dos adultos por meio da educação. É aí que tem duas formas de você incluir. Uma, emprego. A inclusão tradicional pela garantia de emprego, que, cada vez mais, será mais raro, mais rara esta alternativa sem educação. Aí vem a outra forma de inclusão, que é a inclusão empreendedora, que é onde vocês se situam. O microcrédito é um item da inclusão empreendedora. Aí vem o dinheiro do crédito, a qualificação, a organização e a assistência técnica da engenharia e da comercialização. É fundamental isso. Do marketing, de vender

o produto. O que a gente está falando aqui, quando a gente fala em microcrédito, na verdade, a gente está falando é em inclusão empreendedora. Essa é a grande novidade que tem trinta anos. Mas não deixa de ser novidade, porque só se imaginava através do emprego. Antes, até, da escravidão. Agora, a gente tem que encontrar saídas empreendedoras, mesmo para um pobre analfabeto. Mesmo o analfabeto, a gente vai ter que gerar atividades empreendedoras pra ele. Aí o primeiro passo é ensinar a ler, provavelmente. Ensinar como fazer pão, ou como fazer doce, ou como fazer alguma coisa, ensiná-lo como dirigir aquela entidade e aí a gente tem hoje, entidade importante de formação empreendedora no Brasil. Tem que casar tudo isso. Se tratar é a mensagem que eu queria deixar. Como disse a Moira, para finalizar, a mensagem que eu queria dizer é a seguinte, se tratarmos o crédito como uma coisa isolada, não vamos conseguir a inclusão e o objetivo da gente é a inclusão, nessa ponta esquerda aqui, dos minúsculos créditos. Daqui pra cá já não é inclusão, são pessoas que estão incluídas. Então, o corte não é pelo tamanho do empréstimo. O corte é: para excluído ou para incluído? Essa é a diferença. O cara tem uma barbearia. Tem que ter microcrédito pra ele. Mas ele está incluído. Não é um crédito de inclusão. É um crédito de permanência na inclusão. É um crédito de atividade produtiva. Tem que fazer esse corte. O corte do crédito inclusivo. Depois vêm os outros

créditos aqui. Pequenos, médios, grandes e mega crédito. E esse crédito inclusivo ele tem que vir associado à qualificação num País como o Brasil. E essa qualificação vai exigir, cada vez mais, formação educacional básica, porque é raro hoje você dar uma qualificação em que as pessoas não tenham que saber algumas palavras em inglês. Que tenham que saber algumas palavras de alguns usos de computador. Eu me lembro que o grande salto, numa de nossas agroindústrias, foi quando a dona da agroindústria aprendeu a usar celular. Eu lembro que eu levei Marco Maciel pra visitar, ele era Vice-Presidente da República. E, de repente, ele ficou surpreso, mas que pequena é essa que está com celular? E aí ela disse, é com esse celular que eu consigo o melhor preço. Casou a qualificação de usar celular, que hoje todo mundo usa celular. Estou falando doze anos atrás. Sabia, apertando aqueles botões, não tinha medo do mundo digital. Isso faz parte da qualificação. E isso vai exigir cada vez uma formação. Por isso, a grande saída mesmo pra mim é a educação. Essa é a revolução que a gente vai fazer. Até lá é fundamental a inclusão empreendedora, que muitos chamam, automaticamente, de microcrédito. No fundo da cabeça está como incluir esse excluído. Não virá, aí eu concludo, sem aqueles outros vetores que estão no artigo do Valdir. E eu creio que tem mais dificuldade pra ver se a gente administra isso numa Instituição apenas de crédito ou numa entidade

que combine o crédito com o resto. Pode ser alguém que dirija aqui os quatro vetores ou podem ser os quatro vetores separados, mas com um casamento sistêmico, senão não funciona. E, finalmente, eu tenho dúvidas, se isso funciona nas mãos dos Bancos grandes acostumados com mega, grandes e médios empréstimos. Eu acredito muito mais nas alternativas das ONG's e das OSCIP's e esses grandes Bancos funcionando como o captador de recursos. E não esqueçam o GRAMEEN BANK recebe dinheiro de grandes Bancos do mundo inteiro. O dinheiro não chega ao GRAMEEN BANK dos pobres de Bangladesh. Eles recebem milhões de dólares, que eles devolvem depois, com juros, e ali eles fazem o trabalho. Mas ele chama-se GRAMEEN BANK, mas não é um Banco no sentido tradicional que nós temos aqui, dentre todas as amarras burocráticas que o sistema financeiro brasileiro tem. Chama-se Banco, mas, no fundo, é uma grande OSCIP. E com mais liberdade, ainda, que as OSCIP's e ONG's no Brasil. Então, fica claro aqui o meu entusiasmo. Eu acredito, até, como religião o microcrédito. Mas, uma religião mais complexa do que muitos de nós acha que seria a hóstia apenas dar alguns reais. Não, é muito mais complexa a liturgia do funcionamento da inclusão empreendedora. Essa é a palavra que eu queria deixar. Inclusão empreendedora, essa é a tarefa de cada um de vocês.

**Cerimonialista** - Agradecemos a presença dos excelentes palestrantes e damos por encerrados os trabalhos desta manhã. Faremos um intervalo para o almoço e retornaremos às quatorze horas. Um aviso: avisamos que tem transporte, Vans disponíveis para levar os participantes ao restaurante. Favor aguardar na Portaria do Térreo e procurar a Priscila. A Van retornará às treze horas e cinquenta minutos. Obrigada!

Intervalo para almoço

## **PAINEL I**

### **Programa nacional de Microcrédito Produtivo Orientado Políticas e Desafios**

**Cerimonialista** – Por favor, senhoras e senhores tomem seus assentos, vamos dar início ao Painel nº 1. Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento damos início ao Painel intitulado Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Políticas e Desafios. Temos o prazer de convidar a compor o Painel como Moderador, o senhor Almir da Costa Pereira, Banco do Povo de Santo André.

Palmas

**Cerimonialista** – Como palestrante o senhor Max Coelho, Coordenador do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Palmas

**Cerimonialista** – E os consultores do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) a senhora Alda Miller, Governança Corporativa e Diagnóstica Setorial. O senhor Paulo Hauss, Marco Jurídico.

Palmas

**Cerimonialista** – O senhor Joni Frank, Plano de Contas para OSCIP.

Palmas

**Cerimonialista** – Passaremos à leitura do currículo vitae do senhor Max Coelho, bem resumido. Bacharel em Economia pela Universidade Católica em Salvador, com especialização em Estado e sociedade civil, pela UNB. Coordenador Geral do Programa Nacional de Emprego. Queremos informar que as perguntas serão encaminhadas por escrito. Com a palavra o senhor Max Coelho.

**Senhor Max Coelho** (Coordenador Geral do Programa Nacional de Emprego) – Boa tarde a todos e a todas. Em nome do Ministério do Trabalho gostaria de agradecer a presença de todos. É um prazer recebê-los e ao mesmo tempo reforçar o compromisso do Ministério do Trabalho em apoiar e fortalecer o Microcrédito e mais fortalecer o Microcrédito pelas instituições operadoras. Este é o grande compromisso do Ministério do Trabalho. E também informar que nós temos aqui uma grande representatividade do Microcrédito. Uma boa notícia que quase todos os Estados estão representados aqui com exceção de um único Estado do Brasil, isso é uma coisa que a gente precisa rever isto. Porque um único Estado não está aqui representado, mas os outros vinte e cinco Estados e um Distrito Federal estão representados aqui no Seminário. Além do fato da gente ter palestrantes internacionais, vamos ter comitivas internacionais. Vamos ter um Painel, dois palestrantes. Um palestrante do Peru e um palestrante da Venezuela e fora os outros palestrantes que são pessoas que atuam no setor: consultores, dirigentes de organizações e pesquisadores. E mais também gostaria de ressaltar a importância deste Seminário com esta, eu diria, esta multi-variedade de temas que a gente não só vai discutir Microcrédito, até resgatando alguns pontos do Seminário passado, mas também nós vamos avançar em alguns temas como Integração em Políticas

Públicas. Vou mostrar na minha apresentação esta preocupação que o Ministério está tendo, a idéia que o Ministério está tendo, a minha preocupação sobre a formalização o estímulo à formalização e também uma preocupação sobre garantias de créditos e indicadores. Então agradeço a presença de todos e que a gente tenha um bom Seminário. O painel Políticas e Desafios. Antes de falar de Políticas e Desafios do Programa de Microcrédito, principalmente na visão de coordenação do Programa, eu gostaria de fazer um rápido balanço do Programa de Microcrédito, principalmente relativo ao ano de exercício de 2007. Esse é o quadro das nossas instituições habilitadas. Hoje nós estamos com duzentas e sessenta e três instituições espalhadas pelo país. Para quem não sabe o Programa Microcrédito ele não opera, ele não direciona crédito. Uma coisa que a gente sempre ressalva nas minhas intervenções é que o Programa opera por meio de uma rede. Uma rede habilitada ao Programa Microcrédito. Onde nós temos duzentas e sessenta e três instituições, espalhadas pelo país, sendo cento e vinte e duas cooperativas de Crédito, cento e onze OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e nós temos dezesseis SCM (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor) e temos Instituições Financeiras Oficiais, nós temos três Instituições, fora as Agências de Fomento, Cooperativas Centrais e Bancos Cooperativos. Em

todos os espaços que nós estamos, nós somos convidados a participar, a fazer uma apresentação a gente sempre ressalta que a gente precisa não só ampliar esta rede, a gente convida as instituições que atuam com Microcrédito a participar desta rede, habilitar o programa, mas também há um compromisso do Programa em fortalecer esta rede. Eu vou mostrar alguns dados relativos a 2007, principalmente a partir de um banco de dados que nós estamos construindo que eu quero explicar lá na frente, mas nós fechamos em dezembro de 2007 com o número de clientes ativos, em torno de quinhentos e treze mil clientes ativos. Estes dados se referem a cento e cinquenta e uma instituições que responderam o questionário no final do ano. Tem também o pessoal envolvido, o pessoal administrativo envolvido no seminário, que eu ressaltaria em torno de cinco mil e cento e dezessete pessoas no ano de 2007, dentro destas cento e cinquenta e uma Instituições que nós temos agentes de crédito (duzentos e noventa e seis), gerentes, administrativos e estagiários, totalizando este número. Também evolução da carteira ativa, a gente comparando 2005 a 2007 nós chegamos a quinhentos e noventa e oito milhões de reais movimentados em recursos movimentados em 31 de dezembro de 2007. Aqui é uma evolução de Microcrédito desde 2005 mostrando operações de valor concedidos, nós chegamos ao final de 2007 há dois milhões de operações, e totalizando mais de dois bilhões e

meio de recursos. Ressaltando que os dados de 2005/2006 se referem só a OSCIPs. Com estes dados desta pesquisa de cento e cinquenta e uma pessoas nós ampliamos estes dados e incluiu as OSCIPs, Agentes de Fomentos e Cooperativas de Créditos. Aqui uma síntese do programa dentro dos indicadores. Eu ressaltaria o valor do médio do crédito concedido, um mil, cento e quarenta e dois e a média da carteira ativa, um mil e dezoito. Eu gostaria de partir agora para as políticas implementadas em 2007 e principalmente as políticas implementadas em 2008 no primeiro semestre, e no segundo semestre de 2008 e algumas previstas para 2009. Antes eu gostaria de reforçar os objetivos do Programa Microcrédito. Por que o programa foi criado? O que nós pretendemos no momento? O que a atual gestão pretende? É importante reforçar estes objetivos para mostrar para onde nós queremos ir, para onde nós queremos as metas que nós pretendemos alcançar. Primeiro, facilitar e ampliar o acesso ao crédito e ao Microcrédito orientado entre os microempreendedores formais e informais. E isso é um objetivo até oriundo da própria Lei, foi criado em 2005. Uma coisa que nós estamos incorporando agora, e eu fiquei até feliz tanto a exposição do Senador como da senhora Moira, esta discussão sobre integrações de Políticas Públicas. Há um compromisso hoje do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado em defender a integração do microcrédito com as

demais políticas públicas, sendo desenvolvidas pelo Estado ou pela sociedade civil. Fortalecer e ampliar, uma coisa que eu disse antes, uma rede autônoma e perene de financiamento, não adianta apenas ampliar esta rede. A gente tem uma preocupação a partir de políticas que nós estamos desenvolvendo, a partir da interlocução do setor em fortalecer esta rede. Disponibilizar recursos para o Microcrédito produtivo. A própria Lei ela já tem mecanismos para isto. Os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que coisa da exigibilidade, mas a gente reconhece a grande dificuldade do setor para ter acesso ao recurso. Intermediar a interlocução entre as operadoras, uma coisa que nós vamos avançar muito agora, de forma, eu diria, bem forte, que é agora no segundo semestre, que o Programa vai assumir esse compromisso de intermediar a interlocução, de juntar numa mesma sala, numa mesma mesa os operadores de Microcrédito, seja primeiro piso, segundo piso. E também gerar trabalho e renda entre microempresários que também é inerente ao próprio Ministério do Trabalho por isto que de certa forma nós estamos inseridos dentro deste órgão. Primeiro eu gostaria de ressaltar, eu vou falar de uma forma rápida, porque os próximos palestrantes vão avançar nisto que são umas oficinas que o Programa desenvolveu no ano de 2007, que foram quatro oficinas, na verdade foram dez oficinas, mas em quatro temáticas, Plano de Contas, Marco

Jurídico, Diagnóstico Setorial e Governança Corporativa. Não vou avançar muito nisto, porque os palestrantes, eles todos consultores contratados em 2007, um convênio que nós fizemos com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e eles vão avançar, vão dar detalhes sobre esta parceria. Gostaria de ressaltar também um Projeto que nós começamos em 2007 e este ano está sendo implementado que é o primeiro PLANSEG (Plano Setorial de Qualificação) de Microcrédito. Dentro do Ministério do Trabalho tem o departamento de qualificação, este departamento de qualificação, ele visa de certa forma capacitar, qualificar uma mão de obra, só que ele estava muito voltado para a formação de empregados. Nós conseguimos usar dentro do Ministério do Trabalho a idéia de direcionar o Microcrédito Produtivo Orientado para os empreendedores. Este projeto está começando e as Instituições estão sendo informadas já na seleção de multiplicadores, depois nós vamos selecionar agentes de crédito e os empreendedores das instituições habilitados ao Programa. A idéia é capacitar em torno de três mil e quatrocentas pessoas. O orçamento do Programa para 2007 nós fechamos de um milhão, oitocentos e cinquenta e sete. Outra coisa que é uma das prioridades do Programa é um compromisso que nós assumimos, monitorar o setor. Como é

que o Estado pode ter um organismo, um programa governamental que ele não tem informações, ele não tem um diagnóstico, um monitoramento do setor. A idéia do Programa é monitorar este setor, é acompanhar este setor para que estas informações sirvam de subsídios para nós apresentarmos ou formularmos políticas públicas. No primeiro momento foi um questionário simples, uma planilha do Excel que vocês receberam. Cento e cinquenta e uma Instituições responderam e agora nós estamos, o Ministério do Trabalho, por meio do seu órgão de informática, ele criou um programa e nos próximos dias as instituições estarão recebendo uma senha e em quatro e quatro meses nós vamos estimular as instituições de Microcrédito a simplesmente preencher estes dados. São dados simples, são dados básicos, mas que serão de grande utilidade para o Programa de Microcrédito e para o setor que nós vamos disponibilizar para o setor as informações consolidadas. Aqui é uma página do Programa que vocês vão estar recebendo. É a primeira página, uma página super simples, vocês vão preencher seus dados, aqui em cima tem várias abas, em pouquíssimas abas vocês vão preencher informações, também não vão tomar muito tempo. O que eu queria avançar é que em outra, isto daqui está incorporado a um outro objetivo do Programa que a gente já está desenvolvendo agora, que é a idéia da integração das políticas públicas. É interessante a gente ressaltar que

Microcrédito é antes de tudo um instrumento de combate à pobreza. E para combater a pobreza, para você reduzir as disparidades sociais a gente tem que pensar também que o Microcrédito ele precisa ser complementado por outras ferramentas. É um compromisso que a gente está assumindo lá. Então como é que a gente vai fazer isso? O PLANSEG já foi um caminho, nós estamos simplesmente unindo capacitação com concessão de crédito. Agora nós estamos negociando lá o projeto, o projeto, eu acredito que vai sair nos próximos dias, nós vamos lançar uma seleção pública. As instituições habilitadas ao Programa serão selecionadas e a idéia é conciliar o Microcrédito com os beneficiários do Bolsa Família. Nós descobrimos, numa última pesquisa em 2007, que existem mais de um milhão de pessoas que ao preencher a ficha do beneficiário do Bolsa Família, disseram lá que são empreendedores. Quer dizer, é um grande público que nós podemos em parceria com o BNDES em parceria com as Organizações, ressaltar, as parcerias são organizações que irão levar esse crédito para estas pessoas, com suporte financeiro, o Ministério vai dar um apoio, vocês vão receber esta notícia quando sair o edital, o Ministério vai dar este apoio e também vamos fazer parceria com instituições financeiras para oferecer o “funding” o valor previsto inicialmente, isto é um projeto piloto, a gente está estimando em torno de um milhão e seiscentos, para começarem

algumas operações. Este Projeto dando tudo certo, este Projeto obtendo as metas que a gente está esperando, em 2009 a gente deve ampliar este Projeto. Gostaria de ressaltar também uma preocupação nossa, esta parte de gestão. Não só dos gestores dos gerentes das instituições, dos dirigentes, mas uma preocupação também com os agentes de crédito. Nós estamos também lançando uma seleção pública, deve estar saindo um edital, eu acredito que nos próximos dias, a idéia é capacitar agentes de crédito em análise e concessão, mas principalmente dentro da metodologia do microcrédito produtivo orientado, visando a melhoria da prestação de serviços a esses microempreendedores, formais e informais clientes das instituições de microcrédito. A idéia é inicialmente capacitar duzentos agentes de crédito. A gente acredita que vai gastar em torno de quatrocentos mil e alguma coisa, a gente está fechando esse orçamento. Outra coisa é este PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), nós desenvolvemos em 2007 o PDI nas áreas de quatro oficinas, que eu falei neste instante, Marco Legal e Plano de Contas. O que nós vamos fazer agora? Nós vamos lançar um PDI, que a idéia do PDI é selecionar as instituições, que estas instituições possam apresentar projetos para o Ministério do Trabalho, nós vamos selecionar esses projetos e estes projetos vão receber um aporte de recursos do Ministério do Trabalho. A gente está calculando aí em torno de um milhão e cem, talvez aumente,

a gente está ainda negociando junto com o orçamento, mas a idéia é aportar recursos para o setor, que o setor possa investir nas suas próprias instituições, resgatando um pouco aquela idéia de fomentar, de fortalecer, de permitir uma certa sustentabilidade nas instituições de Microcrédito. Uma preocupação do Programa também é permitir esta facilidade de acesso ao crédito, principalmente do tomador final. Aquele tomador que está lá na ponta, como é que ele pode obter informações sobre o Microcrédito, como é que ele pode saber das instituições, porque muitas vezes existe ao lado dele e ele desconhece as instituições. Nós estamos desenvolvendo agora, estamos fechando já com o "0800" do Ministério do Trabalho, que a idéia é que qualquer pessoa de qualquer lugar do país possa entrar, e ligar para o "0800" do Ministério do Trabalho, são estes dois números, ainda a gente está desenvolvendo no Ministério, nos próximos meses está unificando, vai ficar um número só, mas a idéia inicialmente vamos usar estes dois números, e a partir desta informação as pessoas tendo acesso às informações esta pessoa vai ligar do "0800" a pessoa, o atendente vai simplesmente perguntar o que esta pessoa deseja e se ela solicitar crédito esta pessoa vai encaminhar pelo programa que nós estamos criando, esta pessoa vai perguntar para ele onde ele mora, qual o bairro que ele mora e ele vai indicar a instituição de vocês, instituições habilitadas ao programa a instituição mais

próxima dele. Além disto como é que a gente vai divulgar este "0800"? A gente vai partir da idéia, a gente vai começar com cartazes, principalmente cartazes nos órgãos do Ministério do Trabalho. Nós estamos espalhados pelo país todo, Superintendências Regionais do Trabalho, que o trabalhador se dirija a este posto para fazer seguro desemprego, para fazer carteira de trabalho, e tudo, informações sobre emprego. Neste local vai ter cartazes e também vão ter pessoas treinadas para orientar este microempreendedor. Ele pode simplesmente ligar para este "0800", ele pode se informar pelo cartaz vai estar lá o "0800" e também uma informação, que eu passo daqui a pouco, mas também ressaltar que além do cartaz a gente está articulando também com o Ministério do Trabalho, o setor de comunicação e principalmente com a SECOM – Secretaria de Comunicações a gente está vendo a melhor forma de fazer isto. Fazer a divulgação também em rádios, quer dizer a gente não sabe ainda se vai ser a nível nacional ou a nível regional, a gente vai ter que de certa forma conversar isto com o setor, ver quais são as áreas, setores ociosos, setores que tem condição de expandir, a gente também não quer sobrecarregar o setor, mas em áreas que a gente perceba que há um potencial a gente vai fazer alguma publicidade em rádio, porque a gente quer pegar aquele público base da pirâmide que a gente olha dez milhões de microempresários,

que estão na área informal, segundo a última pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Então a gente direcionando pesquisa de rádio e estes cartazes a gente imagina a gente espera que a gente consiga alcançar este público. Há também uma coisa que a gente já desenvolveu no site, já está pronto no site, mas ainda não divulgamos e para nossa surpresa houve uma procura muito grande, que é a solicitação direta de empréstimo. As pessoas podem entrar no portal, selecionar o seu Estado, selecionar a sua Instituição e pegar o endereço e ele entra em contato com a sua instituição. E não precisa ligar no próprio portal ele manda esta informação, fala que tipo de crédito ele quer, qual o valor de crédito que ele quer e envia para a Instituição. Uma coisa mais fantástica que aconteceu, isso não foi divulgado, repito, e cento e sessenta e seis pessoas entraram no portal, sem divulgação nenhuma. E tiveram coisas engraçadas, teve gente que entrou para pedir cem reais de empréstimo. Então a partir de uma divulgação a gente acredita que esse número pode duplicar, triplicar a gente vai alcançar o número de pessoas que pode ter acesso, que tem acesso à Internet e pode por meio deste instrumento Portal do Programa se aproximar de uma Instituição de Microcrédito. Perceba que toda esta preocupação é permitir que um cliente se aproxime de vocês que são operadores, muitas vezes algumas instituições estão sobrecarregadas, a instituição tem problema

de “funding”, a gente está tentando acompanhar isto, de certa forma tentar ajudar a resolver este problema, mas há alguns dados que mostram que também as pessoas não conhecem, não sabem que existe uma Instituição de Microcrédito. A idéia é aproximar é reduzir as distâncias do tomador para as Instituições de Microcrédito. Eu entraria agora aqui na facilidade de acesso a recurso, aqui eu falo por parte das IMPOS das Instituições de Microcréditos. Como é que a gente espera fortalecer as instituições? Como é que a gente espera disponibilizar mais recursos? A gente sabe que quando foi criada a Lei em 2005 a Lei do Programa Nacional Produtivo do Microcrédito Orientado, ele disponibilizou recurso do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e recurso de exigibilidade. A gente reconhece, o Governo sabe, que as instituições estão tendo uma grande dificuldade em ter acesso a recursos. Então a gente tem que pensar em mecanismos para reduzir esta distância, permitir que as Instituições de Microcrédito possam ter acesso a estes recursos disponibilizados pelas instituições financeiras. Então o primeiro passo a gente acredita que com o fortalecimento da rede, por meio destes projetos, por meio do acesso que as instituições possam ter PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e Bolsa Família, permita que elas tenham acesso a recurso. Permita até que ela possa passar pelas análises de risco dos bancos. A gente acredita também e isto

a gente vai realizar agora, vai ter uma reunião esta semana fechando isto, para começar vai ser uma coisa permanente, seria esta reunião com os operadores. O Programa está assumindo um compromisso em quatro e quatro meses a gente reunir todos os operadores, eu falo todos os operadores, infelizmente a gente não vai poder reunir os duzentos e sessenta e três operadores, agora a gente está vendo uma forma das instituições escolherem representantes, o representante por Estado, a gente está vendo como a gente quer trazer isso para o setor. A idéia é que a gente possa de quatro em quatro meses conversar, uma reunião, com a intermediação do Ministério do Trabalho conversar com as Instituições de Microcrédito e conversar com as instituições financeiras. Já confirmaram presença quase todos os bancos oficiais, todos os diretores dos bancos oficiais confirmaram presença e também vários bancos privados e também algumas agências de fomento vão estar nesta reunião. A idéia é que nesta reunião a gente possa discutir os entraves, discutir quais são os desafios do Programa e tentar encontrar mecanismos, alguma forma da gente superar estes entraves. Há também uma preocupação do Ministério, algumas instituições financeiras já assumiram esse compromisso com a gente, a gente deve estar lançando também nestes próximos dias, é uma central de solicitação de crédito. Tem gente que liga lá para o pessoal do Microcrédito e fala assim:

“mas como é que eu posso ter acesso de recursos? E que acesso é esse de exigibilidade?” E mais até algumas instituições que tem acesso sabem que existem recursos de exigibilidade, sabe que existem recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e muitas vezes não sabe onde eu vou chegar? Que agência eu vou me dirigir e com quem eu vou falar. Ressaltando que a gente conhece, sabe que mesmo em instituições que eu vou ter informações tem dificuldades. Mas o que a gente quer? A gente quer que por meio desta central de solicitações quatro instituições financeiras já disponibilizaram um e-mail e este e-mail vai estar vinculado a um departamento de Microcrédito, o departamento de Microcrédito desta instituição financeira, a partir do momento que a instituição de Microcrédito a IMPO entra no portal ela pode solicitar este recurso diretamente. Mais uma vez o que o Programa quer? O Programa quer reduzir distâncias. O Programa quer aproximar as instituições financeiras das Instituições de Microcrédito. Há uma preocupação também do Programa, a gente já teve algumas reuniões, já discutimos há uns três ou quatro meses, até o Joni participou desta reunião, a gente discutiu algumas experiências de fundos de garantidores, principalmente do sul, e a gente está discutindo com o pessoal do CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) a idéia de reformular um projeto. O que a gente pode fazer para que este projeto possa atender

de fato ao setor, ou também a criação de outro fundo garantidor. Quer dizer, um fundo garantidor com a participação do Ministério do Trabalho de outras instituições e principalmente de vocês operadores. Que a gente possa em sociedade, unindo esforços que a gente possa criar um fundo garantidor que possa permitir que as instituições de Microcrédito possam ter acesso aos recursos financeiros dos bancos, quer dizer, seria uma garantia, ou uma contra-garantia para as instituições financeiras. Outra medida também do Ministério do Trabalho, isso já estamos fechando este texto, acredito que nos próximos dias a gente esteja mandando para o Congresso Nacional, que o Secretário já adiantou, a idéia de conceder recursos, empréstimos com recursos do FAT diretamente para as Instituições de Microcrédito. É uma coisa que a gente está discutindo com alguns órgãos do Governo, principalmente com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento precisam passar, precisam fazer uma negociação. Mas a idéia é permitir é criar mais uma fonte de recurso para o setor. Vão continuar os recursos disponibilizados pelas instituições, todos os bancos oficiais, todos os bancos privados, mas a idéia é que o Ministério do Trabalho tenha mais uma fonte de recurso e esta fonte de recurso pode ser passada diretamente para as Instituições de Microcrédito. Como é que está o meu tempo aí? Já estourou? Vou avançar agora. Aqui estão os projetos de

2009. Capacitação de gestores é outro compromisso do Ministério, a gente está fechando, a idéia é começar em 2009, a gente tem que ver o nosso orçamento como é que a gente vai, eu diria distribuir isto da melhor forma, mas a idéia é fazer uma capacitação de gestores, começando em 2009 para a gente fortalecer as instituições de Microcrédito. Linha também do PDI, novos recursos para a linha de PDI, desenvolvimento Institucional, pode entrar Recursos Humanos, fortalecimento da rede, ampliação da rede, e até com parcerias, uma coisa até que eu vou falar um pouco lá na frente, mas já adiantando, em parcerias também com Estados e Municípios que possam fortalecer as instituições locais. E também mais uma vez continuar com o Projeto Bolsa Família, não só com suporte financeiro, mas entrar 2009 na área de capacitação e educação também para os beneficiários do Bolsa Família. Alguns eventos, a gente apóia eventos. O Ministério do Trabalho quer promover estes momentos de encontros, esses momentos de debate, esses momentos de troca de idéias. Então o Programa assume o compromisso de apoiar já desde de alguns anos, eu diria nos últimos dois anos vem apoiando alguns encontros de algumas organizações, tipo ABICRED (Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito), agora mesmo apoiamos o evento da CONCRED, o evento da CONFEBRAS e OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), o evento do Banco Central, o

compromisso do Ministério de realizar estes eventos. Há também esta política de marketing, política de divulgação que é cartilha, cartazes, o "0800", o rádio. Há também o compromisso do Ministério de também promover algumas pesquisas, alguns recursos já foram liberados. Até o meu colega Edmar estava me mostrando a pesquisa constituição de São Paulo crescer recebeu recurso do MTE e desenvolveu uma pesquisa de campo com alguns beneficiários. Então a idéia é que continue fazendo isto, aportando recurso para pesquisa para estimular novas metodologias, então há um compromisso também do Programa. E o que nós esperamos com isto tudo? Nós esperamos em parceria com vocês, em parceria com os operadores, em parceria com instituições de pesquisas, em parcerias com instituições financeiras, em parcerias com organismos e fomento a gente espera fortalecer estas unidades produtivas. E mais, gerar trabalho e renda entre estes pequenos empresários e principalmente contribuindo para a superação de pobreza. A partir do momento em que a pessoa tem acesso ao crédito está tendo acesso a ativos. E com estes acessos a ativos ele melhora as condições de vida dele e melhora as condições da família e dos empregados e das pessoas que trabalham com ele. É claro que a gente ressalta a gente precisa integrar, complementar o Microcrédito com outras políticas e isso é uma coisa que a gente precisa desenvolver e a gente quer

articular isto com vocês. Aumentar o acesso de recurso, fortalecer a rede que eu falei antes, elevar o número de clientes. Hoje fechamos o número de clientes em quinhentos e treze mil, a gente espera avançar muito isso. A gente vai discutir isso lá na frente, indicadores, vamos fazer no painel de indicadores vamos mostrar alguns indicadores que nós já estamos usando e mostrar de onde a gente está saindo e para onde nós estamos querendo ir. E também uma preocupação, faz parte deste Painel uma discussão sobre estímulo à formalização. Como é que a gente pode garantir direitos trabalhistas para pequenas empresas. Se elas podem formalizar suas atividades, o programa em parceria com vocês a gente pode estimular esta opção. Este seria o site, estamos abertos, estamos convidados não só eu coordenador do Programa, mas meu parceiro da coordenação estará disponível, Humberto, meu colega, o Edmar. Eu gostaria de ressaltar na equipe também o Rodrigo que também está aqui, o Jonas a Priscila e a Ione, todos são do Microcrédito, todos são do Programa Nacional do Microcrédito lá do Ministério do Trabalho e estamos à disposição de vocês. Obrigado.

Palmas

**Cerimonialista** – Com a palavra a senhora Alda Miller, Governança Corporativa e Diagnóstico Setorial. A senhora

Alda Miller é Consultora de Finanças e Desenvolvimento Local, Cientista Social, Pós Graduada em Economia.

**Senhora Alda Miller** (Governança Corporativa e Diagnóstico Setorial) - Jonas quer me ajudar, enquanto eu falo alguma coisa tem um monte de arquivos. Eu trabalhei em dois temas daqueles que o Max colocou no PDI que foi o Governança Corporativa e o Diagnóstico Setorial. Então eu vou, tem um desafio aqui além dos trabalhos, além do desafio da realização desse trabalho tem um desafio também de falar dos dois no mesmo tempo que os demais colegas aqui. Então, provavelmente a gente vai avançar um pouquinho, mas vou tentar ser o mais sucinta possível. São trabalhos complexos, e inovadores que a gente vai levar um tempo ainda na discussão. Eu acho que demos o primeiro passo em cada um deles. Mas antes eu quero parabenizar e cumprimentar o Ministério, o BNDES, o BID, Programa Nacional, mais especificamente por esta iniciativa. Acho que foi o primeiro momento assim no Brasil em que a gente pára para fazer alguns estudos no nosso setor e começar a produzir estudos e uma certa literatura a respeito do setor em que atuamos. A gente tem muito como base ainda a literatura de outros países, produção de outros países. E não poderia deixar de agradecer, agora pessoalmente, embora esteja sempre registrado lá nos nossos relatórios finais, a participação de

grande parte das pessoas que estão aqui, das instituições e dos seus representantes nas oficinas que nós fizemos e que nós trabalhamos. Estou aqui vendo os sorrisos do pessoal lembrando de quanto debate, de quanto esforço e de quanta dedicação a gente pôde contar para chegar aqui a este trabalho. Então quero agradecer aqui pessoalmente por isto. Bom, vou entrar, teria mais algumas observações aqui, mas eu acho que para ganhar tempo e tentar pelo menos fazer uma síntese da síntese de cada um dos trabalhos deixar para depois na hora do debate a gente poder esclarecer mais algumas coisas, enfim. Eu só queria também ressaltar que estes dois trabalhos, Governança Corporativa em Microfinanças e o Diagnóstico Setorial eles são temas novos, nós partimos do zero. Não totalmente do zero, porque contamos com o conhecimento e experiências de cada um dos que participaram das oficinas e dos profissionais que estavam envolvidos. Mas em termos de estudos sistematizados no Brasil sobre Microcrédito nestas áreas, nós partimos do zero. Um pouquinho diferente da vantagem que o Joni levou que já tinha alguma coisa na área de contabilidade, plano de contas, o próprio marco Legal, a gente já vem um pouco com a discussão. Então estamos dando aqui os primeiros passos, o desafio está sendo colocado na hora que a gente conseguiu sistematizar um pouco este trabalho. O diagnóstico que estava lá no edital, que consta nos documentos oficiais, se

chama Diagnóstico Institucional, Organizacional e Setorial. Era um título pretensioso como pretensiosos eram os objetivos que constavam lá, enfim. Tanto pela complexidade de um trabalho de pesquisa neste âmbito, quanto pelo tempo e as condições que se teve para fazer. Mas foi um trabalho muito rico, muito importante de alto grau de participação de todas as instituições pelos representantes que estavam nas oficinas e nós chamamos isto de um panorama organizacional e setorial, porque ele vai um pouco além de um diagnóstico estatístico, quantitativo, ele tem uma parte, um questionário de mais de cento e cinquenta questões que num princípio, num primeiro esboço do questionário, a gente teve, nós consultores estávamos trabalhando nisto, tivemos uma preocupação de fazer o mais sucinto possível. Então cento e cinquenta e cinco questões, se não me falha a memória, na primeira oficina que tivemos o pessoal já levantou diversas áreas que precisariam aparecer. E a decisão do grupo foi, vamos aumentar desde que aborde para que possa abordar aquilo que realmente é importante. Então chegamos a cento e cinquenta e três questões do questionário da parte mais qualitativa e depois trinta indicadores de desempenho de acompanhamento de produtividade de qualidade que compõem estes cento e cinquenta. Então os objetivos que estão aí, tanto geral quanto os específicos que é subsidiar a produção análise difusão de informações voltadas para o

planejamento e formulação de estratégias para o setor. O Max acabou de colocar aqui uma série de ações de estratégias e de diretrizes que o programa está promovendo e este estudo tem, acho que traz muitos elementos que podem contribuir para melhor adequação destas estratégias. É fundamentalmente promover o autoconhecimento das instituições. Foi bastante interessante inclusive já no primeiro momento, no primeiro esforço da resposta, daqueles que aderiram à resposta do questionário a própria mobilização que teve que ser feita dentro algumas instituições para poder levantar informações ver quem tinha condições, sobre a competência de quem, foram questionamentos que já começaram a ser levantados já no primeiro momento de resposta ao questionário. Então este autoconhecimento acho que já começou neste momento e temos muito a caminhar por aí e acredito que este instrumento possa contribuir bastante. A metodologia foi uma metodologia de pesquisa/ação e aí tivemos três, quatro oficinas com intenso debate, muito rico, acho que as pessoas saíram muito mais satisfeitas pela troca de experiências, pelo debate feito na oficina do que propriamente sabendo que este primeiro diagnóstico ainda tem bastantes consistências, mas estava dando um passo importante e a necessidade, acho que ficou muito clara a necessidade, a vontade que o setor tem de se articular de conversar, de olhar olho no olho, de ver como

está sendo feito dentro deste país e ver o que podemos contribuir uns com os outros. Então acho que fomos muito felizes neste momento, o Almir que deflagrou este trabalho todo do PDI, e depois nos deixou e deixou Edmar e pegou toda esta dinâmica da pesquisa/ação que foi feita em torno do diagnóstico. E foi acompanhado e nos orientou muito bem nisso. Os eixos temáticos que foram tratados então, além da identificação das instituições foi a Governabilidade, Recursos Humanos, a parte Operacional, Metodologia, Sistema de Informática, Financeiro e Desempenho. E estas áreas, estes eixos eles já estavam previamente determinados no edital, mas o grupo entendeu que pôde acomodar os anseios, as questões que tinham como relevantes naquele momento dentro destes sete temas aqui. Então o questionário todo foi feito com base neles. E o que se levou para a formulação das questões, das perguntas, dos instrumentos de levantamento de informações foi para cada uma destas áreas o que precisamos, o que realmente é relevante saber, e por que? Porque isto explicaria naquelas questões, naquelas perguntas que de alguma forma fossem contribuir para esclarecer, para melhorar, para orientar os planos de crescimento das instituições, das operadoras os principais entraves que estas instituições e que o setor se depara e a visão de futuro. Então nós vamos ter no conjunto das perguntas que compõem o questionário, questões que contemplam, pelo menos é o que

procuramos que contemplem estas três perspectivas. O desenvolvimento então, foram feitas na primeira oficina foi a formulação das questões, o protótipo do questionário segundo, duas oficinas de validação e na oficina nacional já para identificar, já trabalhando em cima da análise de resultados de dados que já tinham sido coletados. Além do questionário teve o manual de ajuda, porque tivemos um momento das oficinas de nivelamento dos entendimentos dos conceitos e dos parâmetro que foram utilizados para que a gente pudesse ter o mínimo possível de entendimento comum na interpretação de cada uma das questões já que estariam sendo auto-aplicadas. Então este manual de ajuda foi para o site junto com o questionário, este foi um recurso que no meio do caminho a gente viu que poderia utilizar, e trouxe bastante agilidade, melhorou o aproveitamento do tempo na coleta de dados, dispensou o trabalho de digitação que no primeiro momento nós estávamos nos programando para fazer tudo isto, a própria tabulação no acompanhamento dos dados pôde ser feita pelos consultores e pelo Ministério em tempo real. A medida em que cada instituição estava lá colocando seus dados já tínhamos o resultado da tabulação e assim por diante. Até agora o site continua no ar, aí embaixo vocês têm o endereço e uma senha que qualquer instituição, qualquer pessoa pode utilizar e acessar para dar uma olhada, só não dá para olhar instituição INF e AINF, porque aí é

sigiloso. Então cada uma tem uma senha e só ela pode entrar no seu banco de informações, mas para ver de forma genérica, qualquer pessoa pode acessar o site. Nós tivemos uma mostra, dentro, na época tínhamos aí duzentos e cinqüenta habilitados no programa, no edital tínhamos previsto um público de noventa instituições, noventa pessoas, eram três oficinas com noventa pessoas. Nós tivemos na verdade com a participação de setenta e oito no geral. Que aderiram e responderam ao questionário, foram quarenta e sete instituições. Temos aí um percentual de adesão de 73% daqueles que participaram. Num relatório final nós temos vários gráficos explicando isto, por região aí tem uma tentativa, eu não sei se está dando para ver, por região quantos participantes e quantas instituições. Houve um fenômeno interessante durante a realização deste trabalho, porque quando nós começamos a tratar com o Ministério sobre a realização disto estava muito voltado para as OSCIPs porque era o maior número, inclusive nos editais vinha claro, diagnósticos para OSCIPs, metodologia de governança para OSCIPs de Microcrédito Orientado. Quando a gente começou a trabalhar nisto, eis que tinham mais cooperativas, por exemplo, do que OSCIPs num dado momento, e aí a gente sabe que tem todo um perfil institucional diferenciado. Mas tentamos na medida do possível levar para outras instituições, outras operadoras sejam elas do setor financeiro,

formal, enfim, aquilo que é específico das microfinanças, inclusive quanto a gestão e quanto a indicadores de desempenho e a perguntas, enfim, que foram formuladas no questionário. A estrutura do relatório está saindo um relatório final acho que em seguida, ainda este mês, deve estar sendo acho que publicado no site do Ministério, onde ele traz a análise qualitativa, então nós pegamos aquelas cento e vinte que compõem as qualitativas nós pegamos três questões de cada bloco, de cada eixo temático e fizemos uma análise. Não dá para fazer de cada uma delas porque se não deve ficar um trabalho muito extenso e de difícil leitura. Mas como o site nos dá toda a composição, pode acessar por região, por categoria institucional, se é OSCIP se é Cooperativa, enfim, então aqueles eixos de interesse principal de cada um podem ser buscados lá. Nós fizemos um documento então analisando três questões na parte qualitativa e na parte quantitativa, e aqui a gente está falando de conjunto de indicadores de desempenho de resultados, esta nós fizemos de todos eles, dos trinta uma análise, calculando médias, comparando com a América Latina, enfim, este trabalho vai estar no site então do Ministério aí nos próximos dias. Eu coloquei aqui estes dados parciais, eu tenho os relatórios todos, mas a gente não tem tempo para mostrar isto. Não tem não é Almir.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) - Não.

Risos

**Senhora Alda Miller** (Governança Corporativa e Diagnóstico Setorial) - É uma pena.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) - Que pena!

**Senhora Alda Miller** (Governança Corporativa e Diagnóstico Setorial) - Interessantíssimo, mas um feedback vocês vão me permitir de dar. Vocês lembram, eu acho que a grande maioria aqui estava no ano passado aqui em Brasília, em que num dado momento houve um debate assim alguém levantou a questão que só tinham mulheres numa mesa, homens, aliás, e eu trouxe a questão do questionário nesta parte qualitativa. Então está lá o dado, nós temos na parte de trabalhos de campo, como agentes de crédito, em torno de quarenta e cinco, não estou lembrada exatamente da quantidade, mas 45% de mulheres, e depois vinte e poucas na parte de conselho e na parte de direção executiva, mesmo, de lideranças executivas 5%, não chega a 6% o que mostra uma inversão aí ao longo dos anos. Depois nós temos vários

dados assim muito interessantes, a questão da produtividade por agente de crédito quando se compara Brasil com América Latina ainda estamos bastante defasados, enfim, tem dados aí bastante ricos para uma análise e um trabalho destes setores em cima disso, não é um trabalho de uma ou duas pessoas, mas do setor como um todo. Da oficina nacional eu acho que saíram muitas coisas boas, já a análise em cima dos dados, os resultados a gente trabalhou acessando o próprio site. Mas o como fazer? Acho que isto pegou muito forte em todas as oficinas que nós trabalhamos com o diagnóstico, como é que a gente sai, como é que a gente sai para o concreto, como é que a gente vai para a realização. Então ficaram estas recomendações da oficina nacional onde participaram pessoas das oficinas anteriores. Então como fazer? Esta foi a questão do grupo para que este debate não passe despercebido como muitos outros já feitos que não deram em nada ou pouco se avançou. Sugerimos que após as discussões feitas aqui a elaboração dos questionários respondidos pelas instituições se institua o dia do Microcrédito. Não dava para deixar passar isto que foi um registro importante do grupo lá no Rio de Janeiro. Manter o banco de informações atualizado regularmente. Anualmente voltar a reaplicar este questionário, claro que sempre desenvolvendo melhorando, enfim, e o conjunto de indicadores para que se possa ir formando séries históricas

para comparações e tudo mais. Enfim, outros encaminhamentos mais concretos para o Ministério da Justiça, a questão da regulamentação, que depois o Paulo vai entrar mais profundamente nisto, a questão dos recursos do BNDES, então há um anseio do setor para que se tenha, se dê continuidade a este trabalho. Este trabalho foi desenvolvido então pela GESTOR em parceria com a Letícia Estier que é da PARTNER. Infelizmente a Letícia não pôde estar aqui, mas é importante dizer que todo este suporte da parte de sistema de informática só foi possível pela nossa parceria com a Letícia, mais especificamente com a empresa dela, com a PARTNER. Aqui tem mais coisa, mas não podemos... Quanto tempo, Almir?

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) - Temos mais dez minutos.

**Senhora Alda Miller** (Governança Corporativa e Diagnóstico Setorial) - A Governança é mais rápido. Governança Corporativa e Microfinanças. Este foi um outro tema novo para tratarmos disto e aí a gente tinha no Edital na letra G dizia assim, desenvolver metodologia de Governança, de Gestão para conselheiros, para gestores, para colaboradores, para agentes de crédito, para todos e para tudo. E a gente estava só iniciando debate, estudo, enfim,

sobre este tema da Governança Corporativa. Então levamos aí um tempo até para definir um pouco melhor o título inclusive disso, deste trabalho que acabou ficando metodologia de Governança Corporativa Integrada à Gestão em Microfinanças. Então aqui vai ser recebido, vai ser divulgado, publicado não consta lá tudo. Não se propõe a ser um trabalho completo de gestão, mas sim aquelas partes temáticas da gestão imprescindíveis para que se tenha um ganho, uma melhoria na Governança Corporativa. Naquilo que está extremamente ligado à Governança. O desafio novamente de trabalhar, de ter de começar pensando em OSCIPS e depois ter que trabalhar com outros tipos de instituições que têm já fundamentos de Governanças Corporativas bastante fortes, como é o caso das Cooperativas e no caso das Agências de Fomento que tem aí uma regulamentação, enfim, diretrizes bastante claras do Banco Central e das próprias Cooperativas Centrais, enfim, mas eu acho que foi uma troca de experiências bastante interessantes que pôde ser um aprendizado comum aí. As OSCIPs com aquilo que elas têm de positivo que é a sua agilidade a possibilidade de estar muito próxima ao cliente e as cooperativas, que foi um número bastante significativo nas oficinas com a sua definição do caminho de como se dá esta organização institucional. Aí nós fizemos um trabalho musical, quase saímos maestros formados, das oficinas. Porque

pegamos esta metáfora do maestro como um grande organizador e responsável pela harmonia e tal, para desenvolver um trabalho, um modelo, uma metodologia de Governança que se chama maestro. Então por isto aqui afinando instrumento. Governança Corporativa, aí para dar uma pincelada, Princípios Básicos, Perspectivas e Desafios. A Governança Corporativa então é uma preocupação mundial em organização inclusive, principalmente em empresa privada depois de grandes derrocadas aí dos grandes conglomerados econômicos e que começa também a ser adotada pelo terceiro setor e por todo o setor público inclusive. Então se diz que é um sistema pelo qual as instituições são dirigidas e monitoradas. Envolvendo relacionamento entre acionistas e cotistas, aqui pegando o conceito na íntegra, que tem origem na empresa privada, e diretoria independente de conselho fiscal. E as duas práticas de Governanças tem a finalidade de preservar aumentar o valor das organizações e tratar da perenidade, da sua perenidade, da saúde de seu capital, seus ativos. Então tem alguns princípios básicos, fundamentais e universais hoje, estes princípios tem sido debatidos universalmente e tem sido adotados quatro princípios principais: a responsabilidade corporativa, desculpa aqui está um pouco fora de ordem. A prestação de contas, que não basta prestar contas, tem que querer prestar contas. E isso é uma questão que nós do Microcrédito, da Microfinança nos

deparamos diariamente no nosso trabalho e entendemos que sim, precisamos querer prestar contas, faz parte do nosso trabalho. A questão da transparência e a equidade. A equidade, então o tratamento no sentido genérico, é um tratamento justo e igualitário de todos os grupos sejam eles do capital ou os proprietários, os acionistas, os colaboradores, os clientes. Há um debate em torno da equidade se é adequado ou não no terceiro setor. Estudiosos e especialistas que estudam aplicação o desenvolvimento da Governança Corporativa no terceiro setor alguns tem dito que a equidade não se aplica ao terceiro setor, porque o terceiro setor não visa lucro e etc. Então não se aplicaria. Então há divergências sobre isto, e aqui é uma posição minha pessoal, eu acredito que nas microfinanças mesmo embora naquelas instituições que são as OSCIPs, que pertencem ao terceiro setor, dada a característica da natureza da nossa atividade a questão da solvência que nós temos que ter uma preocupação bastante grande, eu acredito que se aplique. Agora há divergências e eu acho que no caminho, no amadurecimento, no aprofundamento o setor deve debater isto. Vai ser uma oportunidade interessante de debater. Porque dentro do setor está havendo entendimentos diferenciados com relação a este princípio. Governabilidade nas instituições de microfinanças já existem alguns códigos principalmente de instituições que fornecem capital, que financiam as instituições de

microfinanças. Então aí nós temos como exemplo, existem outros a declaração de consenso de fundos de patrimônio de Microfinanças que trabalha, tem um documento publicado exatamente sobre governabilidade de gestão administrativa. Então começa o setor bastante preocupado com a solvência, com a liquidez, com a qualidade dos ativos das instituições de microcrédito. Nós vivemos, precisamos expandir e vivemos buscando recursos, buscando financiamento e o financiador passa nos analisando para ver até que ponto nós somos capazes, temos solidez para assumir estes compromissos. E isto, uma instituição para ser sólida sustentável, garantir a continuidade passa obrigatoriamente por uma boa Governança Corporativa, por uma gestão profissionalizada, cada vez mais é exigido isto de nós. À medida que as doações vão ficando cada vez mais escassas, e eu não vejo isto como pejorativo não, eu acho que é bom, eu acho que só nos encaminha, nos empurra cada vez mais para a profissionalização. E esta oportunidade de discutir Governança Corporativa no Brasil, nas instituições brasileiras, no setor brasileiro de Microcrédito. Então, a metodologia desenvolvida foi a metodologia Maestro que ela adota, pela metáfora musical, que eu já falei antes para os senhores, até peguei aqui um trecho do prefácio que o Edmar fez para o nosso guia, para o nosso manual final de Governança e este trabalho ele é um trabalho inicial nesta área porque ele passa

por questões muito mais, por questões comportamentais de sensibilidade, de conscientização, do que mesmo por instrumentalização, embora a gente tenha feito um esforço e está saindo de um documento onde indicamos alguns instrumentos de gestão, algumas áreas e alguns instrumentos de gestão, um conjunto de indicadores mantendo idêntico ao conjunto de indicadores utilizado no trabalho do diagnóstico para que se possa, para que a gente comece a unificar isto, a gente sabe que tem a parte de contabilidade até de uma estudada lá nos indicadores que foram desenvolvidos no trabalho do plano de contas, mas acho que a gente começa então uma convergência aí, para dar mais consistência a este trabalho. Então os dois diagnóstico e Governança a gente utiliza mesmo conjunto de indicadores. A metodologia maestro assume os quatro princípios universais da boa Governança Corporativa com uma brecha assim, uma necessidade de se discutir um pouco mais a equidade, acho que todos são discutíveis, mas a equidade principalmente, porque surgiu já mais recentemente esta divergência e acho que é um caminho muito importante para que o setor comece a desenvolver alguns padrões de gestão e a gente com isto comece a ter uma marca brasileira de Microcrédito, de resultados e poderemos chegar a um código de Governança Corporativa Nacional. Não era o nosso objetivo agora aqui neste trabalho até porque não temos ainda a massa crítica

conceitual para isto. Mas estamos indicando um modelo onde adota os quatro princípios universais mais aquelas áreas, os eixos temáticos, e para cada um deles, eu não tenho este gráfico aqui, para orientar o trabalho para mostrar a vocês, em cada uma das áreas aquilo que é de gestão e que nós entendemos, a partir do debate, enfim na oficina nacional, que estava intrinsecamente ligado à efetividade da gestão corporativa. Então fica aqui esta pincelada nos trabalhos, em seguida vão estar publicados, e que este convite para que a gente continue tanto na Governança Corporativa, quanto no diagnóstico setorial que a gente não recue nisso, porque o amadurecimento e a transformação disto em instrumentos mais concretos só poderão vir a medida que o setor utilizar o que já foi feito aqui, debater, criticar, melhorar, aí nós podemos pensar em chegar num segundo e terceiro momento num código brasileiro de Governança Corporativa e num banco de informações sistematizado, anualmente renovado e analisado. Acho que demos um primeiro passo, incipiente ainda, mas com bastantes elementos ricos aí para você continuar o trabalho. Obrigada.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) – Muito obrigado, Alda.

Palmas

**Cerimonialista** – Queremos agradecer e registrar a presença dos senhores Raimundo Nonato do BASA, Estélio Gama de Lira, BNB e Marcelo Correa, Banco do Brasil. Passaremos a leitura resumida do currículo do senhor Paulo Haus e lembramos que as perguntas serão encaminhadas por escrito. O senhor Paulo Haus é Advogado da Martins Associados e Advocacia, professor do MBE de responsabilidade social e terceiro setor da UFRJ, coordenador adjunto da pós graduação em Microfinanças da UFRJ. Presidente de comissão da OAB – RJ, membro do comitê executivo do Marco Legal do terceiro setor e do Microcrédito. Com a palavra o senhor Paulo Haus.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) – Enquanto o Paulo chega, vou sugerir que quem quiser já ir anotando as perguntas, encaminhando é importante, porque como este bloco ele te na verdade quatro palestrantes, ao final eu diria que vai ser um pouco difícil para ir resgatando as questões para se colocar no momento do debate.

**Senhor Paulo Haus** (Marco Jurídico) – Boa tarde senhores. Uma parte dos senhores eu já conheço há tanto tempo, de tantas idas e vindas em Microfinanças eu me dou ao direito de dizer só que é um grande prazer reencontrá-los aqui, assim

como reencontrar todo mundo. A minha tarefa que nos deram no PDI e a que coube a mim, estar falando aqui agora é analisar leis e diz um ditado, um ditado bem de capital “Lei tem uma enorme similaridade com salsicha, se você souber como é feita você perde a fome”. Isso é um tanto grave, é um tanto grave porque afinal de contas o nosso objeto aqui é exatamente uma avaliação sobre este Marco Legal. E falar sobre Marco Legal é um tanto complicado. Marco Legal não é uma Lei só. A gente fala de Marco Legal na verdade a gente está falando na verdade de <incompreendido> que em inglês quer dizer o quadro, o quadrante no qual uma atividade ou uma certa pessoa complexa é reconhecida dentro do mundo do direito, o mundo do direito ou numa série de leis, uma série de temas de direitos que eventualmente caminham juntas e eventualmente se chocam. Então analisar o que é o Marco Legal é analisar este quadro completo, um quadro complexo de normas que nem sempre convivem pacificamente. Bem, essa era a minha tarefa, e a minha tarefa era poder avaliar isto daí e fazer proposições como desenvolvimentos, sugestões para o desenvolvimento deste Marco Legal. A partir daí, e este era o objetivo do trabalho que me deram, estudar, desenvolver sistematizações de propostas de aprimoramento do Marco Legal, contemplando recomendações, modelos operacionais, operações legislativas que, aí tinha uma série de outras coisas que vinham dizendo

sobre isto. A alteração diagnóstica inicial sobre o assunto, nós tentamos um pouco tirar este ranço de juridiquês de advogado de achar que a Lei é um negócio mágico que cai sobre nós e que regula a gente apesar do nosso entendimento corriqueiro. A Lei é o patrimônio do povo. E para isso eu precisava entender primeiro o que as pessoas do setor percebiam sobre a Lei. Então às vezes as percepções são erradas, são percepções às vezes imaturas, na verdade não se aperceberam de outras coisas. É preciso entender o que elas percebem, porque afinal de contas os senhores podem ver aí, e isso faz parte inclusive da premissa inicial, o baixo índice de desenvolvimento das microfinanças no Brasil em grande parte é atribuído a um Marco Regulatório inadequado. E é um sentimento, aposto, que um sentimento partilhado por muita gente, partilhado por todo mundo, aliás, partilhado por mim também. Considero verdadeiro, afinal de contas a gente precisa sair da simples percepção, da percepção do sentimento e entender de que maneira isso é verdadeiro e o que é necessário fazer para poder fazer com que este entrave seja superado. Em primeiro lugar a meta é avaliar, a gente basicamente pediu uma coletânea de regulamentação que a gente pega normalmente, porque a gente faz uma pesquisa normativa e o segundo ponto era uma pesquisa de campo. Isso era importante entender o que os atores entendem sobre o assunto a gente partindo então para fazer inclusive não

somente dentro do quadrado do PNMPO, mas também iniciativa do nosso escritório de advogados no Rio o Seminário para sessenta pessoas para discutir única e exclusivamente durante dois dias percepções dos atores variados sobre os entraves ao desenvolvimento das Microfinanças. Por que a Lei, ou por que o Marco Regulatório no Brasil em que ele estaria atrapalhando o desenvolvimento das Microfinanças. Esta metodologia toda foi participativa e culminou aqui por direção do Max, do Edmar, pelo Almir, uma metodologia participativa que fez uma oficina de vários, mais de oitenta gestores, cem gestores, oitenta gestores de instituições financeiras aqui em Brasília. E isso significou tanto no primeiro momento, que foi o momento que a gente fez no Rio de Janeiro e no segundo momento que a gente fez aqui que a gente conseguiu juntar todos os atores envolvidos que eu conseguia ver que de fato se importavam com o problema da regulamentação, os órgãos de controle, Banco Central, Ministério Público, Ministério da Justiça, investidores privados, bancos e doadores, investidores públicos, bancos de desenvolvimento, fundos públicos e gestores públicos e instituições microfinanceiras. Colocadas em conjunto aqui como se fossem um só dos atores, mas é muito mais do que são vários atores envolvidos juntos. Bem, as primeiras conclusões que a gente chegou e era evidente, é que a regulamentação atual ela se dedica, e ela se esparsa e ela se

dedica esparsamente a regulamentar nas pessoas que atuam nas microfinanças. O primeiro ponto é o seguinte, se a gente tem uma série de regulamentações, uma série de regulamentações para OSCIPS são referenciadas, regulamentações diferenciadas para cooperativas de crédito e a gente estão juntando aqui para poder discutir sobre microfinanças, qual seria o motivo para regulamentar em especial as pessoas e não atividades? Bem, a conveniência ou necessidade em estabelecer e, portanto limitar algum benefício ou prerrogativa legal ou excepcional, esse assunto é um motivo para se regulamentar uma pessoa. Quando você, por exemplo, estabelece que instituições filantrópicas ou beneficentes tenham isenções ou imunidades tributárias. Quando você incentiva aquele tipo de coisa. Por exemplo, quando você incentiva a jornais, tem imunidade tributária também porque os jornais são fundamentais pela atividade que produzem e, portanto as pessoas a gente incentiva. Partidos Políticos também estão neste campo, o Sistema S está neste campo. Incentivar atividade ou o tipo de pessoa jurídica que a pratica, reconhecendo ou lhe outorgando condição especial, é também uma metodologia prática disto daí. Portanto é reconhecida a sua importância social econômica a preservar a sua insistência por certo tipo de pessoa ou atividade que não conseguiria subsistir por si só. O Sistema S é, por exemplo, é um exemplo disso daí que tem a

regulamentação inclusive, tem tributos cobrados na folha de salários que vai para ele. A necessidade imperiosa em limitar algum risco social relevante que você possa então regulamentar uma pessoa, porque ela é uma pessoa arriscada, como os bancos, por exemplo, quem pode se meter a fazer um banco? Não é qualquer um. E a necessidade de ter proteção pública ou coibir algum tipo de atividade nociva e incompatível com a Lei. Enfim, se regulamenta a pessoa pelo risco da atividade que ela pratica ou pela necessidade de incentivar esta pessoa, isto é absolutamente incoerente com o quadro regulamentar brasileiro. Primeiro, porque as pessoas que eu vejo OSCIPS ou ECMS, Cooperativas de Créditos, Programas de Desenvolvimento, ou Programas Públicos de Microfinanças, especialmente programas de Microcréditos, são basicamente centralizados em Microcréditos não oferecem, que eu saiba, risco nenhum da atividade que é risco sistêmicos e principais pessoas que tem problemas de direito do consumidor, não vejo esse risco. Também não vejo na regulamentação nenhum incentivo às pessoas que estão regulamentadas por ela. O que faz com que ela seja absolutamente incoerente quando ela se dedica a regulamentar pessoas. E se você não tem lógica quando regulamenta, você vai chegar naturalmente a um resultado muito frustrante. Bem, porque se regulamentaria atividade financeira, por exemplo? Porque a gente pega um “quinhão” a

gente pega o pessoal de bancos, aquele pessoal que de fato tem uma gestão seriíssima e dá conta. Eu sei que aqui tem bancos de desenvolvimento que também dão conta disto daí. Você faz isso por alguns motivos, poucos, mas alguns motivos específicos. Primeiro, proteger a poupança pública, cada um de nós deposita dinheiro em uma instituição financeira, e tem que ter naturalmente a devida salvaguarda da Lei para isto daí. Nós públicos pessoas normais, pessoas que não conseguem defender a si próprios, quanto mais uma instituição tão grande dentro deste sistema. Para coibir ou limitar a multiplicação de moeda que possa atingir a política de preservação do controle monetário, típico da atividade do Banco Central e para impedir o risco de quebra do sistema, aquele efeito dominó, que dá quando um banco quebra e as pessoas invadem as agências de outro banco pegando o seu dinheiro. De novo, não é esse o quadro brasileiro, porque afinal de contas nas nossas atividades, nas pessoas que estão envolvidas aí, não há captação de recursos públicos, o único caso excepcional são as Cooperativas de Crédito, eu tenho lá um certo questionamento se isso se insere nas Microfinanças, no nosso tema aqui. Limita a captação de recursos, recursos não públicos, inclusive, ou seja, <incompreensível> são os investidores qualificados que não são públicos para efeitos da OCBM, mas que são públicos para efeitos das SCMs. As Microfinanças não se inserem no quadro das multiplicadores

moeda e as regras limitam-se a limites objetivos, por exemplo, limita juros. Que não se relacionam com nenhum risco da atividade. E nem proteção, que tem aquela proteção financeira tradicional. E por fim o risco sistêmico das Microfinanças é político. Somente atingem as próprias instituições. A gente presencia aqui é que a gente vê sistemicamente as instituições absolutamente vulnerabilizadas, intendentess de uma hora para outra, a terminar, quer dizer, a sustentabilidade delas está ameaçada. São as únicas pessoas sistemicamente ameaçadas neste negócio. Também não faz sentido nenhuma regulamentação das pessoas, nenhuma regulamentação tipicamente financeira. Então, inicialmente para a gente voltar no quadro e chegar às conclusões que as obrigações, que as regras existentes são obrigações burocráticas e artificiais, como limitações de juros, limitações de empréstimos, algumas limitações relativas a produtos, as pessoas jurídicas, limitar as pessoas jurídicas, que atuam nas atividades sem qualquer outorga, sem determinar qualquer proteção, sem incentivar. E esta atividade não tem risco. Não o risco que a Lei mereceria prestar atenção tradicionalmente. Por fim, limitam e desincentivam as iniciativas no campo microfinanceiro por limitar artificialmente produtos, valores, juros, ou a determinados financiamentos de métodos de atuação e normas de cunho genérico, ou seja, tem sempre alguém

“fazendo um sapado sob medida no qual não caberá o vosso pé”. E ele vai sugerir, “cortem os dedos e botem o pé aí dentro”. De teses em teses sem deixar o sistema em si e sem deixar o mercado em si funcionar com a sua percepção de realidade, com as realidades corriqueiras que ele tem em cada região. São problemas que estas regras traduzem. As conclusões naturalmente depois repetição disto, regulamentação <incompreensível>, regulamentação de atividade, falta de critérios claros para regulamentação do setor, conflitos de normas, imposicionamento assistêmico. Eu vou bater neste imposicionamento assistêmico pelo seguinte: todo direito é composto naturalmente, historicamente de regras diferenciadas, nós temos a Lei mais antiga do Brasil é uma Medida Provisória de D. João VI. Está em atividade neste país Medida Provisória é uma coisa perene... Perene. E elas têm motivos completamente distintos. O Código Comercial é de 1850. O Código Civil novo foi feito em 1971. A última versão dele só foi aprovada trinta anos depois e a Constituição Federal vem em 1988 completamente divergente em tempo, em espírito. A alma da pessoa que segurou a caneta e convivem juntos. Eles fazem neste “bolobô” coisas divergentes de um sistema qualquer. E a gente precisa entender que sistema é esse e necessariamente vai sair um sistema. E por que as Microfinanças não funcionam? Porque economicamente ela está fora do sistema, é natural inclusive

pela atuação do Estado. Foi dito isso tantas vezes. Quando pega e faz com que na sua política de juros seja muito mais lucrativo para as instituições financeiras aplicarem na compra de títulos públicos, por exemplo, esvazia a possibilidade que eu tenho de aplicação nos empreendimentos. Não só por conta do Estado neste ponto de vista, mas por conta até mesmo da dinâmica financeira e das regulamentações financeiras, quando é que a gente vai admitir que se empreste a rodo para gente que não tenha garantias formais, garantias reais, uma casa para dar de fiança. Para colocar lá como garantia de que eu tenho um fiador qualquer, uma pessoa que vai assinar junto comigo o aval do meu crédito. Como é que eu vou dar crédito para gente pobre, para gente pequena se o sistema foi todo montado para dar garantias que são incompatíveis com estas pessoas e com estas realidades? O quadro geral das Microfinanças não dá certo economicamente neste ponto não dá certo, juridicamente não dá certo neste ponto porque ele é assistêmico. Está claro. Não há solução satisfatória de mercado para o setor, porque economicamente não é interessante de fato. Ele pode até ser interessante, eu sei que é meio pecado a gente falar sobre isto. A gente está tentando provar que é interessante aplicar em Microfinanças, mas não é tão interessante do que quando você ter um operador, um telefone e o cara faça operações, aquelas grandes operações de dez milhões a cada vez que

desligue e ligue o telefone. Ele produz muito mais dinheiro do que um agente de crédito. Não é isso. Não é tão interessante. E a regulamentação ela não supre essa lacuna de mercado, ela não deveria existir para isto. Eu coloquei o Artigo 170, inclusive, da Constituição como referência para a gente se lembrar para que a gente regulamenta neste país. Para que a gente tem Lei? É para isto. Tem uma falha de mercado, tem uma importância social, a gente precisa regulamentar, para que esta falha de mercado essa enorme importância social seja suprida nesta falha de mercado com a atividade do Estado com a regulamentação também. E as normas que atingem as atividades e instituições Microfinanceiras, as IMPOs desincentivam o setor, tendem a restringir as suas atividades e capacidade de "funding". Afetam diretamente a sustentabilidade das iniciativas. Eu queria lembrar um pouco da Constituição Federal no Art. 3º da Constituição Federal por quê? Quais são os objetivos deste país, aqui qualquer um tem um estatuto, tem um contrato social, pega lá quais são as finalidades da sua empresa, do seu banco de desenvolvimento, da sua OSCIP, da sua ECM, ou registro para isso. Para que existo? Constituem objetivos e finalidades da República Federal Brasileira, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento Nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos

sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. E quem esteve aqui neste seminário e quem está ouvindo sobre Microcrédito sabe que é exatamente isto que a gente está tentando fazer. Portanto a gente está dentro do Art. 3º, a gente está dentro do próprio objetivo desta Federação, deste país, do que deveria ser o objetivo da Lei. Vejam só, são também artigos de dentro da Constituição como o Art. 170, ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos assistência digna conforme os ditames da justiça social. Observados os seguintes princípios: função social da propriedade, redução das desigualdades sociais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido para empresa de pequeno porte. Isso é o que nós tentamos fazer com microfinanças. E não pára por aí. Vai no Art. 174 falando que, como agente normativo e regulador da atividade o Estado exercerá na forma da Lei as funções de fiscalização, claro, mas de incentivo e planejamento? Que é isso que deveria ser também a função do regulamentador daquele que regula, do legislador no Congresso Nacional, além de estabelecer as diretrizes de base para o planejamento e desenvolvimento nacional equilibrado, no qual incorporará e compatibilizará planos nacionais e regionais de desenvolvimento. É isso que nós tentamos fazer num quadro assistêmico onde ali bate na gente. E o nº 192,

que foi recentemente cortado com a Emenda Constitucional, que fala daquele sonho de tanto... Não é? Daquela promessa do Sistema Financeiro Nacional estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país a serviços dos interesses da coletividade. Eu paro por aí, porque se a gente está falando de Microfinanças a gente fala da falha deste sistema financeiro não chegar à imensa maioria do nosso povo. Bem, se a gente tem esta regulamentação até agora, e voltando ao mesmo tema baseado em pessoas, sem incentivá-las pela importância que tem. Os acessos aos fundos públicos não são facilitados, só são facilitados conforme políticas de Governo e não políticas de Estado, não políticas de Lei. Os controles cadastrais e registros públicos são absurdos. Os produtos são limitados, as tentativas de limitações de juros e por fim obrigatoriedades de investimentos das instituições financeiras sem a revelação de suas obrigações normativas tradicionais, ou seja, manda se investir obrigatoriamente e as instituições financeiras tem que dar conta de Basileia. Como é que elas vão investir nisto daí quando a gente precisa avaliar isto daí precisamente de que maneira nós vamos, é o nosso problema DIN é um dos problemas tradicionais com o DIN e até mesmo cultura. O resultado deste método foi sempre isto. Alto índice de fragilidade institucional. Inconstância no acesso a fundos, nem retirada abrupta, toda vez que muda governo a gente

perde fundo. A atividade perde os fundos, isso é uma coisa, não só extremamente frustrante na atividade é frustrante como cidadania, como a cada um de nós como cidadão. Os ônus operacionais em tarefas meramente burocráticas demandadas pelo Poder Público, e não tem sentido e resultado. Subdesenvolvimento do setor, e pouco alcance das suas atividades e o distanciamento do setor financeiro tradicional nos cumprimentos sumários das obrigações estabelecidas pela Lei a partir de 2003. Tem uma aproximação agora, todo mundo me corrija com relação a isso, mas eu não vejo nada substancial. Eu acho que este método tem estes resultados, porque todos os direitos e todas as atividades econômicas compõem-se a ajustes em formas de sistemas. E você faz uma coisa do lado de cá e naturalmente a gente se comporta do lado de lá. Quem é casado e quem tem filhos sabe exatamente como é isso, você pode planejar a vontade, depende muito da forma que você negocia e vive com as pessoas, é assim no sistema, é isso. E não é compatível com a atividade microfinanceira, os controles tradicionais das operações não são compatíveis. Logo antes de regular é necessário reavaliar a regulamentação para que as instituições financeiras possam ser atraídas para o setor. Os programas de Governo também têm prazo fatal, no período eleitoral, e a inconstância de acesso fragiliza e destrói as iniciativas e a regulamentação

sobre as pessoas que atuam no setor aprofundou a disparidade entre elas, ao invés de aprofundar o seu caráter sistêmico e complementar. Então a gente dividiu em três grandes grupos na hora que a gente fez o seminário aqui em Brasília: "Funding", Condições Administrativas Operacionais e Relações Institucionais. Por que a gente dividiu em três? Porque era muita gente. Para falar com toda a sinceridade era muita gente e para falar com toda a sinceridade e eu tive que inventar uns grupos para isto daí. Na verdade todo mundo discutiu a mesma coisa, e as pessoas tinham compromisso de trazer para a mesa uma visão diferenciada, e até trouxeram, eu fiquei surpreso. Pois bem, noções de financiamento. As sugestões tiradas de todo este trabalho, são: que há de se fazer uma regulamentação que incentive a possibilidade de captação por métodos de mercado. A gente tem que sair de só ter acesso a fundos públicos, quando tem acesso a fundos públicos, ou seja, fazer o certificado de investimento sócio-produtivo num modelo de certificado de desenvolvimento áudio-visual que deu certo e reergueu o cinema nacional. Um projeto Lei para isto. Debêntures para as ECMS, a possibilidade de jogar no mercado papéis, com relação a isso eu vou falar que debêntures é cara, é complicada, ou sei, mas é uma possibilidade que depende só da caneta do Banco Central para liberar as ECMS aí para frente e quem sabe numa circunstância em mercado melhor,

elas conseguem utilizar isto daí também. Os DIN acesso ao DIN facilitado. A grande demanda do meu amigo Rubens. Como é que a gente chega neste porte, como é que a gente chega e não consegue, como é que a gente consegue conversar com este pessoal e se alimentar nestes recursos também? E os <incompreensível> que são os investidores qualificados acesso a possibilidade das ECMS de receberem do Banco Central a flexibilizar as suas regras e não ser tão rígidas e entender que existem investidores qualificados, como eles já entendem em outras circunstâncias, como as CVM (Comissão de Valores Mobiliários) já entendem outras circunstâncias. Segurança de captação é fundamental, o que faz o motorista, o motorista não, o piloto de Fórmula 1 correr muito mais do que o acelerador é a certeza de que ele tem que ao pisar no freio o carro vai parar. E é isso que faz um fundo de aval, a possibilidade que eu tenho de repente atrair os recursos de um setor privado já que ele me conhece, e não tem a mesma dinâmica que eu e não sabe como agir. Então os fundos de aval não só como os fundos de aval como podem ser fundos públicos. Falam que é possível fazer. O FAT entrando neste negócio também é possível. Como recuperar na Lei da microempresa, que foi sumariamente apagado, aquela sociedade de garantia solidária, que são possíveis de serem efeitos em direito e acho que isso é uma prática diária que a gente poderia também aprofundar, fazendo esses

fundos de aval acontecerem na prática, dentro do próprio sistema, dentro das próprias instituições microfinanceiras. Recursos públicos capitalizados, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) foi alterada em 2003, as OSCIPs poderiam receber subvenções. E a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) foi alterada, somente as OSCIPs de assistência social agora em poder da subvenção, fala, meu Deus do céu... Não consegue fazer fluxo de recursos para poder capitalizar estas instituições. As normas de convênios em termos de parcerias tiveram enorme refluxo, com normas absolutamente sem sentido, baseados em temores administrativistas que não fazem o menor sentido em direito e que arrocharam a relação da sociedade civil do Estado de uma maneira tal que é uma aventura você pegar recursos em convênio em termos de parceria, hoje em dia. A possibilidade do FAT investir, o FAT financiar isso foi muito discutido e está sendo estudado. A permissão legal para iniciativas públicas, porque não podem nem entrar no campo dos bancos que tem nas restrições que tem no Banco Central e nem entrar no campo das OSCIPs, por causa das restrições da Lei das OSCIPs com a formação das OSCIPs com instituições públicas, ou seja, o grande gestor das instituições microfinanceiras incentivadora inicial, que foi o próprio poder público nas regiões, não pode entrar se não entrar numa aventura meio criminosa de não saber onde vai acabar. Doações

incentivadas que atingem diretamente as OSCIPs, eu acho que a gente tem que recuperar doações a pessoas físicas, para torná-las também independentes do poder político e do poder econômico e poderem ter as suas próprias políticas de financiamento. E a captação com recursos internos que as ECMS tanto demandavam que agora já está muito flexibilizada, pois bem. Aí o meu slide épico do “fim” subindo não mais, tem uma coisa errada.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) – Paulo, se terminou está no tempo, viu. Se terminou está no horário.

**Senhor Paulo Haus** (Marco Jurídico) – É, mas não terminou não. Foi um erro, foi um equívoco. Eu quero mais dez que nem Alda. Você não dá crédito?

Risos

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) – O crédito aqui é contado em minutos e se fossem recursos financeiros a gente dava.

**Senhor Paulo Haus** (Marco Jurídico) – É, muito importante o que eu tenho que falar agora. De fato é muito importante,

Almir. Eu sei. Com relação as limitativas operacionais, a gente tem uma discussão longa com relação, por exemplo, a tributos e a prestação de contas. A COFINS e o entendimento que a Secretaria da Receita Federal faz com relação a COFINS é uma ilegalidade absoluta e ninguém nunca falou dela, mas que o Governo tinha que ter a decência de emitir um decreto que fosse, dizendo que não incidem COFINS em atividades próprias, para não penalizar as OSCIPs com relação a isto. Nós temos questões em relação a CPMF a “defunta”, a “noiva cadáver” que surgiu agora com a CSS, que eu achei até extremamente importante sobre um certo ponto de vista e que vai eventualmente, se a gente bobear, de novo atingir as operações das instituições que não são financeiras fazendo com que este ônus recaísse em menos recursos para serem doados. Então questões tributárias importantes também foram levantadas nisto daí. Por fim o fundamental com relação a garantias, execução de projetos de lei que já estão no Congresso Nacional de abertura da possibilidade das operações de Microcrédito serem executadas nos juizados especiais e também e principalmente nas relações entre estados e sociedade civil e neste sistema a criação do Conselho Nacional Microfinanceiro. Que foi a proposta fundamental que nós levamos, é uma proposta que já existia de uma certa maneira no setor. Que a gente pôde averiguar depois, nos sentimentos já existentes que é a criação de uma

Secretaria de Microcrédito. A nossa proposta foi de juntar na própria mesa permanentemente pessoas com alguma capacidade regulatória e que viessem de todos estes setores que compõem, todos estes personagens diferentes que compõem este setor, de tal maneira que a gente conseguisse fazer com que bancos conversassem com OSCIPs que conversassem com cooperativas, que conversassem com programas de Governo, que conversassem com Bancos de Desenvolvimento e que conversassem com as Reguladoras todas juntas na mesa, comprometidos de achar uma regulamentação que fosse uma regulamentação competente, uma regulamentação por quem tem compromisso em fazer com que isto ocorra. Eu gostaria só de finalizar lembrando que na verdade isso me lembra um mito grego interessante, a história da regulamentação microfinanceiras neste país, porque a gente tem recursos, a gente vê a Constituição Federal falando para a gente: “olha, a Lei tem que fazer isto, o Estado tem que fazer aquilo outro”. E a gente está brigando o tempo inteiro e fazendo seminários atrás de seminários e fazendo como é que a gente consegue fazer recursos como é que a gente consegue ter uma atividade que seja uma atividade que consiga fazer que as microfinanças sejam uma realidade neste país. Diz a lenda que Tântalo era uma pessoa que servia aos Deuses Gregos e num certo almoço lá dos Deuses, oferecido por ele, ele fez um desaforo enorme a

Zeus, eu não vou falar deste desaforo, mas enfim ele fez um desaforo enorme e Zeus ficou muito ofendido, e Ihe condenou. Ele amarrou Tântalo numa árvore frutífera que ficava imediatamente embaixo do rio. Quando o rio subia e ele tentava beber o rio imediatamente abaixava e quando a fruta aparecia perto dele ele não conseguia pegar com a distância da sua mão. Ele estava condenado a ver o seu alimento e a sua bebida sem poder ter mão dele. Esta é a história que eu vejo da regulamentação das instituições financeiras e é a história que eu pretendo esperar. Muito obrigado aos senhores.

Palmas

**Cerimonialista** – Queremos mais uma vez registrar e agradecer a presença da senhora Marizete Fernandes de Araújo Cunha da Caixa Econômica Federal. Vamos agora com a palavra o senhor Joni Frank e só um minuto... Obrigada. O senhor Joni Frank, Plano de Contas para OSCIP. Mestre em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas, Contador, Consultor da Banca Consultoria, Professor de Finanças e Contabilidade na ESADE. Presidente diretor de diversas empresas públicas e privadas. Atuou como executivo no SEBRAE Rio Grande do Sul, Garantia Rio Grande do Sul,

Diretor da FATERGES. Desenvolve projetos na área das Microfinanças, Cooperativismo de Crédito e Garantias de Crédito e Entidades sem fins lucrativos, ONGS e OSCIPs. É Presidente do IES – Instituto de Empreendedorismo Social. Com a palavra o senhor Joni Frank.

**Senhor Joni Frank** – Boa tarde a todos. Meu desafio aqui é fazer vocês acordarem esse horário, final de painel, vamos tentar fazer isto.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) – Assessor de informática, por gentileza. Já acordou?

**Senhor Joni Frank** – Bom, boa tarde a todos. Primeiro agradecer aos colegas que me antecederam, Alda Miller, Paulo Haus, eu acho que foi um excelente trabalho, agradecer inicialmente a quem iniciou este processo do PDI que realmente aconteceu, acho que isso é uma prova, estão aqui os resultados, iniciado pelo Valdir Dantas na época da coordenação, continuado pelo Almir que teve um papel importante, finalizado pelo Max. Foi um trio que fez acontecer com o PDI, BNDES e o BID. Mas o nosso trabalho na realidade ele iniciou em setembro de 2006, onde um grupo de pessoas em Brasília discutiu um plano de contas mínimo para instituições de Microfinanças. Qual é o padrão que teria que

ter. A partir disto o nosso papel foi manualizar este plano de contas. Ou seja, criar um manual onde fosse prático, onde fosse fácil para que as OSCIPs e o Microcrédito iniciais, como escopo inicial pudessem utilizar na prática. E acabou gerando um trabalho de discussão de quatro oficinas, fizemos aí com mais de oitenta pessoas nas oficinas discutindo. Então este é um trabalho da Banca Consultoria, mas também é um trabalho em conjunto com as pessoas que participaram da oficina. Então nós vamos falar um pouquinho do que foi construído, o objetivo principal era a construção e disseminação do modelo padronizado de plano de contas, demonstrações contábeis e indicadores para OSCIPs de Microcrédito, visando os atores institucionais para implementação da estratégia contábil padronizada e qualifica a gestão. Ou seja, tudo aquilo que foi falado pelo Paulo, por exemplo, nós podemos captar recursos, uma sugestão através de CDB, de investidores nacionais, internacionais. O que eu preciso ter para que isso aconteça, além daquilo que eu já tenho até hoje? Além de BNDES aplicando, além de Governo incentivando, estadual, eu preciso ter um padrão de informação, eu preciso ser profissional no meu negócio. O meu negócio é emprestar dinheiro para que aquele micro e pequeno empresário que às vezes é formal e informal, mas não necessariamente eu tenho que me igualar a ele na questão gestão. Então o primeiro passo para a

profissionalização é a informação. E a informação eu só posso ter se eu tenho um padrão de informação, e é isso que nós quisemos fazer, padronizar como é que eu contabilizo uma operação? Como é que eu apresento esta operação no resultado? Como é que o BNDES, ou seja, qualquer Agência de Fomento pode me avaliar? Como é que pode comparar com outras instituições? A mesma informação que tenha... E este trabalho quando na verdade foi contratado pelo Ministério ele previa dois itens. A moralização e a implementação de indicadores. Nós criamos vinte e um indicadores, os mais utilizados. Mas além disto nós colocamos como plus a questão dos demonstrativos contábeis e orientações em auditoria e etc. Por quê? Porque se eu só padronizar o plano de contas e não tiver uma demonstração contábil que eu consiga visualizar que seja padronizada eu também não vou conseguir apresentar daquela forma. Então nós padronizamos, fizemos uma exemplificação de um balanço, balancete, <incompreensível>, DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos), informações comparativas, de um ano com o outro. Voltando aqui um pouquinho, outros objetivos foi formalizar, colaborar na formulação de políticas de governo com informações de desenvolvimento, monitorar metas físico e financeiras do seguimento, padronizar informações ao planejamento orçamentário, racionalizar procedimentos e diminuir custos,

divulgar estruturas de plano de contas padrão, definir modelos de demonstrações contábeis padronizadas, princípios fundamentais de contabilidade, indicadores de desempenho institucional e fundamentais para monitorar, compartilhar responsabilidade de perpetuidade das OSCIPS e permitir a diversos usuários na esfera público privada que tem uma base uniforme aí que eu falei nos investidores, gestores, fomentadores. O nosso manual ele teve uma característica de ser um layout modular permitindo substituição de páginas por variáveis situacionais legais ou dinâmica processual visando aumento da vida útil, ou seja, nós numeramos as páginas em que elas podem ser substituídas a qualquer momento. Mudou a lei, mudou regulamento, mudou uma prática contábil, eu simplesmente não preciso reemitir, troco aquela página e ela pode ser utilizada. Ela já está disponível desde final do ano, final do ano passado foi encerrado esse trabalho em setembro e desde o ano passado e a primeira vez que está sendo divulgado além das OSCIPs que participaram do grupo, ou seja, publicamente. Eu não vou apresentar logicamente aqui um manual porque não interessa, é um manual com duzentas e sessenta e poucas páginas, mas interessa o que ele contém. Pode ser feito download em Word e PDF, pode ser incorporado a cada uma delas, a cada uma instituição. Então o plano de contas tem normas, princípios gerais, objetivos da contabilidade, escrituração, livros de escrituração, social,

plano de contas, conceitos, estruturas, tipo de contas, natureza das contas, relação, o formato das contas, existe lá um plano de contas básico que é até quarto nível, ou seja, ele permite também uma flexibilidade para cada instituição. Cria no quinto nível a sua estrutura. Então eu posso criar até bancos, por exemplo, que é o padrão. Agora banco A, banco B, banco C cada instituição vai colocar porque são bancos diferentes. Agora quando uma instituição de fomento quiser olhar a situação o banco só vai ver um só, porque ela pode tirar ali no quarto ou quinto nível. E aí passa logicamente pelo ativo, a gente abre com o exemplo inclusive falando do funcionamento de cada conta, dando exemplos práticos, exemplos operacionais que, ou seja, totalmente práticos, explicações de todas as contas, ativo, passivo e resultado. E aqui... As demonstrações contábeis elas vão do balanço patrimonial, balancete, demonstrativo de resultado, o DOAR, demonstração de fluxo de caixa que é uma ferramenta, uma peça importante, uma instituição apresentar. Seja ela pública, seja ela OSCIP seja pública, seja privada é uma ferramenta importante. Notas explicativas e quadros suplementares. Além disto o manual possui um capítulo dedicado a indicador de desempenho, onde nós definimos os conceitos, a fórmula de cálculos e exemplos práticos. A Auditoria, recomendações, glossário, relação/descrição, e alguns anexos. Aí resolução, por exemplo, da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação

Duvidosa). Como é que eu faço uma provisão de crédito duvidosa de uma OSCIP? Então lá está regulamentado um modelo, já discutido com o Ministério, discutido com as OSCIPS e com o BNDES e aceito inclusive pelo BNDES este modelo de provisão de PCLD. A variação cambial e resolução contábil e IBRACON, e etc, etc. Não vou me ater aos detalhes do manual, porque aqui não interessa. Indicadores para medir performance das instituições, nós escolhemos as quatro dimensões: qualidade, eficiência, produtividade e desempenho financeiro. Indicadores reconhecidos nacional e internacionalmente, estes foram os indicadores criados, ou seja, identificados foram vinte e um indicadores sendo os mais importantes. A gente fez uma pesquisa em várias instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, ou seja, todos eles mais que um menos que outros indicadores. Então foram criados vinte e um indicadores, retorno sobre o patrimônio, empréstimos por agentes de crédito geral, isto focado na instituição. Além daqueles indicadores, logicamente que foram criados, de resultado de lá na ponta. Interessa aqui o que leva isso? O que leva todo este trabalho de padronização e de indicadores, leva à profissionalização como eu disse, da instituição. Eu não posso ser amador, cada vez mais o que eu quero é buscar investidor. Eu quero buscar banco de fomento, eu não posso ser amador. Eu tenho que ter... E existe assim, uma prática, não dá para generalizar,

mas de pouca profissionalização neste setor, não a preocupação com a contabilidade, ou com a contabilidade em dia. A contabilidade como uma ferramenta importante gerencial, ou seja, eu não estou falando só para banco, só para investidor, mas para o gestor avaliar, para o conselho avaliar. Isso é extremamente importante. Então a utilização incentivada o Ministério tem incentivado a utilização para as OSCIPs eu acho que todas as instituições, uma vez que todos temos um padrão de administração deveríamos utilizar uma forma na realidade de ter uma ferramenta única informatizada e usando diferentes sistemas aí, mas usando de forma clara e objetiva. Demonstrativos contábeis já falei, conjunto de relatórios padronizados e ordenados pela legislação para demonstrar posição e as variações patrimoniais nas dimensões econômica e financeira e resultados e aplicações ou num determinado período. Os objetivos, apresentar de forma organizada e atender as partes interessadas, e aí as partes interessadas pode ser aquilo que eu falei, administrador, acionista, governo, atendendo aí aos requisitos exigidos pela lei. A legislação, imposto de renda é um exemplo delas, apesar de ser muitas vezes considerados e na maior parte das vezes foram das OSCIPs aí, fora as ECMS isento e imune de alguns impostos, mas existe um padrão também de apresentação para a Receita Federal, mesmo que seja lá o relatório, a declaração

de isenção de final de ano. Fundamentar e instrumentalizar controle operacional e o processo de tomar decisão. Orientar o público interno e externo para informar e relatar evidenciando as operações econômico financeiras da instituição. Esse é o modelo aprovado pelo Ministério, aprovado pelo BNDES que é o principal financiador deste país para as instituições. Então é um modelo importante de ser utilizado e aqui só trago um modelo de apresentação do balanço. Balanço patrimonial e balancete, vai depender do nível que se quer, sempre um comparativo entre um exercício e outro. E por fim, eu estou sendo rápido até pela questão do tempo, mas é extremamente importante a utilização deste manual, deste plano de contas. Porque é mostrar que a OSCIP é qualificada, organizada, isso é fundamental para qualquer instituição, que vai captar recurso. E principalmente se a gente tiver falando em CDB e RDB, ou não vai ser o Banco Central, vai ser a CVM que vai nos regulamentar, vai querer olhar coisas, vai querer olhar informações. Por que? Porque eu tenho que garantir o recurso investido pelo investidor, garantir do acionista, garantir do investidor, e não é com amadorismo que nós vamos garantir isto. É com informação, é com transparência, é com auditoria nas informações que aquelas contas que estejam lá apresentadas que elas estejam num padrão e estejam corretas, estejam certas, e que aqueles indicadores de desempenho eu consiga

aferir de forma adequada, é para isto que serve. Então nós aqui do Ministério, nós aqui da empresa que desenvolveu este produto incentivamos e recomendamos a sua utilização do Manual de Plano de Contas como forma de qualificar as informações e para que investidores, parceiros possam melhor avaliar melhor as inércias, as IMPOs, OSCIPs o que seja. Hoje está divulgado no site do Ministério do Trabalho, dentro do mte.gov.br como biblioteca virtual. Tem uma última versão lá que é a versão definitiva em PDF. Agradeço a participação e o convite por estar aqui hoje. Muito obrigado.

Palmas

**Cerimonialista** – Um pequeno aviso. Solicitamos aos convidados, Alda, Graça, Nonato da AMICRED e Pedro Verdino para procurarem o senhor Edmar. Com a palavra o moderador da mesa o senhor Almir da Costa Pereira, Banco do Povo de Santo André.

**Senhor Almir da Costa Pereira** (Banco do Povo de Santo André) – Bom, se alguém espera que eu vá fazer uma moderação fazendo um relato dos quatro, pode desistir. Mas eu devo sem dúvida nenhuma, até por conhecer bem o histórico esse processo, fazer alguns comentários que eu acho que são fundamentais. Primeiro eu diria que este resultado

apresentado pelos quatro colegas da mesa ele representa a persistência deste seguimento, eu acho que o seguimento neste aspecto está bem porque este PDI, inclusive que compõe a fala dos três colegas aqui da mesa, ele era um compromisso do BID, do BNDES, e do Governo Federal já desde 1998, portanto parabéns a todos, porque esse recurso poderia ter voltado, saído do Brasil inclusive e ficou e foi utilizado. Então primeiro eu queria fazer esta argumentação. Esta persistência ela tem sentido algumas questões que eu vou relatar brevemente. Vou começar pela ordem aqui das exposições pelo da Alda. O trabalho que a GESTOR realizou, ele tinha como sentido saber como é que nós do seguimento todo, nós das microfinanças e aí inclusive com a surpresa da adesão das cooperativas já com o processo andando é que na verdade as cooperativas quando da criação do PNMPO não estavam muito engajadas no processo das microfinanças, e conforme isso foi avançando nós tivemos esta grata surpresa da participação e da habilitação das cooperativas como previsto na Lei. E isso, sem dúvida nenhuma, acrescenta e é importante. Então, tínhamos a seguinte percepção, faz parte de um dos conceitos principais do PNMPO apoiar o setor para que ele se estruture melhor, para que ele se organize melhor. Então entender como é que o setor se auto-gestiona, como é que métodos ele adota com os seus conselheiros, com os gestores para que parceiros, seja para captar recursos, seja

para outras finalidades tenham confiança de operar com estas organizações é necessário que a gente crie, que a gente observe como é que estão estas práticas, aprove e discuta quais são as melhores práticas para que a gente tenha um setor com uma relativa, vamos usar este termo, utilização de modo de administrar, de governança, resumindo que permitam a sua relação com elevada confiança a ponto da gente quebrar resistências. E por que quebrar resistências? Porque este seguimento, por algumas dificuldades que alguns palestrantes fizeram, mas eu diria que o Paulo Haus foi mais incisivo neste aspecto, há de fato, e eu prefiro dizer que havia uma observação pouco profissionalizada, então, cada vez que nós recebíamos, eu falo, nós, porque eu também sou operador, fui operador antes de estar no Governo e agora voltei a ser operador. Nós observamos que o setor, seja uma OSPM, ou seja, uma OSCIP a visita de agentes do Governo e de Bancos Públicos e Federais sempre causava desconforto, porque os comentários muitas vezes insinuavam que faltava, sempre faltava alguma coisa. “Pôxa, aqui não tem regra, aqui é diferente, aqui é de outro modo”. Então eu acho que este trabalho apresentado pela Alda ele significa que nós estamos num momento de elevada qualificação. E este Manual da Governança Corporativa, assim como o Joni falou do Manual de Plano de Contas, deve ser utilizado. E aí eu coloco uma primeira sugestão, Max, que a gente tenha, que a gente se

empenhe, e acho que o setor deve ajudar você nisso, na coordenação do Programa, coordenação que é o nosso desejo, porque a idéia é uma assessoria do Ministro, na verdade. Para a gente tenha agora oficinas de instrução, de formação com este conhecimento organizado. Que foi um conhecimento e aí vale para todos os palestrantes, um conhecimento construído coletivamente. Nenhum dos participantes aqui teve no edital, orientação para que fizesse uma pesquisa individualizada e trouxesse para todo mundo utilizar, não. Foi participativo, tivemos momentos de elevada divergência, e aí eu passo para, trocando aqui um pouco as posições, para falar da contabilidade. Este manual de contabilidade ele passou por reuniões com a direção da FEBRABAN, é importante dizer isso. No primeiro momento nós recolhemos cinco e o Joni utilizou todo este material, cinco modelos de planos de contas que foram submetidos à FEBRABAN, a FEBRABAN ficou com estes planos por alguns dias e analisando se estes planos tinham algum absurdo ou não. Por que se tivesse algum absurdo nós teríamos que entender que estávamos praticando alguma coisa assim muito fora da realidade, do que um banco espera e por que submeter à FEBRABAN. Porque a FEBRABAN digamos é o melhor representante, me perdoem os colegas de bancos não tem nada pessoal aqui, mas a FEBRABAN, sem dúvida representa aquilo que é de mais cruel para quem se relaciona e tem alguma expectativa de captar recurso,

principalmente. Mas o resultado foi muito positivo, porque a FEBRABAN deu uma resposta muito interessante, extremamente profissional, por sua equipe técnica, na época liderada pelo Troster se não me engano, quem conhece sabe que são pessoas, assim, muito exigentes, especialmente seguimento como o nosso. O retorno foi o seguinte: estes planos são muito bons, agora é necessário homogeneizar, padronizar. E a padronização a princípio parecia algo simples de se dizer, mas no primeiro Seminário reunir as pessoas numa sala foi um enfrentamento interessante, porque o setor se pôs a uma tarefa difícil de estabelecer consenso sobre critérios contábeis, sobre níveis, sobre uma série de questões e fez este exercício. E saiu do primeiro Seminário com a lição de casa feita. É verdade que a gente tinha alguns critérios podiam ser por duas opções, mas o primeiro passo foi fundamental e eu diria que o setor se redescobriu como o setor que tem muita sintonia. Porque aquele Seminário poderia ter acabado sem resultado nenhum, quem estava lá tem certeza em algum momento pensou se valia a pena continuar aquele debate. E agora o Plano de Contas, e aí pensando que o manual apresentado pelo Joni ele permite modernizar esta técnica, identificar critérios que não ficaram muito adequados, da gente poder voltar ao debate e melhorar, isso eu acho que é a nossa principal tarefa agora. Implantar este sistema Joni, eu tenho certeza que não é

trabalhoso, porque eu mesmo retornei para uma das instituições que não estava adotando o plano e em dois meses estava implantado, já a partir de janeiro deste ano, e eu acho que não é tarefa para ninguém dizer que é difícil. E porque eu pego um exemplo de implantação, porque esta é uma das cobranças que o sistema financeiro fazia a nós, os bancos públicos, os bancos privados, todo agente com o qual o sistema financeiro se reuniu até então dizia o seguinte: “mas eu não posso comparar uma organização com a outra. Estas organizações são todas diferentes”. E pelas suas práticas contábeis a gente ouvia argumentos que impediam a gente de captar recursos. E hoje o setor já não pode mais ouvir isto. Pelo menos aqueles que praticarem o plano de contas padronizado e aqui é importante que todos adotem porque vai ser permitido avançar. Avançar juntos e brigar juntos por aquilo que os palestrantes propuseram, porque se eu vou e hoje eu posso somar em cima de critérios contábeis posso fazer uma leitura em cima do setor, em cima de critérios contábeis, e fazer uma leitura e reconhecer que este setor ele tem uma importância econômica, uma importância numérica, um número interessante que o Max apontou ali na fala dele cinco mil e tantos técnicos operadores em microfinanças e já tem importância técnica, já tem importância, a importância que tem o microcrédito, um fator de inclusão, de acesso à crédito e a gente pode expressar isso

contabilmente. É muito bom isso e a gente só vai fazer isso bem se adotar. A negociação foi difícil com os bancos, mas foi uma negociação com a FEBRABAN, nas oficinas participaram, também, além das OSCIPS, participaram os bancos públicos, os bancos privados, todos opinaram sem a menor restrição e o setor teve a autonomia de decidir quais eram os melhores critérios. Isso foi uma tarefa que eu diria que a apresentação conclui. Fica também Max a importância da gente oferecer oportunidade de multiplicação. Eu diria que no caso do plano de contas até as últimas oficinas já permitiram isso, não é Joni, a multiplicação deste conhecimento. Mas o que nós vamos propor para os novos operadores que vem? Hoje, por exemplo, pode estar nascendo uma OSCIP de microcrédito. Devemos ou não devemos sugerir a ela que já adote o plano de contas padronizado? Eu coloco esta pergunta porque eu entro no segundo item deste comentário sobre plano de contas para passar para outro palestrante. Por mais curioso que possa parecer a gente colhe sugestões de setores que até podiam se esperar, mas a experiência que se apresenta para nós em alguns momentos a gente reconhece que alguns que parecem adversários parecem parceiros algumas idéias que sugerem. Neste debate de plano de contas o setor já tem clara a necessidade de se observar, dele se analisar, dele adotar diagnósticos como os que a Alda preparou e que vai estar disponível no site. Foi na FEBRABAN que eu colhi uma

resposta clara sobre o que o setor deve fazer a partir desta organização? Deve ter o seu próprio sistema de auto-regulação. Então eu diria que este é o desafio que eu percebo, viu Max, pela nossa... É muito lembrada a necessidade de nós criarmos um fundo garantidor, isso sem dúvida nenhuma é muito importante para as OSCIPS para as ASCMS, mas um sistema de auto-regulação para as OCIPs é fundamental. Porque você assume a autoridade de reconhecer quais são as melhores práticas e quais são aquelas práticas que nós mesmo que somos operadores do setor devemos dizer: "Pare de dizer isso". Porque este esforço de plano de contas, de marco regulatório de promover o desenvolvimento do programa ele só tem sentido se a gente adota as melhores práticas, então eu acho que é um desafio também criar um sistema de auto-regulação para estar verificando as práticas, avaliando os resultados, avaliando por instituição e de modo profissional, de um modo profissional estar reconhecendo no setor aquilo que está dando certo, aquilo que está dando errado, aquelas práticas que são saudáveis e que não sejam a gente estaria debatendo no espaço determinado o que deveria ser corrigido e mudado e até diria que nas normas poderia ser sugerido que uma OSCIP de microcrédito deve adotar o plano de contas padronizado. Sugestão, não estou aqui impondo nada, mas para debate. No que o Paulo Haus nos traz eu acho que quando ele falou de posicionamento

assistêmico eu acho que traduz tudo, não é Paulo? Desde nestes pelo menos últimos dez anos que nós estamos acompanhando o microcrédito parece que tudo o que é feito não é para nós. E daí a gente tem que cortar os dedos do pé para calçar o sapato, como o Paulo falou. Acho que assim fica muito claro, mas eu acho que a gente ainda precisa conhecer muito o setor. O seu trabalho ele provoca da gente a entender mais o Marco Regulatório e as questões tributárias, mas eu arrisco aqui minha opinião. E depois da exposição do Paulo eu acho que é isso que eu posso colocar com clareza para não entrar numa área difícil de eu opinar. Eu acho que nós não sabemos defender os nossos interesses com relação à área jurídica e com relação a questões tributárias então. Eu diria que a gente sabe fazer pouco, porque podemos observar isso recentemente quando saiu uma norma, acho que do Banco Central, eu não me lembro exatamente, falta de hábito com estas questões. Mas o que ocorre? Nós temos o nosso grupo aí da ABCRED, grupos que a gente participa aí na Internet e é interessante quando sai uma norma desta ninguém manda mensagem para ninguém. Eu não vou dizer que não há interesse nosso, eu acho que não há domínio suficiente para que a gente aprofunde e defenda o nosso interesse, por exemplo, o Paulo Haus lembrou da CSS, "olha, tira a gente desta contribuição, nós precisamos nos organizar melhor no setor", mas eu acredito que o trabalho do Paulo, como foi um

trabalho também dentro desta lógica de um resultado de um trabalho que nós persistimos e conseguimos depois aí depois de dez anos realizar, nós conseguimos Paulo. Parabéns aí para que a gente possa depois aprofundar e acho que o aprofundamento foi um pouco assim como resumo da parte do BDI. O BDI permitiu que a gente aprofundasse as nossas discussões, os nossos debates sobre os vários aspectos que nos interessam e aí a sugestão de continuar BDI e eu só acrescentaria uma questão. Eu diria que como nós entramos profundamente e fortemente na questão de diagnóstico, governança e contabilidade nós precisamos criar uma estrutura de sistemas de informática para que a gente nacionalmente possa ter banco de dados e ter informação que possa nos servir. Eu acho que um PDI nesta área de sistema de informática seria muito bem vindo para o setor, eu diria. Porque isso permitiria que todos nós adotássemos bases tecnológicas como padrão atual e com o qual a gente possa se comunicar num mesmo nível. Equipamento é claro, treinamento a luz destes equipamentos e de sistemas. Hoje a gente depende quase que exclusivamente de dois ou três sistemas, quatro, mas vamos dizer assim acho que dependa de um sistema de microcrédito no Brasil. E isso gera uma insegurança operacional muito grande. Então e aí para fechar eu queria fechar com a palestra aqui do Max, primeiro valorizando a continuidade da política pública, que pese a

alternância do Valdir Dantas, que está ali no fundo, depois passando para mim, esse bastão da coordenação e hoje deixando com o Max, eu acho que nós como setor, hoje nós temos uma conquista já. Nós conquistamos uma perenidade na questão desta política. A sugestão a sugestão que a gente ouve em qualquer canto, em qualquer roda que a gente faz aqui é que vire uma coordenação no Ministério do Trabalho, ou que vire uma secretaria, seria melhor ainda, ou que vire um departamento, porque ainda hoje é uma assessoria especial do ministro e o Max sabe que estar perto do Ministro, no gabinete isso dá uma proteção para um programa como este. Mas a nossa segurança mesmo ela vai ocorrer quando tivermos este órgão. Este lugar onde todo mundo sabe que ali faz parte de uma estrutura de governo definitivo. Porque uma assessoria é um lugar que você está ali temporariamente. E foi uma decisão para que o programa pudesse acontecer, nasceu assessoria porque senão não iria nascer. O Valdir, na época, sabe muito bem, todo mundo sabe que o Ministro Ricardo Bersoini e depois passou para o Ministro Marinho e hoje o Ministro Carlos Lupi, mas não conseguimos nos organizar para que isto vire uma estrutura de governo que não seja ainda uma estrutura permanente, nós precisamos de uma estrutura permanente e hoje nós não temos isso. Então valorizo a capacidade que o setor tem tido e o governo de fazer continuidade nesta política nós temos que ao risco de

uma alternância de governo haver uma quebra deste trabalho. Entre as atividades que o Max listou ali eu vou trazer apenas uma, para não me alongar muito, eu acredito que o seminário anual do programa já é uma, digamos que, já é uma obrigação. Além do Max, além do Almir, além Valdir Dantas, além deste Governo já é algo que polariza os debates do setor, já agrega bancos, operadores, cooperativas, OSCIPS, ECMS e eu acho que tem um grande desafio das propostas do programa hoje, Max, e assim como foi o plano de contas é uma proposta polêmica, microcrédito para o público do Bolsa Família. Nem todo mundo que está ali no Bolsa Família quer dinheiro doado. Tem muita gente ali que já está trabalhando por conta e está fazendo geração de renda buscando sua autonomia. Porque o benefício do renda mínima é muito pequeno, não dá conta de promover a autonomia de uma família. E pelo levantamento atual um milhão e dezessete mil famílias têm alguma atividade por conta própria. Isso para nós seria diante do que o Max levantou das instituições habilitadas quinhentos e treze mil clientes ativos, se a gente incorporar metade deste um milhão nós estaríamos dobrando a nossa capacidade de operação. É um desafio para todos nós entender isso e fazer isso. Porque fazer isso nós estaríamos fazendo para os mais necessitados, estaríamos fazendo então apoio com o microcrédito para quem precisa, enfim, o público alvo de todos nós nesse

plenário. Tem uma briga aí que é com os bancos, companheiros nossos aqui são nossos aliados neste debate, mas temos que ter claro isso, tem um bilhão e meio de reais para microcrédito que nós não conseguimos acessar. Nós temos que continuar os debates com os bancos, quinta feira é mais uma oportunidade para que a gente consiga abrir isto. Nós sabemos que com este pote, não sei quem citou isso. Esse pote que parece uma lenda também, o Paulo, é cheio de lendas. Esse pote ele falou: “ A gente tem que abrir este pote”. Se a gente conseguir deixar esse pote cair e puder acessar esses recursos, seria fantástico, porque ele foi criado para isto, para esse setor e não está sendo utilizado. Eu vou corrigir, está sendo utilizado apenas pelos bancos. Ele não foi criado só para ser utilizado somente pelos bancos, ele foi criado para ser utilizado por todo o empreendimento. As ECMs reclamam, as OSCIPS também reclamam, também estão no gargalo deste sistema, de acesso à exigibilidade está muito apertada e está muito apertada pelos próprios bancos. Ninguém está lá dizendo, não faça. São os bancos que dizem, não quero fazer. Mas aqui está na exposição de todos ficou claro que o setor está se esforçando, está fazendo tarefas difíceis, então é necessário haver uma contrapartida. Se esta contrapartida não vier em forma de recursos para o setor a gente fica muito frustrado, então isso tem que ocorrer. Enfim, para concluir, tem algumas tarefas que parecem complicadas

e que o Max listou aqui, mas eu diria que é fundamental para que a gente assegure a perenidade do setor e do programa. Quem sabe apoiando até o programa para que ele vire um outro órgão do governo mais estável. Que são além dos seminários o Conselho Nacional de Microfinanças. Eu acho que é essa é uma grande luta política do setor hoje. O Conselho Nacional de Microfinanças é a nossa luta política hoje, porque os setores que estão mais organizados, e eu trago um aqui, e o professor deve estar aqui daqui a pouco, se é que já não está no salão, o Conselho Nacional de Economia Solidária já é uma realidade, Conselho Nacional de Assistência Social já é outra realidade. Estes seguimentos já têm inclusive a Conferência Nacional. A Conferência Nacional é a oportunidade de você fazer reuniões desde as cidades até Brasília, passando pelos Estados para que a gente determine, para que a gente apresente orientação política para o Governo nestes seguimentos. A Economia Solidária já tem isso, outras áreas já têm isso e acho que é um desafio importante nosso esse no ponto de vista político. Então eu acho que para último reconhecimento o PNMPO já é uma política de Estado, porém depende que a gente ainda cuide muito para que ele continue melhorando e se desenvolvendo. Com estas palavras eu quero aqui agradecer ao Max, ao Paulo Haus, a Alda, ao Joni e a vocês que assistiram. Não veio, não chegou nenhuma pergunta aqui, em razão do tempo... O

Paulo disse que é porque tudo foi muito esclarecedor e a gente agradece, mas enfim, nós estaremos aqui nestes dias e quem quiser formular alguma questão ainda pode nos procurar, ou a cada um aqui, e estaremos sem dúvida disponíveis para esse debate. Muito obrigado a todos e vamos para um café.

Palmas

**Cerimonialista** – Tendo em vista o tempo ultrapassado, solicitamos aos convidados que coloquem suas perguntas por escrito, o endereço e o e-mail para respostas posterior. Faremos um pequeno intervalo e retornaremos as dezesseis e trinta e cinco. Obrigada.

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho) - Alô. Boa tarde. Aos que não me conhecem eu sou Ione Carvalho, faço parte da equipe do PNMPO do Ministério do Trabalho e é com grande prazer que eu estou aqui tentando conformar esse painel que é de grande importância para todos nós. Neste momento então, damos início ao painel intitulado Integração de Políticas Públicas, Créditos e outros Instrumentos no Combate à Pobreza. Como moderador chamamos o nosso colega Humberto, por favor, que vocês todos conhecem, que foi chamado agora porque a Professora Adriana está abrindo

uma aula magna na Universidade e como atrasou muito ela não pôde esperar, então foi um inconveniente então nós estamos dando a volta por cima, porque o nosso colega, também é uma pessoa que tem conhecimento profundo na área.

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho e Emprego)

- Gostaria de convidar a vocês o palestrante o Professor Paul Singer nosso Secretário Nacional do SENAES.

Palmas

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho e Emprego)

- Economista pela Universidade de São Paulo em 1959, Professor da Faculdade de Economia a partir de 1960, Doutor pelo Departamento de Sociologia da USP em 1966 e Livre Docência em Democracia, pelo Departamento de Estatística da Faculdade de Higiene e Saúde Pública em 1968. Desde 1996 se dedica à Economia Solidária, tendo escrito várias obras sobre este tema. Foi Secretário de Planejamento do Município de São Paulo na Administração da senhora Lisa Erondina de Sousa de 1989 a 1992. Atualmente é Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, desde 1990... Aliás, desde 2003, é que os números do Professor são grandes, e eu estou exagerando na

Economia Solidária. Muito obrigada Professor pela sua presença, tome assento, por favor. Eu gostaria de convidar o Professor Marcelo Neri, que tome lugar na mesa, por favor.

Palmas

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho e Emprego) – O Professor Marcelo Nery, Doutor em Economia pela Universidade de Princeton, Economista chefe pelo Centro de Políticas Sociais da FGV, Professor pela EPGE da FGV, autor de livros como Ensaio Sociais, cobertura Previdenciária, Diagnósticos e Propostas, Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro, Perfil e Performance dos Clientes do Crediamigo. Que tem que ser conhecido por todos vocês porque é uma obra muito importante. Gostaria também de convidar à mesa o senhor Marcos Vinícius da Costa Vilarim.

Palmas

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho) – O senhor Marcos Vinícius Vilarim é Economista com mais de vinte e cinco anos de serviço público federal, atualmente Diretor do Departamento de Articulação Governamental da Secretaria de Articulação Institucional e parceria do MDS (Ministério de

Desenvolvimento Social e Combate à Fome). E finalmente o senhor Vital Filho.

Palmas

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho) – O senhor Vital Filho, graduado em Engenharia Agrônoma da ESAM, 1978 e em Cooperativismo da UFRN em 1993. Curso de Especialização em Agricultura. Biólogo de Biologia Dinâmica da UNIUB em 2005. Atualmente é Coordenador Geral de Negócios de Comércio do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Passamos então a palavra ao nosso moderador que encaminhará os trabalhos nesta tarde. Obrigada.

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) - Boa tarde a todos. Sinto-me honrado em estar aqui ladeado por estas autoridades em microcrédito em especial o nosso querido e conhecido, o Professor Paul Singer, que dispensa apresentações. E inicialmente este Painel seria moderado pela colega Adriana, que já foi falado, teve uma chamada para uma aula magna na Universidade e não pôde ficar. E vamos aqui tentar dentre estas estrelas moderar e quem diria, moderar o Professor Paul Singer. Eu vou apenas aqui, junto com todos, aprender um pouco mais da sua

sabedoria e já convidá-lo para nos falar sobre as nossas integrações de políticas públicas.

**Professor Paul Singer** (Secretário Nacional da SENAES) – Muito obrigado. Boa tarde. Esse Painel acho que tem um assunto bastante importante para o Microcrédito, mas também importante para as políticas de combate à pobreza e para as políticas de desenvolvimento. E combate à pobreza implica ou em políticas assistenciais que são necessárias, eu não tenho dúvidas a respeito, mas que digamos não resolvem definitivamente a situação de pobreza dos seus beneficiários. Elas têm que ser mantidas, ao passo que o desenvolvimento significa na verdade criar novas oportunidades de trabalho, nova geração de valor e conseqüentemente a possibilidade que as pessoas pobres deixem de ser pobres. Para culminar tudo isso, e a idéia da integração de políticas era muito básica, nosso campo, eu queria basicamente pensar um pouco em políticas de desenvolvimento local principalmente e como é possível culminar ou integrar as políticas de crédito às políticas de desenvolvimento mais geral. As comunidades pobres, e elas existem em grande quantidade no Brasil, elas são comunidades em geo isoladas. Uma das condições importantes da pobreza, da alienação, da exclusão social é o isolamento. Não estou pensando só em isolamento físico, embora isso seja no nosso enorme país, principalmente na

região norte uma realidade. Mas estou pensando também em falta de comunicação pela pobreza em si. Nós temos hoje no país um número, eu diria, bastante impressionante de serviços de apoio ao desenvolvimento. O crédito é um deles e vocês são prova disso, quer dizer, há uma expansão bastante importante de crédito aos mais pobres, com diferentes modalidades. Quando eu estava me preparando para este debate eu fiz um rol. Nada menos que oito diferentes modalidades de créditos para a população mais pobre, nos Fundos Comunitários, Bancos Comunitários, OSCIPS de Microcréditos, Sociedades de Créditos ao Microprodutor, e assim vai. E provavelmente eu não esgotei, quer dizer, eu pus só aquilo que me lembrava. Eu queria chamar atenção é de que a demanda potencial para o microcrédito é enorme para esse país, mas ela não aparece, ela não se realiza, ela fica potencial na medida em que as pessoas mais carentes de crédito não têm a menor idéia que existem estas diferentes modalidades de microcrédito que seriam em princípio insensíveis a eles. Existem muitos serviços de apoio tecnológico ao desenvolvimento local, e mais uma vez não são totalmente utilizados porque as comunidades que poderiam fazer proveito disso ignoram a sua existência. Assim vai, educação, formação, etc, comercialização, outro ponto de estrangulamento. Então nós temos que ter de alguma maneira políticas para levar o desenvolvimento às

comunidades mais isoladas, mais alienadas, mais digamos pobres realmente no país que inicialmente quebrem o isolamento, inicialmente é o primeiro passo para despertar a demanda de serviços que poderão por sua vez provocar um processo contínuo de desenvolvimento local. Eu queria chamar atenção que uma das coisas que permanentemente atrapalha os esforços dos governos de promover o desenvolvimento, há esforços e o caminho infelizmente está cheio de ruínas e basicamente porque estes esforços não tiveram oportunidades. Qualquer história de desenvolvimento local que vocês queiram olhar revela de que é um processo relativamente vagaroso, principalmente no início quando você encontra uma população perfeitamente adaptada à situação de pobreza. Uma experiência que foi feita neste Governo, o Governo Lula é o "Luz para Todos". O "Luz para Todos" sem dúvida nenhuma atingiu populações extremamente isoladas e muito pobres, que dizer, não ter luz, não ter energia elétrica está isolado do mundo, não tem televisão, não tem computador, não tem sequer rádio, e assim por diante. E a gente participou, nossa Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto com o Ministério de Minas e Energia foram criados agentes de desenvolvimento para os beneficiários do "Luz para Todos". E isso é uma coisa muito importante. E é óbvio que não acontece com a velocidade que nós políticos pensamos nos tempos políticos que gostaríamos que

acontecesse. Então existe uma enorme quantidade de tentativas de fundir o desenvolvimento e simplesmente goraram porque o prazo acabou. Então eu acho que uma das primeiras e importantes constatações que nós temos que fazer é de que o prazo de quem determina são a população e não o político. Quer dizer eu defendo políticas permanentes de desenvolvimento. E que vamos dizer, certas ações públicas podem chegar ao fim, porque cumpriu o seu papel, mas digamos a manutenção de uma relação vital, com as áreas que estão se desenvolvendo, devem ser contínuas e eu diria por gerações. Aí dá resultados importantes. Eu estou pensando, e aí vem o meu viés de Economia Solidária, num processo endógeno de desenvolvimento. Desenvolvimento que parte dos protagonistas que são as próprias vítimas da exclusão social e da pobreza. A forma clássica de desenvolvimento local tem sido no Brasil o desenvolvimento que vem de cima para baixo de fora para dentro. São principalmente feitos através de investimentos. O PAC é um exemplo, provavelmente o PAC vai promover desenvolvimento em certas áreas do país em que o PAC prevê a necessidade em fazer obras e estas obras trazem desenvolvimento na medida em que atraem grande quantidade de pessoas que terão trabalho e outros tipos de investimento. Esse tem sido a história do desenvolvimento brasileiro, e eu diria de muitos anos. Só que este

desenvolvimento vindo de fora para dentro, de cima para baixo ele não atende a todos, nem pode. Ele incorpora, de fato a situação daqueles que foram escolhidos para trabalhar nos projetos em curso. O que a gente sempre percebe que é muito mais gente do que o pessoal escolhido. E assim se produz esta enorme desigualdade que marca o Brasil. Se o desenvolvimento ao invés de vir de fora para dentro, de cima para baixo, vier de dentro para fora e de baixo para cima é possível organizá-lo de forma a que ninguém fique de fora. Toda a população possa efetivamente ser incorporada ao processo e não de uma forma forçada, mas de uma forma espontânea, por isso eu insisto, o tempo é vital. E o tempo significa bastante tempo. É possível e há exemplos disso e nós estamos multiplicando estes exemplos aqui no Brasil chegar a comunidade, eu estou falando agora descrevendo um Programa nosso chamado Brasil Local. Você chega numa comunidade, digamos já está automotivada, e ela apresenta algumas lideranças para serem agentes de desenvolvimento do poder central. Significa neste caso a Secretaria de Economia Solidária no Ministério do Trabalho. Um deles acaba então sendo nomeado agente de desenvolvimento da sua própria comunidade e passa a ganhar um pequeno salário para poder se dedicar integralmente a isso. Esta figura é uma figura central. É ele que integra as políticas. Ele além de motivar a sua própria comunidade, entrar em contato, criar

instituições que pensem uma mudança profunda da situação da comunidade, novas atividades econômicas eventualmente aperfeiçoamento de atividades já em curso, mas relativamente fracas e pouco qualificadas e assim por diante. Para que este processo, a partir do protagonismo dos próprios personagens, tenham alguma condição de êxito é preciso exatamente do crédito. É preciso a formação, é preciso a assistência técnica. É preciso uma série de coisas e o agente de desenvolvimento no nosso caso, está dentro de uma rede de agentes que tem coordenadores estaduais e coordenação nacional e ele pode, com estes apoios, trazer o serviço, trazer as políticas de desenvolvimento para a comunidade. Isto é um processo que eu não inventei, mas que já está sendo tentado em outros lugares e tem resultados, desde que ele não seja interrompido, desde que ele diga, não, seis meses basta, vocês serão motivados, e etc, e aí o processo tem que correr por conta própria. Então para concluir política de crédito, ou microcrédito, ou crédito para pobre é uma tecnologia extremamente própria com muitas modalidades, mas eu diria o que caracteriza o crédito pequeno e para o pequeno é o seu caráter comunitário. Uma das formas mais primitivas de créditos para pobres e que dão resultados algumas vezes surpreendentes é simplesmente o que se chama rosca, que é o crédito rotativo entre grupos de pessoas conhecidas. Quinze, vinte pessoas que se reúnem uma vez

por mês, cada um põe um pouquinho de dinheiro e eles sorteiam tudo o que eles colocaram e um deles recebe portanto uma quantia maior com a qual ele pode iniciar alguma atividade. Podem comprar um casal de animais para criar, ou sementes, uma máquina, qualquer coisa. E ao longo, se forem vinte pessoas, ao longo de meses todos serão necessariamente contemplados. Porque quem já recebeu saiu do sorteio, mas continua contribuindo até o final. Isto é uma forma importante comunitária de financiamento. E uso da própria pequena poupança que gente pobre pode fazer para que se alavanquem novas atividades. Os bancos comunitários que nós hoje vemos florescer e se multiplicar pelo Brasil. São bancos que tem um a mais, do que meramente um grupo informal. São mais instituídos, mais formalizados e usam a moeda social. A moeda social expande a possibilidade de crédito na medida que a própria moeda social é aceita no comércio e nos serviços, enfim, da comunidade. E a moeda social tem este aspecto nosso de ser moeda regional. Ou seja, ela protege o mercado para os agricultores, para os comerciantes, para os artesãos na medida em que esta moeda que os compradores tem, só é aceita nesta comunidade. Isso acontece na Europa, depois que nós inventamos isso no Brasil, e no caso os inventores são os iniciadores e os dirigentes o Banco Palmas, do Instituto Palmas, eu descobri que tem na Alemanha, que se chama

Regional Money, dinheiro regional. Exatamente com a mesma finalidade de criar uma vantagem para que os recursos que são gerados numa determinada localidade não fluam naturalmente para fora, para áreas muito mais desenvolvidas como costuma acontecer. Eu não vou manter isso, porque eu estou falando de coisas que vocês conhecem, possivelmente, melhor do que eu, mas o fato concreto é de que a base desta capitalização, desta autocalcapitalização que é o desenvolvimento é a comunidade, que dizer, o segredo, o ingrediente essencial é de que se criem oportunidades de progresso, pessoal, familiar, coletivo em cooperativas, associações e etc para todos. Este é o meu ponto de vista o essencial, quer dizer, não se cria uma sociedade desigual onde tem alguns que se saem muito bem e acabam empregando os outros que são os perdedores do jogo no mercado. É possível, a meu ver, se houver vontade para isso, não dá para forçar, que dizer, se houver vontade é possível gerar um processo de desenvolvimento inclusivo, e ele requer precisamente esta integração de políticas públicas Municipais, Estaduais, Federais, pode ser até, inclusive, Internacionais, ajuda Nacional também existe e algumas vezes pode ser até estratégicas. Lembro-me que na área do sisal na Bahia em Valente existe hoje uma atividade muito interessante, desenvolvimento local, toda ela financiada pela ajuda internacional, e foi importante, veio de igrejas. Hoje é uma

área boa, desenvolvida, dentro do sertão do semi-árido baiano. Há outros exemplos, exemplos dos milheiros do Piauí e assim vai. O que eu estou defendendo aqui tem razões éticas, se nós não quisermos a partir do próprio desenvolvimento criar uma sociedade desigual em que alguns terão mais do que precisam e os outros não terão nenhum dispensável seria fundamental criar esta base comunitária, esta coesão comunitária, porque com ajuda mútua praticamente todos terão oportunidade e alguns mais do que outros e digamos ninguém ficará inteiramente excluído independente dos outros. Era fundamentalmente isso que eu queria expor. Obrigado.

Palmas

Intervalo para coffee break

## **Painel II**

### **Integração de Políticas Públicas: Crédito e outros instrumentos de combate à pobreza**

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) - Gostaria de lembrar que as perguntas podem começar a serem feitas por escrito, dirigidas a pessoa, colocando o seu nome e seu e-mail, caso não haja tempo hábil de resposta serão respondidas pela caixa pessoal de

quem as fez. Obrigado Professor Paul Singer é sempre bom ouvi-lo. Eu convido agora o senhor Marcelo Nery para fazer a sua exposição.

**Senhor Marcelo Nery** (Economista do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas) - É um prazer estar aqui com vocês. Foi difícil chegar aqui. Ano passado eu não pude participar do encontro, fiz questão de participar este ano, cheguei agora. Mas o que eu vou falar aqui é sobre uma avaliação que a gente fez, nos últimos dezoito meses para o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste. Acho que é um caso interessante. Eu conheci esse programa a cerca de dez anos atrás, oito anos atrás em 2000 fiz uma avaliação, visitas ao Programa e fiquei bastante impressionado com as histórias visitando lá os locais, conheci uma fábrica de uma menina que aparentava ter uns quatorze, quinze anos, ela comandava o negócio, ela fabricava, ela tinha uma pequena indústria de calcinhas, ela empregava quatorze pessoas, muitos familiares, ela produzia na época, calcinha a oitenta centavos, de boa qualidade, um modelo especial, "Tiazinha" na época, de um real. E vi aquilo e fiquei muito impressionado, mas não me debrucei sobre os dados do programa e isso eu só pude fazer recentemente. E eu tinha feito no ano passado uma avaliação de várias experiências comunitárias na América Latina de Microcrédito lá para a Fundação Interamericana, eu

estava com isso na minha cabeça, assim. E aí rodando os resultados lá da avaliação, usando os próprios dados do Programa do Crediamigo, nosso trabalho é muito rodado, estas coisas, ver os números, e tal. E aí geramos lá os números, eu não prestei muita atenção, eu comecei a ver, espera aí, o que o dado está mostrando? O dado está mostrando primeiro o Programa está mostrando um programa não subsidiado. Não dá muito lucro, dá um lucro de cinquenta reais/ano, já levando em conta o custo de oportunidade do uso dos recursos, você tem um depósito compulsório que você permite aí é um recurso subsidiado, precisa levar em conta o custo financeiro, etc, para dar um lucro de cinquenta reais/ano, por cliente, ou seja, não dá prejuízo, um pequeno grupo é um grupo sustentável e o que eu pude observar, são taxas de crescimento de faturamento neste programa não subsidiado da ordem de 35%, quer dizer, entre o primeiro crédito e a data fixa 31 de dezembro, 35% taxas de aumento do consumo familiar. É um indicador do que a família planeja para o futuro de 28%. Assim eu confesso a vocês que eu fiquei muito surpreso, olha está errado isso. Vamos colocar de novo, vamos olhar e é isso mesmo. Porque eu tinha feito esta viagem para a América Latina, nas minhas galochas conhecer coisas interessantes e a coisa mais interessante que eu vi estava aqui no Brasil e uma coisa muito interessante eu suposto, entendido no assunto, não conhecia, já tinha

visitado, não conhecia realmente os resultados e o que eu acho mais interessante sobre o Crediamigo é o fato dele conseguir atacar o problema na escala. Ele é um Programa, que dizer, ele já ocupa 65% do mercado nacional, da última vez que eu vi, há um tempo atrás. É um Programa da alta escala com trezentos mil clientes, ele usa a tecnologia de colateral solidário do GRAMEEN BANK e atinge cento e dez mil, na taxa de crescimento forte, quero chegar a um milhão de clientes. E o que eu quero passar aqui para vocês, eu estou fazendo um resumo, é um pouco essa possibilidade do Crediamigo oferece de você atender chegar a atender um milhão de clientes no programa sustentável e, quer dizer, no meu caso eu achei que eu tinha achado riqueza no meio da pobreza, algo assim. É um pouco descoberto você achar este potencial de crescimento então é disso que eu quero falar para vocês aqui. Deixa eu só tentar. Então quer dizer a pesquisa ela tem um site, faz parte do nosso trabalho a gente construiu um site com os próprios dados do programa. O pessoal do Crediamigo foi muito generoso no sentido de dar transparência ao processo. Construiu um site, este site é público, eu vou passar para vocês todas as estatísticas da base do Crediamigo, é uma base de dados super especial, é o sonho de consumo de qualquer pesquisador. Eu me lembro de quando eu fui fazer a tese de mestrado, faz muito tempo atrás, o Doutor Paul Singer já tinha feito a pesquisa, era o

sonho de consumo, a gente falava consumo na época, então era literalmente o sonho de consumo, explosão de consumo do cruzado, o Doutor Paul Singer tinha feito uma pesquisa maravilhosa no SEBRAE e era o meu sonho de consumo acessar os dados que me cedeu, fez parte da minha tese, e tal com uma nota de agradecimento, mas o meu sonho mais recente de pesquisador era acessar os dados do Crediamigo, por quê? Porque era um dado assim muito interessante. Primeiro é uma mostra grande, trezentos mil pequenos empresários, numa área pobre, é no Nordeste, o foco dele é no Nordeste. E você acompanha as pessoas ao longo do tempo, é um dado longitudinal, para você conseguir comparar e depois e ele é um único dado com esta característica no Brasil, porque ele é longitudinal, ele tira toda a fotografia da estrutura de ativos e passivos das empresas e uma fotografia da família. Você tem os ativos familiares, você tem as despesas familiares agregadas, então você consegue juntar os dois lados, que é pessoa física, pessoa jurídica, ambos informais boa parte dos casos e acompanhá-los ao longo do tempo. Então eu acho que é uma base de dados muito rica e muito interessante, ela está no nosso site. Este projeto a gente começou, eu estava há uns três anos atrás orientando uma monografia de graduação, tinha externa de microcrédito, eu já pesquisava há algum tempo, e eu orientei um aluno, o André lá da Fundação e a gente já pegou os dados das SINFIS

economia informal do IBGE ela vai estar entrando daqui a pouco e o que a gente observou das SINFIS que tem uma pergunta rara sobre acesso a crédito, algumas perguntas sobre acesso a crédito, pergunta informal e a gente viu que a taxa, o Nordeste, apesar de crédito ser uma coisa rara no nosso país, era e continua sendo ainda, principalmente crédito produtivo e daí a importância deste seminário, crédito de consumo, a gente está vendo um "boom" A economia brasileira saiu de 27% do PIB de crédito e hoje em dia já é 38% do PIB no período de três, quatro anos, mas o crédito produtivo ainda é coisa rara. Ainda é moeda rara. Você tem crédito de consumo, crédito consignado um avanço importante de automóveis, etc, mas crédito que está ligado a acumulação de capital do pobre que é essa superação da pobreza vai ser superada a pobreza se ele tiver a riqueza, se ele tiver ativos que gerem, ativos produtivos. Este é o Santo Graal da pobreza, da busca que é difícil de encontrar e eu acho que, mas o que a gente observou é que apesar do crédito ser uma coisa rara no país, e rara no Nordeste, o Nordeste ultrapassou de 97 a 2003 a gente fez um cálculo lá de diferenças e diferenças e tal e viu que o Nordeste ultrapassou o resto do Brasil neste período. E aí era o livro que a gente está lançando oriundo desta pesquisa, pela Fundação, vai ser lançado daqui a um mês, Microcrédito Mistério Nordestino e o Grammy Brasileiro. O mistério

nordestino é esse. Por que o Microcrédito subiu mais no Nordeste, porque houve esta ultrapassagem do Nordeste? A gente investiga, segue várias linhas de investigação, uma delas, "será que é algum programa a gente sabe que crédito está ligado a colateral, a garantias, será que teve algum programa de regularização fundiária forte, o Crediamigo, no caso". A SINFE analisa na área urbana do Brasil, não tem nada haver com o crédito rural, com áreas rurais. Não houve nenhum programa de regularização fundiária no Brasil, então o capital do pobre continua morto na linguagem do Dessoto, enterrado a sete palmos na economia subterrânea. Não é nessa linha. Ah! Então podem ter sido os programas sociais, o Brasil desde a Constituição tem expandido programas sociais. Recentemente fez um processo de consignação de aposentadorias que são muito importantes, no país inteiro, mas em comunidades nordestinas, tem Carnaubeira da Penha em Pernambuco tem 60% da renda do Município é aposentadoria. Quer dizer, é um negócio, mas isso é uma resposta interessante, mas foi depois do aumento do crédito. Então não pode ser uma espécie de um álibi, não é, esse não é o suspeito. E a conclusão após vários testes, é um programa governamental, um problema público chamado Crediamigo que, porque a gente brinca um pouco na monografia, é como se fosse 65% do mercado do Nordeste, foi o Nordeste que ultrapassou, então ele gerou, ele seria,

vamos dizer a justificativa para esta ultrapassagem. Um programa público de grande escala. E esse é um atrativo que eu tenho, me atrai muito um programa de Crediamigo da mesma forma que atrai muito o Bolsa Família pelo fato de serem programas que atacam pela escala do problema. Eu concordo totalmente com o professor Paul Singer que o bom desenvolvimento com raízes mais é aquele desenvolvimento comunitário, até o próprio Crediamigo tem avançado nesta direção com o projeto comunidade, etc. E muito interessante, agora eu acho que a gente deve tentar várias possibilidades, e acho que as possibilidades na escala do problema mais industrial, como eu acho que estes problemas com extensão eu acho que eles têm uma vantagem da sua, um país grande e desigual como o Brasil você ataca rapidamente, talvez não da maneira mais profunda, mas gera resultados interessantes como o programa gerou. Se a gente for analisar acesso a qualquer serviço financeiro no Nordeste, que você olha pela SINFES ou dados do Banco Central, o Nordeste ele é mais atrasado como deveria ser, porque o mar é mais pobre do que o resto do Brasil, cheque especial, qualquer ativo, Crediseguro, poupança no Nordeste. Mas em crédito produtivo ele avançou, ele ultrapassou o resto do Brasil. Depois a gente chama de o Grammy Brasileiro. Por que é o Grammy Brasileiro? Primeiro, tem uma diferença importante entre o GRAMEEN BANK lá com o Yunos que ganhou o Prêmio Nobel

junto com o Yunos e o Crediamigo, porque o Grameen quer dizer rural, a vila rural, quer dizer. Então o Programa Crediamigo é um programa essencialmente urbano, então tem uma diferença, mas o Brasil é essencialmente urbano, a América Latina é urbana. 85% da população brasileira mora na cidade. Então é uma questão de paisagem. O Brasil precisa de um programa urbano acima de tudo, se você está querendo atacar a pobreza na sua escala. 85% da população brasileira está nas grandes cidades e provavelmente setenta e tantos por cento destes pobres estão nestas grandes cidades. Então esta é uma diferença importante. Mas o Crediamigo ele usa exatamente o mesmo mecanismo de crédito solidário, esse é um empréstimo para grupos. Eu até estava lendo num jornal Valor recentemente, tem algo que depois eu vi e disse: "é isso mesmo", banco e instituições mexicanas entrando no Nordeste, Banco Asteca, Finsol, o próprio Banco Real vindo para o Nordeste. Estas instituições, estas empresas vão para lá ganhar dinheiro. Tem riqueza mesmo no meio da pobreza. Confirmando um pouco o diagnóstico, mas o próprio, eu estava lendo, eu não sei exatamente os detalhes, mas que o próprio Banco Real está migrando para esta metodologia de crédito solidário, que o Crediamigo começou, implantou, porque tinha um pouco de discussões na área, não colaterais solidários não funciona no Brasil, porque o Brasil é muito urbano e acho que o Crediamigo é uma grande contraprova

disso. O colateral solidário que eu acho que tem um ponto importante, porque quer dizer, este colateral solidário, este grupo de trabalho são pessoas que se reúnem, que um paga por ela, tem esta idéia. É uma invenção, eu acho que é um "ovo de Colombo", essa idéia que pobre não pode pegar empréstimo, não pode pegar crédito porque não tem colateral, seria igual uma tecnologia esse crédito solidário. O Yunos fala no livro dele, falar que pobre não pode pegar crédito, empréstimo, mesmo porque o homem não pode voar porque não tem asas, ou avião. Nós estamos aqui na terra de Santos Dumont, temos criatividade, e são soluções, são soluções de levar a tecnologia para fazer o crédito funcionar. Eu acho que o Crédito solidário funciona perfeitamente no Brasil, a partir das experiências. Eu só acho que talvez os grupos solidários que vocês formam talvez sejam embriões de uma sociedade solidária, ir além de você captar o empréstimo, a instituição financeira obviamente pega o seu dinheiro de volta, mas talvez aquilo sejam células mais básicas de um capital social mais amplo, talvez valha a pena e bonito ver estes grupos se formando. Então a tecnologia vai justificar porque eu chamei o livro de Grammy Brasileiro. O segundo ponto, o Crediamigo, embora não tenha o foco tão forte nas mulheres, ele tem um viés para a mulher, no seguinte sentido, 62% dos microempresários nordestinos são homens. Agora dos clientes Crediamigo é 62%, 65% são

mulheres, você inverte esta estatística. Então apesar de serem 1/3 das micro empresárias nordestinas eles são 2/3 dos clientes, que dizer, ou seja, inverteu esta proporção. Então tem o foco feminino no GRAMEEN BANK mais de 90% são mulheres. E o que a pesquisa mostra é que além deste retorno grande ele mostra o seguinte, os negócios das mulheres, avaliando lá pelo programa ele gera um lucro de 21% menor que para os homens, esse é lucro dos negócios. Agora, o avanço que as mulheres tem foram 5% maiores, que dizer, as mulheres já eram um negócio de mais subsistência, um negócio de menos acumulação de capital, mas se beneficiaram mais, então quer dizer, num certo sentido o microcrédito fora do Brasil e no Crediamigo ele está financiando a chamada revolução feminina. Ele está, as mulheres a gente sabe que tem várias divisões aqui no Brasil, as desigualdades de gênero é uma desigualdade que está se desenvolvendo pela educação. As mulheres avançaram mais, na educação que os homens. Se eu fosse capitalisticamente escolher um seguimento para apostar, as mulheres são o segmento, no sentido não só de justiça, mas no sentido de potencial. Educação é fundamental para desempenho e as mulheres estão conseguindo fazer esta revolução. Então esta é uma outra característica compartilhada entre os dois programas. Então eu acho, para minha surpresa, eu acho que este é um momento que eu busco como pesquisador, é um

momento onde você se surpreende com dados. Você olha e fala assim: “espera aí, o que tem de errado com este dado? Isso não era o que eu esperava”. E eu acho que nós temos algumas surpresas para mim tem sido uma boa surpresa. Uma surpresa no sentido de que crédito produtivo é uma coisa rara neste país. Crédito é uma coisa rara no Brasil. Quando existe crédito é crédito para o consumidor e não ao produtor, é mais para alta e não para baixa renda. Tem todos os vieses que não são crédito produtivo. Ele é mais de curto e não de longo prazo, então eu acho que... E o que me atrai no programa é esta capacidade de estar numa área pobre e ter a capacidade de crescer. E o que eu acho, se a gente quiser fazer ele crescer eu acho que a gente tem que ter essa capacidade de integração de políticas públicas, onde ela acha que o Bolsa Família e o PDE o PAC Educacional são duas pontes essenciais. Eu acho que o Bolsa Família a gente conseguiu chegar ele atende a 25% da população brasileira. Com 0,8% do PIB brasileiro, um custo benefício excepcional. Agora como é que dá asas a este programa? Como é que você permite que as pessoas saiam da pobreza de uma maneira mais sustentável. Tem uma preocupação em relação ao Bolsa Família efeito preguiça. Será que ele gera efeito preguiça, mas eu acho que ele vale a pena. Acho que é uma questão empírica importante. Como é que você dá asas para os pobres saírem desta situação, até foi criada no Ministério da

Educação, quer dizer, esta é uma preocupação no Brasil em outras partes. E o que eu acho que o programa fez, ele mapeou toda a população, pobre brasileiro tem cadastro, vocês sabem, o pobre tem estas características no cadastro, a gente tem um endereço no cadastro, na verdade a gente começou agora para o Bolsa Família, então é uma oportunidade ímpar, eu não quero que seja rentável atender ao público do Bolsa Família ainda, mas se tornou muito mais viável do que era antes. Existe um estudo de custo referência e isso é uma coisa que vai se aproximando, mas eu acho que num certo sentido você usar a estratégia como foi a estratégia de crédito consignado, no caso das aposentadorias fazer um movimento análogo, no Bolsa Família, realmente é muito mais complicado, porque a população é mais pobre e etc, mas é algo que o que é o crédito consignado, eu acho que é outro "ovo de Colombo". Quer dizer é no sentido, quer dizer, é uma política pública que não tem custo fiscal se ela for bem feita. Isso é outro tipo de política pública. Não está falando e aí não tem muito como ser contra se ela funciona. Vocês sabem que o Bolsa Família teve muita resistência, no começo, teve como ainda te gente contra hoje em dia. Uma política que dá acesso aos pobres ao mercado de crédito e sem envolver custo fiscal, isto é um programa que vai gozar de uma aceitação bastante ampla na sociedade. Eu acho que pelas razões do combate à pobreza, combate emergencial,

combate à pobreza, desigualdade a gente criou uma rede de proteção social. Agora, como pegar esta rede de proteção social e aproveitar e botar outros serviços. Acho que microcrédito já é microseguro, eu tenho visto várias missões internacionais, não é uma preocupação só do Brasil. Tem até uma comissão da FENASEG que a gente está discutindo microseguro com o Banco Central é uma questão quer dizer como é que você leva a pessoa a cruzar essa linha da pobreza de baixo para cima e ficar lá de preferência de maneira permanente. Como você não deixa a pessoa cair abaixo da linha da pobreza de uma maneira e eu acho que isso se tornou muito viável, muito mais viável do que era, mas incorreu em uma série de custos fixos para levar, quer dizer, eu acho, na minha opinião levar o Bolsa Família, se paga, 40% em cima das nossas Fundação, 40% de desigualdade no Brasil entre 2001 e 2006 a gente usa uma medida bem para o pobre, 40% é Bolsa Família. E esta redução nos últimos, de 2001 a 2006 é uma redução histórica da desigualdade no Brasil. Ela é comparável ao aumento que houve nos anos 60, ela é 70% do aumento nos anos 60, em cinco anos. Os anos 60 foram em dez anos. Então, uma mudança importante, 40% deste montante é Bolsa Família, então ele paga, então ele vale a pena. Este benefício social dele mais do que compensa, mas dá para alavancar em cima disso. E eu acho um pouco esta mesa, esse tema de integração de política

social está falando de aproveitar estas sinergias. Eu acho que o PDE da mesma forma. Só para terminar. Eu acho que o PDE está fazendo? Quer dizer, os estudos de mercado de trabalho mostram que educação por mais pobre que seja a variável explica bastante, 45% as experiências de renda, ao invés de lucros de microempresários também desta alta de magnitude. 45% para explicar, mas 45% você consegue explicar, só que são anos completos de estudo. Com o PDE a gente está conseguindo observar o desempenho dos jovens, o desempenho e aprendizado só que tem muita gente que tem o diploma e não sabem. O desempenho você começa a tornar algo mais para as pessoas retornáveis. Um agente de crédito que ele quer eu acho que tem dois tipos de políticas de combate à pobreza em escala: uma é a política de olha, tem esse pessoal aqui, entra para o Bolsa Família, não sei o que, os filhos, não venceram na educação, não conseguiram dar um upgrade na educação, isso é uma coisa que a gente tem que estar preparado. Pessoas que passaram pelo programa tiveram sucesso. Estes garotos precisam de crédito, precisam de oportunidade. O programa criou oportunidade, a gente precisa aproveitar as oportunidades criadas. O que faz isso? O programa de crédito faz isso e acho que dizer, eu até acredito mais, eu defendo o uso de provas para o Bolsa Família, para criar prêmios para o Bolsa Família. Eu acho que é melhor do que o professor avaliar a presença do aluno. Até me posto

como professor. Se eu tivesse um aluno pobre eu não sei se o garoto tivesse faltando à aula, e ele é pobre, eu não sei se eu o tiraria, se eu delataria o garoto para o Bolsa Família? Eu acho que é um problema complicado. Eu acho que não deva ser eu a pessoa que deva avaliar o desempenho, eu acho que tem que ser uma terceira pessoa. E é isso exatamente que o PDA faz ele aprova, avalia, uma terceira parte avalia melhor, por quê? Porque eu posso ter um critério de passar, por exemplo, lá em Minas Gerais foi criado um Programa, eu acho que chama, Poupança Escola, ou algo do gênero, que é um prêmio que o garoto recebe quando termina o ensino médio. E aí eu acho que o ideal é que você faz uma prova, você faz uma prova antes na oitava série e vai fazer uma prova na terceira série do ensino médio e eu vou premiar não a tua nota que você tirou lá na terceira série do ensino médio eu vou premiar o avanço que você tem. Uma das poucas vantagens de ser pobre é a possibilidade de avançar. Isso é o diferencial. Então você tem que criar riqueza no meio da pobreza. Qual a grande riqueza do pobre, do pobre analfabeto de baixa escolaridade? Capacidade de aprender. Então eu acho que é só lançar aqui, é um pouco esse o tipo de mecanismo. Qual a diferença? Em 2005 e 2007 foi repetido e você tem provas em escala nacional, como você tem o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) agora, você consegue avaliar o desempenho das pessoas. Quer dizer, como é que

faz a junção de Microcrédito com isso? Tem várias possibilidades, mas eu acho que é uma agenda que antes não estava colocada. Agenda de levar o crédito, o crédito ir, e o segredo, ele tem que voltar. Ir só não vai, tem que ir e voltar com o crédito. Tem que ir com o crédito e voltar com o pagamento, para o Programa ser sustentável até as áreas mais pobres do Brasil. O Bolsa Família permite isso e eu acho que esse é o desafio do Crediamigo. O Crediamigo tem todas as virtudes e aquela que ele tem que se exceder, na minha visão, é a capacidade de chegar na área mais pobre. Porque tem um conflito, o mais pobre do que o pobre será que ele paga o empréstimo? Qual a tecnologia que tem para fazer isso? Eu acho que o Bolsa Família é parte deste trajeto, mas enfim, deixo essa questão. Muito obrigado.

Palmas

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) - Obrigado, Professor Marcelo Nery e agora eu vou convidar o senhor Vital Filho que é Assessor do Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA. Para o senhor usar bem os seus vinte minutos.

**Senhor Vital Filho** (Assessor do Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA) – Bom, boa tarde a

todas e todos. Vou procurar ser bem sucinto, bem direto, bem objetivo com as colocações que a gente tem. Eu acho que a primeira coisa é dizer que a gente segue a mesma linha por parte do pessoal com quem eu trabalho, o Ministério do Trabalho e Ministério de Desenvolvimento Agrário as orientações do Professor Paul Singer. E seguindo as orientações dele a gente não consegue ver o crédito sem ter como plano de fundo uma proposta de desenvolvimento. Então crédito por si só ele não impacta se ele não vier casado com um conjunto de outros instrumentos e ferramentas que propiciem um desenvolvimento. E aí nós perguntamos que desenvolvimento é esse? E o adjetivo mais comum hoje utilizado tem sido o tal do desenvolvimento sustentável. Tem até tese de doutorado com mais de duzentas definições. Que danado este tal de desenvolvimento sustentável? E dentro do MDA, dentro do processo de transição para este Governo, o Governo Lula se abriu uma discussão dentro do Ministério de que desenvolvimento era este que a gente queria fazer. E nesta discussão sobre que desenvolvimento era esse aparece, no bojo das diversas posições, o enfoque territorial. E quando a gente começa a pensar em território e vê uma área determinada de um espaço geográfico a gente pergunta então que elemento é esse que se usa para determinar esse espaço que vai ser o loft para a gente pensar esse desenvolvimento, um desenvolvimento que venha, que nem o Professor falou de

baixo para cima. Aí se falou da questão ambiental, se falou da questão econômica, olhamos as bacias, as micro-bacias geográficas, se pegou diversos elementos, mas teve um que acabou sendo um consenso, que foi o elemento cultural, porque desenvolvimento e planejamento e desenvolvimento é feito por um povo. Se for feito por um povo qual o elemento que junta esse povo? Então a cultura foi colocada como sendo esse elemento determinante. Eu sou lá do Rio Grande do Norte e tenho o maior prazer de dizer por onde eu passo que venho do território do Seridó, uma região seca dentro do semi-árido que tem uma cultura muito focada na religiosidade, nas comidas típicas e aí vai. E como esta é a oportunidade de falar do meu querido Seridó. E isso todos os nossos companheiros do meu território fazem, enaltecem a gente. Há uma preocupação em fazer com que aquele pedaço de chão seja cada vez melhor. Então foi isso que motivou a gente a trabalhar com o enfoque territorial. Então olhando até para o título do nosso Painel a gente vê que ele já no próprio título do Painel pressupõe vários instrumentos além do crédito, e ainda coloca a necessidade de ter uma articulação destas diversas ferramentas para que isso provoque impacto. Quando a gente está falando de desenvolvimento, antes de chegar na dimensão econômica, que geralmente a gente aprofunda, tem mais haver inclusive com o nosso encontro, eu gostaria de falar de duas outras dimensões e vou falar só

três. Porque tem a política institucional, tem a cultural, que a gente também enaltece muito, mas vamos pegar estas três, que são talvez, as três mais conhecidas, as três mais faladas. Na dimensão ambiental esse desenvolvimento a gente acredita no desenvolvimento em bases agro-ecológicas, em bases de modelos sustentáveis de produção agropecuária, uma vez que o nosso Ministério é um Ministério que tem como público a agricultura familiar. Então esse foco no rural para a gente é muito forte e a gente enaltece que mesmo no rural quando a gente fala a gente não fala só campo. No rural temos campo e temos cidade, então é uma proposta desenvolvimento que envolve campo e cidade. E um modelo agro-ecológico para a gente o bio-dinâmico, o orgânico, o natural e vários outros é o que nós defendemos e o que deve ter neste modelo de desenvolvimento. Então quando se pensa em crédito se pensa em crédito para quê? Para que modelo de desenvolvimento? O nosso a gente afirma, o crédito da gente, a gente quer no campo ambiental dirigir para este tipo de manejo. Na dimensão social a gente acredita que para vir de baixo para cima, a gente tem que ter a participação de todos os diversos sujeitos de um território. E aí a sociedade civil, quando a gente analisa as políticas há um tempo atrás ela tinha uma participação ainda muito pequena, o pessoal dizia que havia uma prefeiturização muito forte, se construía Conselhos, mas que quem acabava mandando era

o Conselho. A gente começou a ver para trabalhar esta dimensão que é dimensão social a partir do fortalecimento destes espaços de gestão social. Então como trabalhar novas institucionalidades ou formar as institucionalidades dada de maneira que a sociedade civil pudesse ter um poder de igualdade na hora de definir, de planejar e de executar as políticas públicas. Então esta dimensão social tem que ter no ver da gente esta gestão de controle social. E agora chegando no campo econômico aí gente fecha com o Professor até no nome desta Secretaria que ele coordena. Acreditamos que este modelo de desenvolvimento econômico dado estão aí os resultados, basta pegar os números. Então que economia é esse que a gente quer para garantir e ser fiel ao título de sustentável quando a gente fala de desenvolvimento. Então a gente acredita no processo de transição e a gente não colocou esta bolinha aí simplesmente para puxar o saco do nosso querido Professor. É crença de vários outros que hoje estão à frente do nosso Ministério que começou a trabalhar isso no tempo da igreja, no tempo que estava lá junto dos movimentos sindicais, dos vários que tinham e aí por diante. Então é esse o desenho, essa é a proposta de desenvolvimento que norteia a gente a discutir o crédito e outros temas mais. Bom, para cada um deles, pegando ainda o tema do evento a gente procurou ver quais são os principais desafios e quais são então os caminhos que a gente vem

trilhando para ser fiel à construção desta proposta de desenvolvimento. No campo ambiental é como fortalecer isso que a gente defende, a agro-ecologia. Primeira coisa que a gente fez foi ver o que? Foi como fazer o processo de planejamento, que hoje o nosso Plano Safra está batizado e foi lançado agora recentemente com o nome de Mais Alimento, em função da reafirmação do nosso Ministério com a preocupação da segurança alimentar e nutricional, então a gente tem feito planejamento que a gente chama de PST que são os Planos Safra Territoriais, é como pensar o crédito territorial lá na ponta, lá no território, com os sujeitos que estão lá no território. Muita gente pegou o nosso grande plano Safra, que antes era o nosso grande enfoque Estadual, e trabalhamos ele agora consonante com a proposta de desenvolvimento. Então é o crédito vendo como se faz viabilizar os principais eixos definidos no plano construído de forma participativa. Então Plano Safra Territorial para ser implementado, para se virar, se transformar em projetos tem que ter alguém que faça isso, e aí estamos fazendo uma reformulação grande no Programa de Assistência Técnica do MDA. Então hoje qualquer documento, e aí eu digo, pelo menos no papel a gente já está conseguindo fazer isso, afirmar esta proposta de desenvolvimento. Do papel para a prática às vezes a gente tem uma dificuldade grande, porque é com gente que a gente faz a assistência técnica. E o

assessoramento de boa parte dos técnicos espalhados pelo Brasil inteiro foi numa escola que não é esta escola atual, era uma escola muito voltada para aquela proposta desenvolvimentista, baseada, lá no caso do campo, nos venenos, nas máquinas e etc. Então pegar este contingente, este exército que a gente tem para trabalhar um novo modelo não é fácil, mas pelo menos no papel a gente já colocou. E quando a gente vai discutir e negociar com o Estado o nosso Programa de Assistência Técnica a gente começa a fazer exigências e a negociar com estes governos, que não tem tido dificuldade muito de aderir. No campo mais social o nosso grande desafio é como fazer com que as estruturas para definição de políticas para aperfeiçoamento de políticas, para implementação de políticas possam de fato ser ativadas, funcionar. Então aí a gente vem procurando primeiro fortalecer estas estruturas colegiadas desde equipamentos até com assessoramento técnico. Dar condições desse povo poder se reunir, deste povo se encontrar, e descentralizando nossos orçamentos para que eles decidam onde é que estes orçamentos vão ser aplicados, quais são as prioridades. E por último, quando a gente olha os desafios no campo mais econômico como é que a gente aplica este crédito de uma forma mais integrada. Hoje o nosso Plano Safra com o Mais Alimento já está em 12 bilhões, subimos de 2,4 bilhões para 12 bilhões. Então já é um aumento expressivo quando a

gente olha em termos percentuais a oferta de crédito. A gente passou a mais de 100% do público atendido, mas como é que a gente faz então para casar a ferramenta crédito com as diversas outras ferramentas que a gente não tem? Como é que a gente faz? Quando da gente olha para a geração de tecnologia, está lá no Ministério da Agricultura com a EMBRAPA os Governos Estaduais, quando a gente olha a formação o que a gente tem é muito pouco para impactar. Então tem um departamento de formação lá com o Professor Paul Singer lá no MDS trabalha com formação. São vários os Ministérios que trabalham com formação. Então fazer o desenvolvimento, crédito só é pouco. Então como é que a gente faz para vencer o desafio de integrar as políticas do próprio Ministério com as políticas do nosso Ministério com de outros Ministérios. E o pouco que a gente tem avançado neste governo eu digo, é histórico. Tem muita gente que dizia que isso é algo impossível integrar políticas, mas este é o desafio. E quando a gente começa a integrar a gente reafirma esta posição que o foco da gente é trabalhar o local. E o local não podemos pensar nas macropolíticas, a gente tem que olhar a questão da soberania da segurança alimentar e nutricional reafirmamos isso todo o tempo no nosso discurso. É esse o desenvolvimento que a gente acredita. Como trabalhar então com propostas de crédito o mais adequada possível para este público e quando a gente olha o Microcrédito o que a gente

observa? Apesar de todos os números é grande o conjunto de famílias que sequer está preparada para acessar o Microcrédito, mesmo ele estando desburocratizado como tem historicamente avançado. Então a gente não acredita simplesmente naquele crédito formal. Porque o público da gente, nem todo, consegue acessar este crédito formal. E aí a gente olha e aprende com a experiência da igreja, dos movimentos, onde aparecem aí os fundos rotativos, onde aparece aí os bancos comunitários, onde aparece aí a asa trabalhando com fundo rotativo em milhares e milhares de sistemas de placas. Lá na Paraíba, a minha vizinha de Estado, avançando nos seus bancos de semente, com pouquinho de dinheiro faz esse dinheiro se multiplicar como Cristo fez com o peixe lá naquele milagre da multiplicação dos pães e dos peixes. Então nosso povo faz isso, faz o milagre que o próprio Cristo fez. E isso a gente acredita que é um outro seguimento, uma outra forma de crédito que a gente tem que olhar, e olhar com atenção. E aí eu acredito que o meu amigo o Marcos vai falar também um pouco, sobre estas formas, a maneira que a gente tem interagido muito. Secretaria Nacional de Economia Solidária, com MDA, com MDS e como é que a gente se desafia. Então aqui eu coloquei alguns pontos, são diversos os elementos e pontos que a gente acha que tem que trabalhar para poder integrar políticas e provocar impacto minimizando gradativamente a pobreza.

Então não dá para falar de todos, e como tinha uma mesa com bastante, eu digo, vou escolher alguns. Porque meus colegas vão falar dos outros, apesar de não ter combinado. Então primeiro elemento que a gente coloca, novamente reforça, tem que ter um plano de vida, qual é o plano de vida daquela comunidade? Qual é o plano de desenvolvimento daquele território? Para onde é que aquele território quer ir? A partir das suas limitações, das suas dificuldades e das suas potencialidades, se não tivermos clareza nisso o crédito pode ser um elemento de destruição. Quando de desmatamento neste Brasil já não foi feito com o nosso crédito? Quanto de veneno a gente já não jogou nas terras? Quanta água a gente não poluiu com o crédito? Então ter clareza para onde a gente quer ir, qual é o plano de vida? É determinante, então como fazer isso? É não é fazer de qualquer forma, é fazer de forma participativa. E fazer com gestão social. E quando a gente olha a gente acredita muito no cooperativismo que veio lá da Inglaterra antiga, que foi um tanto desgastado há algum tempo atrás aqui no Brasil e que hoje está começando a retomar o crescimento e a credibilidade e eu digo que talvez principalmente por causa do nosso corporativismo de crédito que se profissionalizou, como o Painel anterior estava colocando, talvez a necessidade de quem opera crédito trabalhar cada vez mais se profissionalizando, se aperfeiçoando desde o crédito mais simples, aquele mais

complexo, mas ele tem que ir se aperfeiçoando, o nosso cooperativismo de crédito conseguiu se aperfeiçoar está conseguindo se ampliar. Está acessando e operando com as políticas do nosso Governo. Então cooperativismo para o crédito, para produção, para o consumo, para os vários, trabalho, é um cooperativismo, uma estratégia que a gente acredita, uma estratégia que a gente aposta, uma estratégia que pode articular desde o processo do crédito para produção como para comércio de verticalização da produção, para comercialização, consumo e aí vai. Então cooperativismo é uma coisa que a gente quer vender como um instrumento que pode ser um instrumento catalisador dos benefícios que o crédito pode vir a ... Mas não paramos só no cooperativismo, voltamos a reforçar, os bancos populares, os fundos rotativos também como alternativas e aí eu quero pegar, estou fechando aqui a minha fala, eu gostaria de pegar o mapeamento que a secretaria de economia solidária fez. Um mapeamento quando foi chegando lá pertinho de um empreendimento conversando com uma mulher, com um homem de cada empreendimento perguntando onde é que você tem crescido, qual é a tua dificuldade, qual o caminho que tu apontas? Quando eles falaram o maior problema, não o maior problema, o problema mais votado por todos eles foi a comercialização. Quando a gente olha e procura quem é que conhece do tema, porque se a gente usa crédito para produzir

o que foi produzido precisa ser vendido, a venda está no final da cadeia, se você erra, se você falha neste processo você quebra o empreendimento. Você quebra o seu empreendimento, você quebra a sua cooperativa. E a falha na comercialização, em algumas análises que a gente tem feito bate tranqüilamente com a pesquisa que a SENAES fez, quando aponta como das dificuldades do gargalo, a mais votada, foi a comercialização. Não é isso, professor? Foi a comercialização a mais votada. Então pensar num componente crédito independente da forma sem olhar esse elemento que está lá na outra ponta no final do processo de produção que é a comercialização tem sido um erro drástico e aí a gente volta a reforçar o que a agente começou dizendo, não se pode pensar o crédito de forma isolada. Ele tem que vir casado com tudo isso. E quando a gente fala da comercialização a gente não vê a comercialização de forma isolada, e não vê também uma comercialização de forma convencional. E aí a gente já fechou num nome que também é consenso MDS, MDA, Ministério do Trabalho que é o que a gente está chamando hoje de cooperativismo solidário, comercialização solidária. A gente está dando um adjetivo que expressa a nossa ideologia. Então é esse o tipo de comercialização, uma comercialização onde entra o Governo ajudando a disponibilizar espaços de comercialização, ajudando a disponibilizar assessoramento técnico para

trabalhar desde o crédito até o processo de comercialização, como olhar a cadeia como um todo. Como olhar o crédito tendo com o objetivo de atacar, suprir cada um dos vários elos que tem quando a gente analisa nesta ótica da cadeia. Então esses são alguns pontos que a gente preparou para problematizar e para jogar, e para dizer que a gente já está trazendo isso. Eu não trouxe os números e quantos pontos de comercialização de 2003 para cá a gente já tem espalhado no Brasil? Mas são desde ferinhas livres que propiciam aquelas famílias de colocarem o seu artesanato, o seu feijão, o seu arroz de forma pouco acabada no comércio como até centrais de comercialização, lojas em shoppings, que a gente vem apoiando. E só dá certo se tiver o assessoramento. E aí entram os vários tipos de organizações que a gente vem chamando de bases de serviços de apoio à comercialização, ou base de serviço de apoio ao cooperativismo, ou base de serviço de apoio ao crédito. São estas as organizações, organizações que já estavam funcionando e a gente entra fazendo o que? Não é criando nada novo. É vendo como é que a gente fortalece aquela ONG, aquela cooperativa, aquele serviço da igreja que às duras penas já vem há dez, quinze anos trabalhando com crédito, trabalhando com um pouquinho de comercialização. Como é que a gente ajuda esse povo a se qualificar? Como é que a gente aproveita estas estruturas que já são dadas e dá uma injeção de ânimo

nelas? Isso não é fácil, mas a gente vem conseguindo fazer. Colocar um carro numa EMATER, numa Prefeitura é a coisa mais fácil do mundo. Disponibilizar um carro para um Banco Palmas, como tem a minha colega do Ceará ali, é uma luta, uma burocracia não permite a gente. É uma dificuldade maior do mundo. Mas apesar de tudo isto são estes desafios que a gente vem conseguindo a partir das diversas parcerias que a gente vem fazendo. Que a gente tem como público e o nosso crédito focado na agricultura familiar a gente se junta com o MDS, a gente se junta com o MTE, para poder trabalhar o território como um todo. Se o nosso dinheiro é limitado para as famílias do campo então tem mais dois parceiros na mesa que podem trabalhar com a gente e as famílias da cidade. Então é essa a aliança que a gente faz. É esse o casamento que a gente faz. E fico muito feliz por estar com meus dois Ministérios irmãos aqui na mesa. Muito obrigado, gente, pela oportunidade de falar com vocês.

Palmas

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) – Para quem quiser anotar o e-mail o site que o Professor Marcelo Nery tem a pesquisa do BNB disponível é [www.fgv.br/cps/crediamigo](http://www.fgv.br/cps/crediamigo), esse credi com “i”, então é [www.fgv.br/cps/crediamigo](http://www.fgv.br/cps/crediamigo), tudo junto. Crediamigo. Convido

o meu querido amigo, Marcos Vinícius, Diretor do MDS da Secretaria de Parcerias para dispor dos seus belos vinte minutos.

**Senhor Marcos Vinícius** (Diretor do MDS, Secretaria de Parcerias) – Boa noite. É um prazer estar com vocês. Até pouco tempo atrás eu era o representante do Ministério no Comitê Interministerial do Programa, até que a nova direção lá descobriu que o nosso mandato era só de dois anos e já tinha acabado e tinha que renovar. Eu quero pedir desculpas porque eu fui pego de surpresa hoje, apesar do tema, eu transitar nele e gostar muito, mas era o nosso Secretário que iria falar aqui hoje, mas a nossa Ministra Interina o convocou no início da tarde para uma reunião lá importante e eu vim para cá. E eu não preparei nada, mas também nem precisava, porque com este antecedente todo o que eu acho mais bacana que eu estava ouvindo, é que as coisas foram se encaixando e esse final que o Vital falou mesmo, é fruto deste aprendizado. Dentro desta ótica e o tema desta mesa hoje diz da questão das políticas de combate à pobreza, a integração de políticas públicas. E isto tem sido um grande aprendizado desde o mandato do Governo do Presidente Lula com esta política, como o Marcelo falou, o Bolsa Família, com a criação de uma Secretaria de Economia Solidária, com o MDA lá, com os assentamentos, e com a política de Desenvolvimento

Agrário para pobre, Agricultura Familiar. E estas coisas foram se encaixando e eu acho que hoje nós estamos, é claro que o Professor Paul Singer falou no tempo político para a gente o tempo político está acabando, nós já estamos pensando que este governo no segundo mandato só faltam dois anos e meio e a gente tem tantas idéias, tantas amarrações, tantas articulações para fazer, mas eu acho que é muito positivo o que nós vimos alcançando até hoje. É lento mesmo, nós estamos tratando de um público, vou repetir o Presidente Lula, “nunca na história deste país”, mas um público que nunca, nesta história deste país, nosso público nunca teve políticas públicas voltadas para ele assim de uma maneira tão incisiva de resgate, de proteção social e de busca de promoção social. E também, vou falar, não é a toa que nós somos os grandes parceiros e trabalhamos com este público, a SENAES e o MTE, o MDA e o MDS. Mas o que eu quero falar para vocês, eu recorro agora a tudo o que o Professor falou, o Marcelo falou e o Vital concluiu agora, eu vou só para não repetir e tentar fazer algumas amarras para a gente levantar algumas coisas mesmo para esse desafio, porque apesar da gente ter avançado, ter conquistado muita coisa temos muito a fazer ainda. A burocracia emperra, o aparelho de Estado não foi feito para este tipo de política integrada, ele foi feito, ele vem se desenvolvendo anacronicamente, burocraticamente e de uma forma patrimonialista de que

pequenos grupos setoriais se apropriaram do Estado historicamente para tirar as suas vantagens. Este grande público nosso sempre teve alijado. É por isso que o grau de exclusão que a gente encontrou, e ainda apesar dos avanços que o Marcelo falou, ainda é grande, apesar dos avanços, apesar do sucesso do Bolsa Família ainda tem muito que ser feito pelo Bolsa Família, no Bolsa Família para melhorar focalizar. Mas o que eu queria falar é justamente é esta integração de políticas públicas que o crédito é uma das questões e desta experiência que a gente vem tendo e estes laços que a gente tem reforçado. Eu acho que a fala, esta última fala então do Vital é prova evidente dos laços que a gente tem feito, dado este conhecimento. A fala que o Bolsa Família é assistencialista, e o Governo está preocupado com este lado ele ainda tem um potencial eleitoreiro muito grande, mas para falar com vocês que desde 2005 que lá no Ministério nós estamos trabalhando esta questão da emancipação deste público mais pobre. E para isto nós fizemos um grande estudo, do mesmo jeito que a SENAES fez um levantamento dos empreendimentos de Economia Solidária, nós lá fizemos um levantamento de que o Governo Federal estava fazendo em termos de orçamento fiscal em termos de ações para geração de trabalho e renda, e chegamos a estas conclusões, um nó de comercializações, um nó de acesso a créditos e um nó de assistência técnica e

dentro dos sete eixos que é até uma conversa com a nossa antiga Secretária com Márcio Costa e o Professor Paul Singer, os sete eixos que contribuem para um processo de geração trabalho e renda, mas isto tudo inclusive, este aprendizado e a partir estudos que nós estamos fazendo é que criaram, primeiro a conclusão da completa falta de integração das políticas públicas, não era falta de dinheiro. Primeiro o que nós fizemos para ação de trabalho e renda nós vimos que só no orçamento fiscal, sem contar recurso de FAT, outros lados dos recursos do PRONAFE, o Governo estava despendendo no ano de 2005 e até hoje todo ano nós fazemos isso, repetindo, sete bilhões e trezentos milhões de reais para este grupo, para estes sete eixos de ações que contribuem para ações de geração, trabalho e renda. Só que cada Ministério atirando para o seu lado, ações fragmentadas, sem esta conversa. Esta conversa que nós viemos desenvolvendo com muito custo, mas temos avançado bastante, MDA, MTS, SENAES e temos já alguns resultados a demonstrar. Por exemplo, isso que o Marcelo falou, ainda não está criado a Secretaria de Oportunidades, porque está no Projeto de Lei, mas que está tramitando no Congresso, nesta reestruturação do Ministério, mas ela é fruto destas discussões, destes estudos e deste avanço mesmo, deste conhecimento que a gente tem tido. Em relação a crédito, para ter uma idéia a nossa preocupação do Ministério, quando nós começamos algumas conversas, por

exemplo, com o pessoal das ONGs que trabalham fundo rotativo solidário eles não podiam nem ouvir falar em Microcrédito. Eles tinham ódio do <incompreendível> não queriam nem saber, e esta conversa vai avançando de tal modo que chegamos à conclusão de que são coisas complementares, não são excludentes, cada um aproveita a sua prática, os espaço territorial e cada um complementa e cresce esse processo como um todo. E nós do MTE vivemos neste tempo todo apostando nisso. Estas parcerias que nós fazemos de negociar, discutir e tentamos construir são programas que sejam universais e que sejam realmente cheguem de uma forma integral, porque esse público nosso secularmente excluído nunca teve acesso à saúde, educação, saneamento, habitação, alimentação que foi um dos primeiros eixos desta luta desde 2003. Então este público que foi tão desassistido ele precisa de muito mais coisa. Até dele se redescobrir como ser humano e que faz parte de uma sociedade, de uma comunidade e readquirir uma perspectiva, alguma expectativa de vida condigna. Voltando a isso, quer dizer, nós temos desenvolvido várias parcerias, várias negociações na área da negociação, na área de capacitação com o MTE, mesmo agora tem um programa aproveitando as obras do PAC que é o PLANSEG, Bolsa Família, capacitação de um público enorme de beneficiários do Programa Bolsa Família, em treze regiões metropolitanas do Brasil para serem

incluídos neste processo de crescimento e desenvolvimento que o PAC gera nestas regiões. Está em andamento agora está começando a fase de capacitação e tem “n” experiências. Mas eu queria, eu acho que como eu não preparei eu vou dar quanto tempo ainda? Ainda tem dez? Mas por exemplo, eu vou fazer uma fala dentro destes aprendizados e destes processos que nós temos uma coisa que todo mundo conhece e fala, o Vital citou rapidamente, mas esta experiência dos fundos rotativos solidários. Isto é uma tecnologia social que começou na Paraíba desenvolvida parte da... Este nome eu não conhecia. Da rosca! Esse nome eu não conhecia. Então esta experiência lá, por exemplo, para vocês terem idéia de como este processo é rico, começou assim para fazer, para construir cisternas de placas para pedreiro, que lá tinha desenvolvido e isto foi crescendo e anos depois convenceu, uma área nossa lá do Ministério, e virou uma tremenda de uma política pública que hoje até disputa ou discute qual que é mais importante, se é ela, ou o programa de um milhão de cisternas, ou a transposição do São Francisco, por exemplo. Então este processo tem riquezas tão fantásticas que é difícil até a gente imaginar. E dentro desta linha, vou finalizar até para ter mais debate, vocês falaram tanto, tudo que não tem mais muita coisa para falar, mas assim, nós temos discutido com o MTE, com o MDA, com a Presidência da República a criação de um Programa para fundos rotativos solidários. Nós

temos discutido e ampliado das discussões para ampliação com parceria dos bancos comunitários. O ex-banco popular do Brasil, mas diretoria de menor renda do Banco do Brasil, agora. Estão vendo como o processo é rico? Uma coisa que estava na ponta dentro da estrutura institucional e hoje foi incorporada. Pobre, tem riqueza com pobre. A gente descobriu que tem muita riqueza, precisamos é criar o mecanismo certo e chegar lá na ponta. Nós temos estas discussões, temos discussões de Crediamigo, de Microcrédito, seja no produtivo orientado, seja no PNMPO, seja direto com o BNB e temos participado de várias coisas que a gente tem certeza que estão crescendo e vão crescer cada vez mais. E não é a toa também como falou o Marcelo que tem dois bancos mexicanos chegando lá, os bancos privados já começam a olhar isso como uma perspectiva de um negócio altamente rentável também. E assim, dentro destas expectativas que a gente tem nesta área de articular parcerias, de promover a emancipação de boa parte deste público do Bolsa Família por uma vida mais digna por meio do seu trabalho é a nossa meta, agora é um processo difícil, se a gente olhar no tempo político e no tempo prático são ações, são medidas, são processos. É diferente, por exemplo, de um programa como o Bolsa Família que você tem a decisão política, reserva um recurso orçamentário, arruma um operador como a Caixa Econômica lá, e você tem uma

estimativa do público pobre, respeitando o pacto federativo, faz um acordo, começa a melhorar os cadastros e chega lá. Tanto é que o grau de focalização é o maior de todos os programas assistenciais de transferência de rendas, que existe hoje nos países pobres em desenvolvimento, mas ainda tem muito para melhorar. Então, para concluir eu queria agradecer estar aqui, foi mesmo de surpresa e espero ter levantado algumas coisas que a gente vem fazendo e do tamanho do desafio que a gente tem e assim, deixar claro que nós não estamos parados pensando só no Bolsa Família e é ela a meta e meta final. Nós estamos num processo constante de mudanças para promover a melhoria das condições de vida deste público beneficiário dos programas sociais do Governo. Muito obrigado.

Palmas

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) – Obrigado, Marcos. Se alguém tem alguma pergunta pode fazer por escrito, tem aqui. Tem um que está querendo fazer uma pergunta ao vivo e em cores. Poderia...

**Senhor André** (BNDES) – Meu nome é André e trabalho no BNDES. Eu vi a exposição do Professor Marcelo e eu trabalho também com Microcrédito, mas eu tenho uma curiosidade de

saber, por exemplo, qual efeito do Crediamigo na economia dos Estados do Nordeste. Por exemplo, esse projeto já está impactando, está levando o crescimento do PIB de algum Estado que já tem o IBGE já calcula o PIB de todos os Estados. Se já há comprovação de que o Crediamigo ele já está impactando no crescimento do PIB de alguns Estados, ou no crescimento de arrecadação de alguns Estados, ou no crescimento Municipal, por exemplo, que você falou da fábrica de calcinhas, uma fábrica de calcinhas no Rio não tem crescimento, não impacta no PIB, na economia da cidade, agora numa cidade no interior da Paraíba com certeza vai impactar, mesmo que seja informal. Aí eu queria saber neste caso. Obrigado.

**Senhor Marcelo Nery** (Economista do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas) - Quer dizer, esta questão a gente não estudou isso na pesquisa, ainda não chegamos neste ponto, embora acho que é um ponto interessante. Não sei qual seria o impacto nesta... É um programa menor do que Aposentadoria Rural, do que o próprio Bolsa Família em termos de recurso, se o impacto agregado em nível de Estado certamente não seria muito grande, talvez em nível de Município sim. O que a gente viu na pesquisa, na parte final da pesquisa foi o seguinte: estava em busca de grupos de controle que a gente acompanhava os

clientes do Crediamigo, mas contra-factual, crescer o faturamento a 35% pode ser um boom na economia brasileira, de fato houve um boom em certos seguimentos em particular no Nordeste. Que poderia ser isso senão o Credi, então a gente pegou um grupo de controle e o que a gente pôde observar é o seguinte, nas grandes cidades brasileiras, os clientes do Crediamigo que a gente acompanhava pela área de Salvador e Recife, no nosso grupo de controle, a gente viu primeiro um desempenho fraco do setor dos empresários e a gente viu um crescimento melhor dos clientes do Crediamigo, teve uma diferença importante, de uns 16 pontos de porcentagem, seria o efeito do Crediamigo, mas em cidades onde crédito é coisa rara aí o impacto é muito maior, que dizer o ponto é o seguinte, se você levar crédito para Salvador e para Recife você gerou um impacto de 16% de diferencial, mas o grande impacto a gente não sabe que tem grupo de controle para estas áreas, mas o impacto absoluto maior é nas pequenas cidades. Porque é você chover no deserto. Eu acho que este é o efeito, agora eu acho que esta sua questão é muito importante agora a gente não endereçou ela.

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) – Professor.

**Professor Paul Singer** (Secretário Nacional da SENAES) – Eu tenho uma pergunta aqui de Clarisse Martins ela está aqui? Bom. Ela pergunta o seguinte. O senhor defende que as políticas de combate à pobreza sejam para todos e sem prazo de validade. Se isso valesse para o Bolsa Família todos deveriam receber o benefício por tempo indeterminado. Minha pergunta é, as diretrizes que o senhor defende não vão de encontro às atuais tendências de políticas sociais e são cada vez mais focalizada com tempo de duração pré-determinados? Olha, Clarisse. Eu não sei se ela está aqui? Eu não estou muito de acordo com a sua pergunta, eu acho que o Bolsa Família realmente não tem prazo. O prazo é o desaparecimento da necessidade. Você concede o Bolsa Família como complemento de renda, a renda mínima, alguma coisa assim. E há um valor per capto na família que diz esta família precisa do Bolsa Família. Agora o prazo depende de outros fatores e eu gostaria de aproveitar a sua pergunta para falar muito mais sobre isso. Entre as várias coisas que foram ditas aqui uma que eu mesmo não acentuei suficientemente, mas que me parece um elemento estratégico neste processo de auto-resgate dos pobres é a ajuda mútua. Quer dizer, criar redes, redes que se ajudem. Isolados não só a comunidade, isolada a pessoa, isolada a família, isolados os pequenos grupos, o seu horizonte de desenvolvimento é extremamente baixo. Para não falar de todos os problemas,

porque agora estamos no fim do seminário, eu queria tocar na comercialização. Há um problema de comercialização para as populações mais pobres. Há várias coisas que você pode tentar usar como hipóteses. Uma delas, por exemplo, é de que os pobres sabem produzir. Isso vale para operários, vale para camponeses, eles sabem produzir, agora vender e, sobretudo vender para uma classe de maior poder aquisitivo precisa saber bem a língua. Ou eles acham que precisam, então a gente tem notado que nas cooperativas de gente mais pobre que produzir tudo bem, agora vender é na feira, porque aí encontra pessoas da mesma classe social. Aí é mais fácil, agora, este problema da comercialização não dá para resolver se não se criarem cadeias. Cadeias de valor, por exemplo. Nós temos a Justa Trama que é um modelo que começa com o plantio de algodão no Ceará, hoje certamente tem em outras partes do país, esse algodão é fiado em empreendimentos cooperativos de empresas recuperadas, é tecido e finalmente é trabalhado por várias cooperativas do sul do Brasil, de costureiras e assim por diante. E agora entrou também uma cooperativa de mulheres que trabalham com bio jóias. A proposta da Justa Trama é aberta. Quer dizer, mais e mais cooperativas poderão entrar desde que o que elas produzem caiba na cadeia de valor, eu acredito que vão aumentar. E isso provavelmente resolve a questão da comercialização. Agora como é Economia Solidária há

inovações que eu gostaria de meramente descrever para vocês porque me parece extremamente interessantes. Como vocês sabem a agricultura é um jogo de azar. Quer dizer, você pode tanto ganhar bastante, o preço do teu produto estiver mais alto como pode ficar no prejuízo se ele estiver lá embaixo. O preço é inversamente proporcional ao volume produzido. Existem outras etapas da cadeia produtiva que estão menos sujeitos ao azar, ao acaso, à especulação. A Justa Trama tem um comitê de preços. E eles não seguem os preços de mercado. Quer dizer o que se vai pagar daquilo que as costureiras arrecadam para os produtores de algodão, não é exatamente o preço do algodão, ou aos trabalhadores da fiação, aos trabalhadores da tecelagem. Eles fazem um processo que eles chamam de preço justo em que a remuneração do trabalho é mais ou menos equivalente. Quer dizer, você sabe quanto tempo, quantas horas de trabalho, mas o custo vai estar lá. Depende da quantidade de algodão e uma determinada quantidade de fio, tecidos e inclusive os produtos finais. Esta conta é feita, isto cria um equilíbrio na cadeia de produção e isto permite efetivamente criar solidariedade entre as pessoas. A solidariedade é uma coisa que também a gente aprendeu agora, se constrói, ou que não deva ser predicada, elogiada, e assim por diante, valores morais, que eu prezo imensamente. Mas geralmente entra por um ouvido e sai pelo outro não tem nenhum efeito

prático. Mas se você vive situações em que a ajuda mútua funciona efetivamente e ajuda a todo mundo a reciprocidade é praticada de fato, porque é assim que as coisas melhoram para todo mundo. Se você tem, portanto processo inteiramente democrático de gestão seja de uma cooperativa, seja de uma cadeia como esta que estou descrevendo para vocês, e agora estão multiplicando mais e mais cadeias, isso efetivamente faz uma enorme diferença no resultado final. E aí respondendo finalmente a Clarisse, há que dar tempo para que esta estrutura social de ajuda mútua de confiança seja construída. A essência chama-se solidariedade e confiança. As pessoas arriscam a entrar, trabalhar muito sem ver o resultado imediato, e etc porque confiam que os outros não vão lhe passar a perna e tem toda a razão. Agora esta confiança não dá para construir entre uma eleição e outra. Não tem nada haver com as eleições. Existe um viés a meu ver, no Governo Federal eu estou tentando criticar, sobretudo este Governo herdou toda uma série de decisões anteriores, mas que é a maneira quantificação. Quer dizer, você faz uma ação, duração de seis meses, terminou uma ação e você quer imediatamente uma verificação quantitativa do resultado. E esta verificação ninguém controla. Ela é totalmente arbitrária. Porque não dá para fazer. Não dá para fazer em seis meses você perceber que plantas e sementes você lançou e deu. É muito curto. Mesmo a questão do Bolsa Família. O Bolsa

Família era um plano grande, eu acreditei nele muito antes de ser implementado. Eu estou extremamente feliz que ele está dando resultado, mas a pergunta que foi feita ao Marcelo, qual é o efeito macro econômico do Bolsa Família. Afinal de contas são cinquenta milhões de pessoas. Há estudos que eu conheço e que eu acho que tem o impacto positivo. Agora estes estudos são extremamente precários, por quê? Porque você isola teoricamente tudo mais fica constante. O que não é verdade, nunca tudo mais é constante, é claro. Você não consegue isolar. Você teria que ter uma parte dos pobres, vinte e cinco milhões recebendo o Bolsa Família e a outra metade dos vinte e cinco milhões não recebendo. E acompanhar isto sem transformar as pessoas em cobaias. Se não dá para fazer e é necessário fazer. Nós temos que aprender que a qualidade da transformação é no mínimo tão importante quanto a quantidade. Claro que nós queremos atender a todos que precisam. No menor tempo possível. Ninguém está propondo que o menor tempo... Isto é um processo de profunda transformação social e cultural. Está acontecendo, agora não se transforma as pessoas sem que elas possam viver a solidariedade, a confiança, a reciprocidade, partilhar não só os resultados, mas também os prejuízos. Gente, há prejuízos há incêndios, há inundações, há perdas de colheitas, há epidemias que matam os animais, isso tem que ser compartilhado tanto quanto os ganhos. Isso

se aprende, está certo? Então, terminando Clarisse, eu espero sinceramente de que você não tenha razão, sobretudo de que os programas estratégicos sejam de um Governo apenas, de um mandato, ou de dois mandatos, porque agora se pode haver a reeleição. Eles devem ter a perenidade e esta perenidade é dada pela organização da sociedade civil. O Estado é importante ele dá apoios que podem, digamos, ser decisivos, mas é a sociedade civil auto-organizada que faz a transformação. Nós damos o recurso financeiro, nós podemos transferir conhecimentos, através de assistência técnica, nós podemos fazer uma série de coisas auxiliares. Mudamos. Quem vai fazer, está fazendo esta transformação ao meu ver é extremamente desejável é o Bolsa Brasileira.

Palmas

**Senhor Floriani** (AMBEVE de Santa Catarina) – Floriani da AMBEVE de Santa Catarina. Eu gostaria de chamar os ilustres membros da mesa a uma reflexão. É comum para nós no sul, especialmente no meu Estado de ficarmos meio deslocados, há uma tendência do Sul achar que o Norte e Nordeste são os primos pobres e que merecem toda a atenção e é uma tendência do Norte e Nordeste em achar que nós somos os ricos e que não precisamos de atenção e somos auto-suficientes. E é em cima disso que eu os chamo a reflexão e

até pela fala dos senhores entendam o que é uma OSCIP de Microcrédito que aplica a metodologia do Microcrédito produtivo e orientado. Salvo alguns especuladores que existem tanto no Sul quanto no Norte ou no Nordeste ou Centro-oeste, aqueles que aplicam isto de fato estão investindo em produtividade plena orientada. E inclusive no assentamento com parceiros que fazem isso acontecer de uma forma dinâmica. Mas Professor Paul Singer o que mais me chamou atenção operando neste sistema há dez anos foi a elevação da auto-estima. E quando eu falo de catarinenses, eu não estou falando de extrema pobreza, meus caros senhores, se eu falassem de extrema pobreza em Santa Catarina, perto da que existe em outras regiões deste país, eu seria um hipócrita mentiroso. Mas eu estou falando de pessoas que já serviam bem e por "n" contingências das quais elas não têm culpa das coisas que acontecem neste país, do dia para a noite elas passam a não ter nada. E precisaram que alguém estabelecesse novamente uma condição de oportunidade. Que as reintegrasse ao setor cidadão do país dando a ela a condição. E aí eu chamo de novo a atenção dos ilustres membros da mesa por um fato que também é importante, por um de nós se as nossas equipes aplicarem definitivamente a metodologia do Microcrédito produtivo orientado, orientando de fato e quando eu digo orientando é negando quando isso vier de encontro. A macular a imagem

econômica e social de uma cidade, negando crédito, e é lá que reside o padrão que deve ser assumido, eu também reforço o fato de que nós temos todos os parceiros que vão dar qualificação, que vão dar assistência técnica, mas precisamos preservar dentro deste espírito que elevamos a auto-estima destes cidadãos, precisamos preservar a sua linha de raciocínio mantendo a coerência e aceitando também o que ele disse que é preciso para ele mesmo. Não podemos voltar como já fizemos em passado a impor-lhes a nossa condição de sabedoria, dizendo, você tem que fazer assim, como se isso fosse verdade definitiva, porque esse país em muitos momentos já provou verdades definitivas que não deram certo. Quando a verdade definitiva vem lá da base. Por isto entendam de alguém do Sul que tem viajado muito neste país, e que vê neste país grandes exemplos que precisam ser refletidos e que nós lá temos exemplos fantásticos para dar para o Norte/Nordeste e estamos aprendendo muito com o Norte/Nordeste, mas que chama à reflexão desta mesa o fato de que OSCIP de Microcrédito e que opera com Microcrédito produtivo e orientado tem ao meu ver o grande mérito a que estão operando a elevação da auto-estima destas pessoas que estão sendo atendidas e que as recoloca de volta num plano de cidadania plena. Muito obrigado.

Palmas

**Senhor José Humberto Maurício de Lira** (Coordenador do PNMPO) – Em função do nosso horário extrapolado, vou me permitir a não fazer qualquer consideração, mas deixo um trecho Bíblico de tudo o que foi falado aqui. Em Eclesiastes diz que há tempo para tudo, Professor, tempo de plantar e tempo de colher. Talvez este seminário estejamos plantando para que as gerações futuras, a estrutura que a gente possa atender a gente possa colher. Agradeço aqui à mesa. Agradeço a todos a generosidade do seu tempo e a vocês todos uma boa noite.

**Senhora Ione Carvalho** (Ministério do Trabalho) - Eu gostaria de avisar que lá em cima tem uma van para levar vocês ao hotel. Muito obrigada.